

24h

Suspensão de voos até 17 de maio

Os voos com destino e a partir de Portugal para países fora da União Europeia vão continuar suspensos até 17 de maio, mas a interdição não se aplica aos voos destinados a permitir o regresso a Portugal dos cidadãos nacionais.

Teto para o lucro com as máscaras

O Governo decidiu impor um limite máximo de 15% na percentagem de lucro na comercialização de dispositivos médicos e de equipamentos de proteção, bem como de álcool etílico e gel desinfetante.

Estudantes para a agricultura

Devido à falta de mão de obra na agricultura, o Executivo quer estudantes a trabalhar nos campos durante as férias. Em troca, promete isenção de IRS até €2194,04 para rendimentos de trabalho ali obtidos.

Rolling Stones no festival One World

A banda de Mick Jagger é a última contratação para o festival. Organizado por Lady Gaga, conta com atuações, a partir de casa, de Paul McCartney, Elton John, Eddie Vedder, Billie Eilish, Taylor Swift e Stevie Wonder. Tem transmissão online a partir da 1 hora de hoje à noite. R57

EDITORES GRÁFICOS QUIOSQUES DISTRIBUIDORA SOMOS ESSENCIAIS! TAMBÉM ESTAMOS NO COMBATE À PANDEMIA

Integram esta edição semanal, além deste corpo principal, os seguintes cadernos: ECONOMIA, REVISTA E

mantovani
Cozinha e Banho

www.mantovani.pt

ANTÓNIO COSTA REVELA O PLANO PARA REABRIR O PAÍS

Praias vão ter restrições

O que vai acontecer no pré-escolar, secundário, futebol, festivais, cinemas, lojas e transportes

➔ Em entrevista, primeiro-ministro explica próximos passos e marca para dia 30 de abril decisão final sobre desconfinamento ➔ Promete **plano de emprego** e admite não poder garantir futuro sem austeridade ➔ **Rui Rio**: “Vai haver constrangimento orçamental” ➔ **Máscaras obrigatórias** nas escolas e nos transportes públicos P5a7e14



Maria Manuel Mota
Cientista, Prémio Pessoa

“ESTE É UM VÍRUS RELATIVAMENTE BONZINHO”

R48



Luis de Guindos
Vice-presidente do BCE

“OS BANCOS NÃO SÃO PROBLEMA E PODEM SER SOLUÇÃO”

E6



Von der Leyen Presidente da Comissão Europeia

“É PRECISO UMA ENORME ONDA DE INVESTIMENTO”

P31



Charles Michel Presidente do Conselho Europeu

“DINHEIRO NÃO PODE SER USADO PARA DIVIDAS PASSADAS”

P31



Isabel Vaz
CEO do Grupo Luz Saúde

“SERVIÇOS PÚBLICOS FORAM APANHADOS DE CALÇÕES NA MÃO”

P23



MAIS DE 100 PROFESSORES ESTÃO A GRAVAR AULAS PARA A TELESOLA

EDUCAÇÃO Com as escolas fechadas, improvisam-se salas de aula em casa. Marco e Helena Oliveira, com quatro filhos entre os 3 e os 14 anos, são apenas dois dos muitos pais em desespero entre o teletrabalho e o apoio às crianças. Mas ao contrário de muitos, conseguiram arranjar computadores para todos. A partir de segunda-feira, também haverá aulas na televisão. Será mais um recurso para quem não tem acesso a meios digitais. Ainda assim, as desigualdades entre alunos vão agravar-se FOTO PEDRO NUNES P8

Fome: refeições sociais já triplicaram

Câmara de Lisboa entrega diariamente ao domicílio mais de 11 mil refeições a idosos carenciados P26

Pandemia tira dois mil presos das cadeias P22

90% dos infetados estão em casa. Como são tratados? P18



PARA SUA SEGURANÇA, A CAIXA ESTÁ EM SUA CASA.
UTILIZE OS CANAIS DIGITAIS.

CONFIANÇA FEITA DE CERTEZAS.

cgd.pt



João Vieira Pereira

ATENÇÃO, COSTA AINDA NÃO CHEGOU AO PICO

A popularidade de António Costa ainda não atingiu o pico e está longe de parecer um planalto. A forma como todo o combate a esta pandemia, claramente casuístico, acabou embrulhado no que parece um plano perfeito contribuiu para este milagre.

Para a história não ficará a forma como o Governo acusou de alarmismo quem alertava para o que aí vinha. Ou como os mais altos responsáveis pela Saúde desvalorizaram a pandemia em mensagens amplamente contraditórias. E poucos se lembrarão que o Executivo esteve em tempos contra o estado de emergência defendido por Marcelo Rebelo de Sousa. Fica, pelo contrário, o sucesso de se ter evitado o pior dos cenários.

A única nuvem negra no horizonte é a questão económica. A tempestade é inevitável, mas durante bastante tempo será usado o argumento de que estamos perante uma crise global, afetando assim pouco a credibilidade do Executivo.

Os elogios são pois táticas e a unanimidade em torno de António Costa é oportunista. Principalmente à direita, onde existe a noção de que a crítica será sempre mais contraproducente do que o elogio. Não só porque poucos a aceitarão, numa altura em que se pede que o poder político trabalhe para a mesma causa, mas porque também não têm melhor alternativa ao que foi feito até agora. O pedido de Rui Rio aos militantes, que abdicuem das críticas ao apoio ao Parlamento a muitas das medidas que o Governo já tomou ou irá ainda tomar, são uma questão de estratégia e não de patriotismo.

Marcelo Rebelo de Sousa foi o primeiro a perceber. Os elogios públicos a António Costa e à alegada colaboração estreita entre Belém e São Bento são atendíveis, mas estão repletos de ironia. Se há uma coisa que não funcionou bem foi a relação Marcelo/Costa, que discordaram em muito desde o primeiro momento. A começar pela convocação do estado de emergência e a acabar na definição da altura certa para lhe pôr um fim. Só que Marcelo sabe que esta pandemia é a crise que lhe seguirá não são passageiros. E que há eleições presidenciais no início do próximo ano. O nível de popularidade de António Costa (e do Governo) vai continuar alto e a direita vai conti-

nuar a definir, esmagada pelo peso de não conseguir ser alternativa. Rui Rio tem de alinhar, o CDS não existe e não há pior altura para vender ideias da Iniciativa liberal do que agora. Já a pensar na sua reeleição, numa altura em que ninguém iria aceitar que o Presidente da República não se recandidatasse, Marcelo sabe que, desta vez, precisa mais de António Costa do que Costa precisa dele.

Nos últimos tempos muito se tem discutido sobre números e estatística. Enquanto uns falam no milagre português, outros dizem que estamos entre os piores. Tendo a concordar com ambos, basta para isso olhar para os números como quisermos. Um exemplo simples. Vamos comparar o Norte com o Alentejo. O primeiro tem 11 mil casos, o segundo 160. Duas realidades tão

A unanimidade em torno de António Costa é oportunista. Principalmente à direita, onde existe a noção de que a crítica será sempre mais contraproducente do que o elogio

distintas que até parece que fazem parte de dois hemisférios diferentes. Mesmo ponderando pela população, é claro que a situação do Norte é exponencialmente pior. Nesta epidemia temos de olhar principalmente para focos de infeção. E em Portugal temos um foco claro no Norte.

Outro exemplo é a taxa de letalidade. Primeiro, a forma como os mortos são contabilizados varia de país para país. Em Portugal todos os que morrem tendo sido detetada a infeção pelo novo coronavírus engrossam essa estatística. Mas há países onde para serem colocados na lista de vítimas a causa primeira da morte tem de ser esta doença. É a diferença entre morrer com covid-19 ou de covid-19. Além de que sendo a taxa de letalidade o rácio entre mortos e infetados e dependendo este último da quantidade de testes realizados à população (que também é diferente de país para país), torna a comparação quase impossível.

Por isso, quando olhar para estatísticas tente evitar comparações e fixe-se em tendências. Ou terá uma tendência absoluta para o erro e o disparate.

jvpereira@expresso.imprensa.pt

Duelo O regresso das atividades letivas presenciais, começando pelos alunos do 11º e 12º anos e pela salvaguarda dos exames nacionais, divide opiniões

José Eduardo Lemos

Presidente do Conselho das Escolas



José Ferreira Gomes

Professor universitário e ex-secretário de Estado do Ensino Superior entre 2013 e 2015



O GOVERNO FEZ BEM EM DAR PRIORIDADE AO SECUNDÁRIO E AOS EXAMES?

SIM O Governo faz bem em planear a forma e o momento em que, se as autoridades de saúde o aconselharem, alunos, professores e pessoal não docente possam voltar às escolas. Talvez não a 4 de maio, mas quando for possível.

A saúde está primeiro do que o trabalho e as aulas, mas não duvido que, mais tarde ou mais cedo, as medidas de confinamento serão levantadas, pelo menos parte delas.

Chegará o dia em que, de forma faseada, as pessoas voltarão ao trabalho e conviverão, reavivando a economia e a sociedade. A escola não deve ficar à margem deste regresso progressivo à normalidade; deve, lentamente, reavivar como se voltasse de umas férias grandes.

Poderá colocar-se a questão de saber se ainda haverá tempo e condições, este ano letivo, para reabrir as escolas e retomarem-se as aulas, mesmo que apenas para alguns alunos, como estabeleceu o Governo. A resposta parece-me simples: se, do ponto dos especialistas em saúde pública, não existirem contraindicações, não vejo porque não se há de retomar, mesmo que falte apenas uma semana para o final do ano letivo. A questão que pode ser colocada é a oposta: porque não o fariam se a saúde pública não o contraindica?

Parece-me bem que, a haver condições para o início progressivo das aulas presenciais, sejam os alunos do secundário, os que têm exames, os primeiros a avançar, pois, neste momento, os esforços das escolas devem concentrar-se nestes alunos.

Estivéssemos nós em setembro, a melhor opção talvez fosse a de chamar primeiro as crianças dos primeiros anos de escolaridade, mas estamos a dois meses do final do ano escolar e não podemos frustrar as expectativas dos alunos que vão precisar de exames para aceder ao Ensino Superior.

O plano do Governo prevê que regressem às escolas apenas os alunos que realizam exames de equivalência à frequência ou em disciplinas para acesso ao Ensino Superior. É uma opção prudente mas não isenta de contestação, quer por aqueles que se opõem a qualquer abertura das escolas quer porque decorrem alterações das regras de conclusão do secundário, com implicações na seriação dos alunos no acesso ao Ensino Superior. Seja qual for a opção, defendo que a atividade escolar presencial deve iniciar-se, ainda que gradualmente, no momento em que for seguro.

NÃO Decididamente, os exames não são o objetivo primeiro da escola, são antes um instrumento indispensável para disciplinar e guiar a aprendizagem dos alunos e monitorizar a eficácia da escola. O Governo surpreende: depois de cinco anos a demonizar os exames, escolhe agora os exames do secundário (e as férias) como objetivos primeiros e únicos da saída do confinamento.

A grande maioria dos professores tem feito um enorme esforço de conversão para o ensino à distância, com muitas horas de trabalho invisível. Mesmo para jovens adultos (no Ensino Superior), o ensino à distância tem progredido lentamente em todo o mundo, sendo preferido o modo misto, porque a componente presencial da aprendizagem é importante para lá do natural desenvolvimento da personalidade. Para as crianças e os mais jovens, ninguém recomenda a

passagem total à distância. Para estes, a improvisação em curso levará a uma utilíssima terapia ocupacional ou, numa visão negativa, a uma simples terapia homeopática.

Nas próximas semanas, vamos certamente incorporar-nos na onda europeia de saída do confinamento, porque o perigo de escalada exponencial do surto está muito atenuado (pelo menos temporariamente) e a economia não aguentaria muito mais. Estamos a caminho de uma cura mais mortífera do que a doença.

A vida nas escolas não será como dantes, mas alunos, professores

e funcionários adaptar-se-ão rapidamente. As férias poderão ser encurtadas ou adiadas. Sim, o problema não fica resolvido com exames mais apressados e teleavaliações para aqueles que se prestem ao telecontacto ou decisões administrativas para os outros. Temos de estar preparados para a eventualidade de o próximo ano escolar ser tanto ou mais afetado do que este e garantir que não perdemos estas gerações. A vida dentro das escolas vai mudar, mas não podemos fingir que o problema termina nos Santos Populares.

O acesso ao Superior é importante para alunos e famílias. (O Governo vê o enorme problema político que pode explodir-lhe nas mãos!) Nenhum país renunciou ao seu sistema de acesso, e temos de fazer os exames terminais. Ajustando as datas e os formatos, tudo indica que isso será possível sem renunciar a uma preparação presencial mínima de seis semanas para todos os alunos. Mas não esqueçamos as outras crianças e jovens. E os seus pais.

Não podemos frustrar os alunos que vão precisar de exames para o Ensino Superior

Temos de estar preparados para a eventualidade de o próximo ano escolar ser tanto ou mais afetado do que este

A Semana

Por MARTIM SILVA
mgsilva@expresso.imprensa.pt

CASA DA MÚSICA VEZES 15

Assinalaram-se esta semana os 15 anos da abertura da Notre-Dame Casa da Música, no Porto. Para marcar a data foi criado um serviço de streaming com concertos do acervo da instituição.

MULHERES ANTICOVID

Um conjunto de artigos publicados na imprensa internacional nos últimos dias enfatizava o facto de alguns dos países com melhores resultados no combate à pandemia serem liderados por mulheres — da Alemanha à Coreia do Sul, passando pela Dinamarca ou pela Nova Zelândia, sem esquecer a Bélgica, a Finlândia ou a Islândia. Infelizmente, e apesar dos exemplos citados, só há mulheres na liderança política de cerca de 7% dos Estados do nosso planeta.

NOTRE-DAME PARADA

Não é só a secular catedral em Paris que está parada, é o mundo inteiro. Mas foi há um ano que a

capital francesa assistiu em choque ao terrível incêndio que devastou Notre-Dame. As obras de reconstrução não arrancaram e estima-se que só lá para 2024 tudo estará concluído.

PARLAMENTO

Com praticamente todo o país parado, a decisão da Assembleia da República de manter as

comemorações previstas do 25 de Abril, ainda que restritas a 130 pessoas, tem sido alvo de diversas críticas.

RECESSÃO

Desde 1928 que a economia portuguesa não se ia tão abaixo. Esta semana, o FMI apontou para uma recessão de 8% em Portugal. Pior do que no tempo da

pneumónica ou até do registado na I Guerra Mundial.

BERNIE APOIA BIDEN

Fazendo parte do mesmo partido, têm visões políticas e do mundo bem diferentes. Ainda assim, Bernie Sanders não hesitou muito na hora de decidir apoiar a candidatura de Joe Biden. Más notícias para Trump?

AMAZON CONTRATA

Uma crise, mesmo quando é uma grande crise, não deixa todos na mesma situação. A Amazon, de Jeff Bezos, já era das empresas mais possantes do mundo. Com as compras digitais a expandirem-se, ainda ganha mais peso. E anuncia a contratação de 100 mil pessoas.

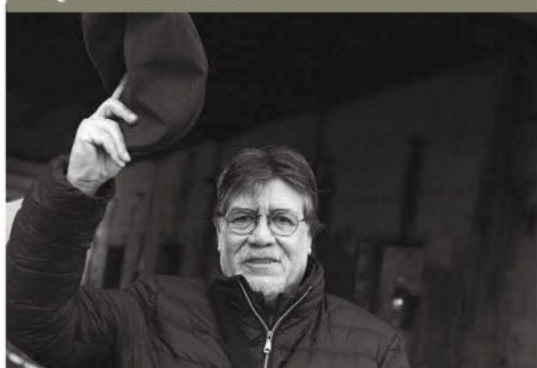
EDP ROUBADA

Registos de reuniões com o Governo e passaportes dos gestores entre os dados roubados à EDP. A empresa foi alvo de um ataque informático.

APOIO AOS MEDIA

O Governo, através das ministras Vieira da Silva e Graça Fonseca, anunciou a compra de 15 milhões de euros em publicidade institucional como forma de ajudar os meios de comunicação social afetados pela crise.

OS QUE NOS DEIXAM



MORTES Na mesma semana, dois aclamados escritores sul-americanos, Rubem Fonseca e Luis Sepúlveda, e a cientista portuguesa Maria de Sousa morreram (os dois últimos vítimas da covid-19). Sobre esta pode ler os textos do fundador do Expresso na página 36 e de Clara Ferreira Alves na Revista (pág. 3) FOTO SOPHIE BASSOUL/GETTY IMAGES



“O SPORTING SENTE-SE PROTEGIDO PELA LEI NESTA SITUAÇÃO”

VICE-PRESIDENTE DO SPORTING, JUSTIFICANDO O FACTO DE O CLUBE NÃO TER PAGO A PRIMEIRA PRESTAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RÚBEN AMORIM

30

O Governo decidiu estender por mais 30 dias, até 17 de maio, a interdição do espaço aéreo nacional, mantendo contudo algumas exceções

O Cartoon de António À espera dos cuidados intensivos



O principal risco que a União Europeia corre devido à crise da covid-19 não se deve ao vírus propriamente dito, mas a patologias pré-existentes que lhe debilitaram o organismo. Essas patologias são o fruto dos compromissos ao desbarato que desde há 20 anos caracterizaram numerosas decisões da nossa União. Estas são mais da responsabilidade dos vetos dos Estados-membros do que da administração em Bruxelas, que afinal só pode fazer aquilo que lhe permitem fazer.

Estamos atualmente perante uma viragem essencial da História do nosso continente. De um lado a ameaça da covid-19, do outro a oportunidade de utilizar os enormes recursos financeiros que estarão em cima da mesa para um renascimento, e não para uma simples restauração. O que é certo é que este momento deverá ser o de uma profunda alteração da terapia. Charles Michel deve proceder de maneira a que essa alteração seja gizada já no Conselho Europeu de 23 de abril.

Faça ao inesperado desafio da covid-19, a única vacina eficaz para a nossa União é um ambicioso projeto reformador que, no espírito dos acordos de 1953 sobre a dívida alemã, possa fundar o consenso sobre os ganhos que se poderão obter conjuntamente a médio prazo, e não sobre a minimização dos entraves às obsessões de cada um dos nossos Estados-membros. Para fazer isso, António Costa e os outros chefes de Governo estão confrontados com três imperativos: ter a coragem de admitir a verdade, cessar toda a ingenuidade desconcertante, e pôr em prática um projeto capaz de enfrentar os desafios globais do século XXI.

Ter a coragem de admitir a verdade reveste-se de três dimensões: deixar de atribuir a outrem a responsabilidade pelos nossos fracassos, isso tanto ao nível intra como extraeuropeu, e reconhecer que os vetos cruzados arrastam a Europa para o vazio.

Em primeiro lugar, o péssimo hábito das nossas classes políticas de deixarem a cargo de Bruxelas problemas sobre os quais ela não tem a menor responsabilidade foi um bumerangue que apenas serviu de combustível para a ascensão dos populismos. As sondagens indicam, por exemplo, que em dois países tradicionalmente muito pró-europeus, como Itália (em 85%) e Espanha, os cidadãos se sentiram abandonados e traídos pela União na crise da covid-19... ao passo que a nossa União não tem nenhuma competência no

Alma Grande
A crónica do convidado

A covid-19 obriga a Europa a escolher entre renascimento e declínio

Andrea Canino



Presidente do Conselho de Cooperação Económica, que tem o patrocínio permanente dos Governos espanhol, francês, italiano e português

domínio sanitário. Caso a tivesse, teríamos sido poupados à Babel das medidas adotadas por cada Estado, que, no seu pânico, sacrificaram Schengen e o mercado único e causaram tensão sobre o euro. É certo que a Comissão demorou demasiado tempo a aperceber-se da covid-19, mas esse é um outro debate.

Em segundo lugar, admitir a verdade implica que deixemos de atribuir os nossos fracassos aos nossos concorrentes. Como recriminar os EUA por terem um sistema competitivo e flexível, que fez com que em 20

anos o principal índice de Wall Street, o S&P500, se tenha valorizado em quase 50%, enquanto no mesmo período o Eurostock50 caiu 40%? Como acusar a China de pretender dominar o mundo após lhe terem permitido que tirasse tanto proveito da mundialização? Já não é hora de culparmos os "gnomos de Zurique", como De Gaulle, mas sim de tomarmos o assunto em mãos.

Em terceiro lugar, há que abandonar os vetos obtusos que levaram, por exemplo, os liberais a impedirem a instauração de uma política industrial europeia e os corporativistas a entravarem a conclusão do mercado interno, erros que foram catastróficos para o nosso crescimento.

A segunda grande condição para um autêntico ressurgimento europeu é que abandonemos a nossa miopia ingenuidade. Da qual demos prova mais uma vez — como se fosse preciso — aquando da crise da covid-19. Basta comparar o nosso silêncio ensurdecedor sobre o auxílio que prestámos à China no início da epidemia com o fogo de artifício mediático que ela pôs em marcha sobre as chamadas "ajudas" prestadas aos europeus. Ajudas que foram, em parte, vendas de materiais por vezes defeituosos. Se quisermos recuperar a nossa posição é preciso parar de uma vez por todas de desempenhar o papel do herbívoro dentro de um

compartimento onde todos os outros atores são carnívoros.

Mas, antes de tudo, o principal meio de assegurar um futuro próspero e livre aos nossos concidadãos é compreender quais são os verdadeiros desafios do século XXI e não os perder de vista no único nível possível em que eles podem ser ganhos.

Depois da covid-19, o mundo continuará globalizado, quer o queiramos ou não. Escreve-se cada vez mais sobre o regresso em força dos Estados-nações, enquanto a presente crise sanitária e toda a grande atualidade

mundial nos recordam brutalmente que o nível para resolver os grandes desafios económicos do século XXI não é, em caso, algum, o dos Estados-membros. Isto é particularmente verdadeiro para os domínios-chave: crises sanitárias, migrações, defesa, cibersegurança, clima, investigação, repatriamento das produções estratégicas e proteção dos nossos campeonos económicos mundiais. Sustentar o contrário é não apenas enganar os nossos concidadãos, mas condená-los a um destino sob o jugo chinês ou sob a influência americana.

Mas o mais importante é reencontrar um espírito construtivo capaz de gerar compromissos, como o do Eurogrupo em 9 de abril, que continua a ser insuficiente. Face a países que ficaram de rastros, não por causa do laxismo orçamental mas por terem efetuado cortes nas suas despesas de saúde a fim de cumprirem os critérios de Maastricht, apenas se soube atamancar: um terço dos fundos recomendados pelo BCE e a flexibilização dos critérios do MEE em troca da ocultação do tema de uma mutualização solidária da dívida.

A propósito, os *eurobonds* tornaram-se alvo de uma incompreensível disputa ideológica porquanto eles devem continuar a ser o que são: instrumentos financeiros. Como todos os instrumentos financeiros, eles justificam-se para os investidores se gerarem rendimentos atraentes. Portanto, não faz nenhum sentido debater sobre o instrumento em si, mas é preciso avaliar a "rentabilidade" do projeto a financiar. O projeto de relançamento da UE deverá, pois, ser credível e "rentável". Ao eliminarmos a dívida alemã, os outros países europeus tiveram em 1953 a noção de que a sua ajuda generosa haveria de criar grandes benefícios comuns. Se a Europa quiser vencer os grandes desafios do século XXI, é do seu interesse dispor todos os seus membros na melhor ordem de batalha possível, mas os países mais atingidos pela covid-19 devem proceder de maneira a que o estado de espírito de todos os países da União seja análogo ao de 1953.

Para reconquistar a confiança dos europeus e evitar a implosão, o Conselho Europeu, verdadeiro local de determinação da vontade conjunta dos Estados da União, deve adotar um plano de relançamento ambicioso, dotado de mecanismos de financiamento coletivos e da redefinição de competências da Comissão nos sete domínios-chave acima identificados, com uma cobertura financeira mutualizada. É isso que nós, cidadãos europeus, esperamos. É isso que nós, empresas europeias, esperamos.

OS EUROBONDS TORNARAM-SE ALVO DE UMA INCOMPREENSÍVEL DISPUTA IDEOLÓGICA PORQUANTO ELES DEVEM CONTINUAR A SER O QUE SÃO: INSTRUMENTOS FINANCEIROS

É PRECISO PARAR DE UMA VEZ POR TODAS DE DESEMPENHAR O PAPEL DO HERBÍVORO DENTRO DE UM COMPARTIMENTO ONDE TODOS OS OUTROS ATORES SÃO CARNÍVOROS

ALTOS

Tiago Brandão Rodrigues
Ministro da Educação

Avança a teleescola, ao mesmo tempo que se desenvolvem parcerias com o YouTube (mais canais de comunicação para troca de conteúdos entre alunos e professores) e se organiza a hipótese do regresso às aulas para os mais velhos do secundário. Os planos para a gestão dos problemas dos alunos em tempos de pandemia estão longe de equilibrarem as diferenças entre os que têm mais e menos acesso à informação, mas mostram iniciativa com os meios possíveis.

Jorge Magalhães Correia
Presidente da Fidelidade

Em tempos de críticas aos privados em matéria de saúde, o serviço da Multicare decidiu assegurar a cobertura de tratamento aos utentes vítimas da covid-19, que recorram aos hospitais privados. Depois de o Governo ter dito que essas despesas não seriam pagas pelo SNS se os doentes não estivessem referenciados, a seguradora Fidelidade anunciou um acordo com a associação dos hospitais privados para ultrapassar a questão.

Pedro Portugal Gaspar
Inspetor-geral da ASAE

Quinze processos-crime e 13 de contraordenação é o resultado da fiscalização da ASAE que efetuou, no último mês, ações em 280 agentes económicos. Chegou a encontrar exemplos de vendas com lucro superior a 300% no caso de álcool gel. Detetar práticas de lucro ilegítimo é o objetivo do controlo da agência das atividades económicas que também avalia a qualidade dos materiais vendidos.

E BAIXOS

Ferro Rodrigues
Presidente da Assembleia da República

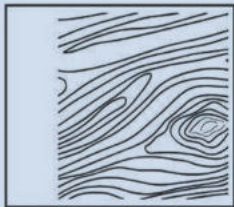
Definir regras apertadas para o país e criar exceções, com o estado de emergência ainda em vigor, é o pior dos exemplos. Na cerimónia do 25 de Abril (que não está em causa) vão estar mais deputados do que nas atuais sessões, além de convidados. Em tempos de isolamento, esperava-se mais das instituições do Estado. Ferro Rodrigues foi, aliás, um protagonista da semana ao considerar que os discursos dos deputados devem ser condicionados pelos temas definidos pelo presidente. Os comentários críticos às intervenções foram excessivos e desadequados.

Frederico Varandas
Presidente do Sporting

O Sporting faltou a primeira tranche de pagamento pela contratação de Rúben Amorim ao Sporting de Braga. O clube de Alvalade admite que se tratou de um ato de gestão e não de tesouraria, em função de circunstâncias especiais. O Sporting aderiu ao *lay-off* e prepara-se para efetuar reduções salariais. A direção do Sporting de Braga admite agir judicialmente.

PAULA SANTOS
paulasantos@expresso.imprensa.pt

EM DESTAQUE



VIDASUSTENTÁVEL
Nada muda se não mudarmos

edp **Expresso**

Qual é o nosso impacto no planeta? E o nosso papel enquanto pais, leitores, cidadãos e consumidores? Qual é a responsabilidade do Estado? E das empresas? O que precisa de mudar? Durante 100 dias, o Expresso e a EDP trazem à tona o debate sobre o nosso futuro. Porque os problemas do planeta começam na nossa vida, nas nossas cidades e no país, vamos dar-lhe ideias de como podemos ser mais sustentáveis.

Assine aqui o Expresso e em expresso.pt/vidasustentavel. Participe, discuta e influencie a forma como olhamos para estes desafios. Porque a única certeza é a que está na assinatura deste projeto: Nada muda se não mudarmos

NESTA EDIÇÃO

Teletrabalho, transportes gratuitos, distribuição ao domicílio. Pequenas revoluções impostas por razões sanitárias podem ter vindo para ficar. Tal como a redução do transporte aéreo **P28**

A minha pegada: a tecnologia tem sido uma aliada para resistir à quarentena. Devemos servir-nos dela também para os livros? **P32**

Manuel Sobrinho Simões sobre as alterações climáticas **P31**

Eleições Novo surto condicionará presidenciais e regionais

Para Ana Gomes, a covid-19 pode adiar as presidenciais, e Marcelo vai ouvir os partidos sobre as regionais dos Açores

Marcelo Rebelo de Sousa quer ouvir os partidos sobre a marcação das legislativas regionais nos Açores previstas para outubro e não descarta analisar uma alteração aos prazos previstos na lei para marcar atos eleitorais. O Presidente da República analisou a questão numa reunião com assessores e não falou das presidenciais que deverão realizar-se em janeiro. Mas a socialista Ana Gomes, potencial candidata, já admitiu que uma segunda vaga da epidemia covid-19 no inverno possa obrigar a repensar calendários.

É isso que está a acontecer em todo o mundo. Embora os sul-coreanos tenham ido a votos esta semana, há 47 países que já adiaram eleições devido ao surto de coronavírus, do Sri Lanka ao Reino Unido, passando pela França (Macron ainda realizou a primeira volta das eleições locais mas

cancelou a segunda). E nos Estados Unidos, que têm presidenciais em novembro, a questão também começa a ser discutida, com a consciência de que tudo dependerá em última análise do estado em que esteja a epidemia na altura e dos eventuais condicionamentos que daí possam advir para o livre exercício do debate político e respetivas campanhas eleitorais.

Sufrágios podem ser desconvocados

Ao Expresso, o constitucionalista Jorge Miranda defende que se se estiver perante "impedimentos ao exercício dos direitos políticos normais", deve-se ponderar "um adiamento das eleições". Que na sua opinião nunca poderiam acontecer se o país estivesse em estado de emergência, porque "embora a Constituição nada preveja sobre isso, quando prevê que não deve haver eleições com o país em estado de sítio, por analogia deve entender-se que também não deve haver eleições em estado de emergência".

O constitucionalista não vê, no entanto, problema em que as eleições sejam marcadas para as datas em que estão previstas, porque "se na altura não poderem ocorrer, podem ser sempre adiadas ou desconvocadas".

Ana Gomes, em recente entrevista ao "Observador", punha a hipótese de a epidemia deixar a realização das presidenciais "em suspenso", por ninguém poder antecipar como é que o país estará na altura: se já com a vida normal a correr, se a meio de um novo surto, se ainda com limitações aos movimentos das pessoas. E essa dúvida tanto vale para as presidenciais como para as legislativas regionais nos Açores.

Marcelo Rebelo de Sousa, a quem compete marcar as eleições, tem prazos estabelecidos por lei. As regionais terão que ser marcadas até 3 de agosto (60 dias antes da data-limite para a sua realização). E as presidenciais, até 24 de novembro (as eleições deverão acontecer até 24 de janeiro). Para já, o Presidente quer avaliar a situação dos Açores, e fonte da sua Casa Civil admitiu ao Expresso que "é muito cedo para aferir se pode ou não haver eleições na data prevista". O assessor de imprensa de Vasco Cordeiro, presidente do governo regional dos Açores e que se recandidatou pelo PS nas legislativas regionais, afirmou ao Expresso que "começa a ser um pouco tarde, não para a preparação das eleições, mas para os procedimentos partidários habituais", que no arquipélago implicam atividades em várias ilhas.

Na Coreia do Sul, o vírus não interrompeu as eleições mas houve adaptações inevitáveis. Parte dos eleitores votou com antecedência para evitar grandes aglomerados, mas ainda houve alguns comícios, houve verificação da temperatura à porta das mesas de voto e as cabines de voto foram sujeitas a desinfecção. Mas o mais discutível, diz Jorge Miranda, são as "perdas para o debate democrático" que umas eleições no meio de uma epidemia sempre representarão.

ÂNGELA SILVA
asilva@expresso.imprensa.pt



FOTO JOSÉ CARLOS CARVALHO

Defesa Oito toneladas de material médico por via aérea

Ministério da Defesa revela ao pormenor as operações das Forças Armadas no combate ao novo coronavírus

Nas últimas semanas, a Força Aérea transportou oito toneladas de material médico entre o continente e as ilhas dos Açores e da Madeira para acudir às emergências relacionadas com o novo coronavírus. O número foi avançado pelo Ministério da Defesa: "A solicitação para o transporte de material crítico é diária."

O gabinete do ministro João Gomes Cravinho divulgou ao Expresso as principais ações das Forças Armadas no combate à covid-19. E destaca a instalação de um hospital de campanha no Hospital das Forças Armadas (HFA) em Lisboa (com 32 camas de internamento e 15 ventiladores) e no Porto. "Além das centenas de tendas que foram reforçar os centros e hospitais, criaram-se hospitais de campanha utilizando instalações já existentes (como o Pavilhão Rosa Mota, no Porto, ou no Estádio Universitário, em Lisboa). Foi ainda reabilitado o antigo Hospital Militar de Belém

conseguindo aumentar a capacidade total do SNS com mais de 150 camas, devidamente apoiados, com pessoal e equipamentos apropriados."

Também salientam o papel do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, que reorientou as suas prioridades, produzindo por dia 2700 litros de gel desinfetante e "uma panóplia alargada de medicamentos em falta no mercado", que disponibiliza ao SNS. Além disso, a Unidade Militar Laboratorial de Defesa Biológica e Química faz 50 testes por dia à covid-19, e envia pessoal para fazer descontaminações e desinfecções em todo o país, em especial, em lares de idosos e em unidades de saúde que estão a combater o flagelo.

Dentro do apoio ao SNS e à Proteção Civil foram disponibilizadas 2900 camas e mais de 60 tendas de utilização multifuncional. "As Forças Armadas estão a garantir o transporte a armazenagem em infraestruturas disponibilizadas com segurança reforçada, de material crítico ao funcionamento do SNS, como elementos de proteção individual, ventiladores, máscaras, desinfetantes e outros", acrescenta o Ministério da Defesa.

Foram também criados centros de acolhimento com a disponibilização de 2000 camas em unidades militares para prestar cuidados de saúde, não diferenciados, a definir em articulação com o SNS, e reservadas cerca de 300 camas para apoio aos próprios profissionais de saúde. Há ainda registo de diverso tipo de apoio nos estabelecimentos prisionais, que têm libertado reclusos por receio de contágio interno, ou à população sem-abrigo.

HUGO FRANCO
hfranco@expresso.imprensa.pt

Ensino superior Ministério corrige regras no acesso

Alunos queixavam-se de injustiça por causa dos exames. Ministro pede a instituições que façam planos para reabrir gradualmente a partir de maio

A suspensão das atividades letivas presenciais nas escolas levou o Governo a anunciar mudanças na conclusão do secundário: os exames serão feitos apenas pelos candidatos ao superior e só terão de realizar os que são exigidos por cada curso. As notas que obtiverem contam somente para a média dessas provas de ingresso e já não para a classificação final da disciplina. Até aqui, contavam para ambas. Ora, os estudantes que concluíram o 12º em anos anteriores e que querem voltar a candidatar-se agora tiveram as suas médias calculadas de forma diferente e chamaram a atenção para a "injustiça" de que estavam a ser alvo. O Ministério deu-lhes razão e determinou nova alteração.

Numa primeira fase, o Governo tinha mudado as regras para os estudantes que estão agora no 12º. Por exemplo, um candidato a Medicina já não precisará do exame de Português, até aqui obrigatório para concluir o secundário. E o exame de Matemática A, que terá de fazer, contará como prova de ingresso, mas não mudará a classificação da disciplina. A alteração aprovada esta sexta-

-feira atende à situação de quem concluiu o secundário em anos letivos anteriores. Para esses, os exames que fizeram deixam de contar para a sua média do secundário se as notas levaram a uma desceda da classificação final da disciplina. A situação mais comum é as classificações dadas pelos professores nas escolas ao longo do ano serem mais altas do que na avaliação externa. Mas se, pelo contrário, os exames correram especialmente bem e fizeram subir a classificação final, então continuam a pesar 30%. "O método agora adotado garante a igualdade de tratamento entre os candidatos, aplicando sempre a regra mais favorável ao estudante", explica o Ministério do Ensino Superior.

O que continuará a não ser possível este ano é tentar melhorar a média das disciplinas através da realização de exames. Estes só servem mesmo para tentar subir a média da prova específica. Com estas determinações, o Governo garante que haja menos alunos a fazer as provas. Entretanto, o ministro do Ensino Superior pediu às universidades e politécnicos para reabrir gradualmente as suas atividades — com prioridade aos centros de investigação e aulas mais práticas — a partir de maio. O distanciamento social e as máscaras serão obrigatórios.

ISABEL LEIRIA
ileiria@expresso.imprensa.pt

POLÍTICA ENTREVISTA



António Costa Primeiro-ministro

Austeridade? “Não dou uma resposta que amanhã não possa garantir”

Textos **DAVID DINIS**
e **LILIANA VALENTE**
Foto **TIAGO MIRANDA**

Tinha acabado de ser aprovado o que espera ser o último decreto de estado de emergência quando falou com o Expresso. António Costa foge de um bloco central, mas elogia Rui Rio e a “concertação política” que tem havido — que espera também para o orçamento suplementar. Para o futuro, anuncia um grande programa de emprego. Diz que as “prioridades mudaram” e, recusando medidas de austeridade, deixa em suspenso a agenda de aumento de rendimentos. Falata que também “há um amanhã”.

❑ O decreto de emergência, que tanto o primeiro-ministro como o Presidente já disseram que esperam ser o último, abre já a porta ao levantamento de medidas. Porém, o decreto do Governo não o fez. Há uma dessintonia entre Presidente e primeiro-ministro?

❑ Não tem havido, pelo contrário. Portugal tem sido referenciado como um caso não só de grande concertação institucional entre Presidente, Governo e Assembleia da República como entre Governo e oposição. Temos conseguido viver com enorme consenso político e social. Isso é muito importante para o futuro do nosso país. A nossa saída da crise vai depender muito do grau de confiança que inspiremos nos investidores estrangeiros, nos mercados, naqueles que querem retomar o contacto com Portugal como turistas. Será uma enorme mais-valia para a fase de relançamento.

❑ Esse consenso é que o estado de emergência seja só até ao final de abril?

❑ Este foi decretado até ao dia 2 de maio, para que aquele fim de semana prolongado de 1 a 3 de maio não seja mais um momento de risco. Todos desejamos — acho que aí somos unânimes — de que este tenha sido o último estado de emergência.

❑ Quando apresentar o Orçamento Retificativo, vai chamar a esquerda para o negociar ou, nestas circunstâncias, chamará também o líder do PSD?

❑ Eu nunca deixei de ouvir o líder da oposição. No último Orçamento, o PSD disse que estávamos em início de legislatura, pelo que não lhe competia apresentar grandes iniciativas. Estamos numa circunstância distinta, e o importante é que haja o mais largo consenso político possível... mas antes que façam aquela pergunta sobre bloco central, já sabem que nem o PSD nem o PS querem. Quando nem a noiva nem o noivo querem, não vale a pena insistir nessa proposta de casamento.

❑ Sem maioria, acha que é possível levar esta legislatura até ao fim nestas circunstâncias?

❑ Não tenho nenhuma razão para achar que, passada esta fase dura, não haverá também a mesma capacidade de concertação social e política para fazer o que é essencial: trabalharmos na recuperação da economia.

❑ Essa concertação será feita à esquerda?

❑ [Riso] Já respondi a essa pergunta no dia em que apresentei a minha candidatura ao PS em 2014. Felizmente, o grau de concertação para responder a esta crise tem sido muito amplo — do ponto de vista social e político. E o líder da oposição tem tido uma postura que só pode merecer reconhecimento.

❑ Também acha que é antipatriótico criticar agora o primeiro-ministro?



Costa não quer contar tostões, mas lembra que “há um amanhã”

❑ Não, nunca poderia dizer isso.

❑ Rui Rio disse que tinha dado todo o apoio ao Governo, mas que o PS não tinha aprovado nenhuma das medidas do PSD. Das conversas que têm tido já resultou alguma medida?

❑ Houve dois períodos de conversa, uma sobre o encerramento das escolas e declaração do estado de emergência; e depois sobre a reabertura do terceiro período. Sobre outras matérias não tem havido conversas em particular, mas conversas gerais. Tem sido importante haver um nível de partilha de informação transparente, entre todos.

❑ Mas o PSD foi importante para travar medidas da esquerda que consideramos inoportunos.

❑ Sim, mas o doutor Rui Rio disse que era necessário apoiar famílias, empresas, mas que não podemos apoiar ilimitadamente. É preciso perceber que não é altura de contar tostões em matéria de saúde pública, mas temos de ter em conta que há um amanhã.

❑ A agenda de devolução de rendimentos tem de ficar em suspenso?

❑ Temos de desenhar o nosso plano de recuperação, que tem de assentar num fortíssimo plano de investimento

“Ninguém sabe quanto cairá o PIB”

A recuperação “vai ter que ser lenta”, tantas são as incertezas, e ninguém sabe quanto vai cair a economia, diz António Costa. Para já, a prioridade é atacar também “a pandemia do medo” e dar confiança para que esta não seja uma legislatura em que Portugal vai levar de novo mais quatro anos a recuperar: “Seria uma sina”, diz em desabafo.

Antes de começar a implementar o plano de retoma, que diz Costa irá basear-se no investimento e num programa de emprego, vai ter de acertar as contas do Orçamento deste ano. Não lhe quer chamar Retificativo, prefere chamar-lhe “Suplementar” e será entregue antes do verão, sem “medidas de contenção”, garante.



Há outros problemas que estão a surgir com a pandemia. Por cá, a TAP pediu ajuda esta semana e o Governo aguarda pelas regras de ajudas públicas que serão aprovadas “em breve” pela Comissão Europeia. Se há medidas que constam do OE para este ano que vão ser reformuladas, há outras que se mantêm, como a transferência para o Novo Banco via Fundo de Resolução. Na entrevista, o primeiro-ministro defende que é preciso preservar a estabilidade da banca. A parte económica desta entrevista pode ser lida no Expresso Diário de ontem.

— temos um conjunto programado, na ferrovia, nos hospitais. Vamos ter um programa de emprego que permita absorver muita da mão de obra que ficou disponível.

❑ De emprego público?

❑ Não, na sociedade portuguesa. Tínhamos enormes queixas na construção de falta de mão de obra, creio que é um problema (por más razões), que já não haverá. Temos o programa de reestruturação da floresta, que implica mão de obra intensiva, porque temos os incêndios a seguir. Temos também a necessidade de reforçar muito as condições de apoio pessoal, porque ficou manifesta a fragilidade de recursos humanos de muitas instituições de solidariedade social...

❑ Então, também estamos a falar de emprego público?

❑ Um é público, outro tem dimensão social. Temos uma necessidade acrescida de atrair investimento estrangeiro para absorver os quadros qualificados que temos. Temos bons sinais de que os que tínhamos em carteira não ficaram perdidos — e temos registado novas intenções. Estou convencido que um dos grandes efeitos macro desta crise vai ser a compreensão de que as cadeias de valor à escala global vão ter de ser reestruturadas, porque não podemos depender tanto de um só país. E isso vai criar um quadro de revalorização da produção nacional de um conjunto de bens.

❑ Daí que lhe pergunte pela agenda da esquerda, da devolução de rendimentos. Estava previsto para o próximo OE uma redução do IRS.

❑ Eu não tenho a visão de que é preciso matar a procura interna para termos capacidade...

❑ Portanto, a receita vai ser igual?

❑ Não podemos ter o mesmo receitaário médico para doenças que são distintas. Obviamente temos de ter a receita adequada para a doença que temos agora. E essa requer em primeiro lugar manter vivas as empresas e evitar a destruição de postos de trabalho. E depois temos de relançar. Pergunta-me se as prioridades que tínhamos em janeiro são as que temos hoje? Não, não são. Agora, sabemos que para retomar a trajetória de recuperação de rendimentos é preciso recuperar as empresas e o trabalho.

❑ Na última semana perguntaram-lhe sobre se admite que venha a ser necessário aplicar medidas de austeridade.

❑ Foi uma má ideia e seria uma má ideia. O país não precisa de austeridade, precisa de relançar a economia.

❑ Escolheu sempre as palavras “espero que não”, “evitar”...

❑ Lembra-se da sua pergunta anterior sobre a incerteza?

❑ Lembro-me. Ia perguntar se não estamos na circunstância do ex-Presidente dos EUA, que respondeu a uma pergunta assim dizendo “read my lips”.

❑ [Risos] Pode ler à vontade o que está nos meus lábios [sorriso]. Mas já ando nisto há muitos anos para não dar hoje uma resposta que amanhã não possa garantir. E acho que há um fator fundamental para sairmos desta crise, que é mantermos confiança. E a confiança tem de assentar em todos percebermos qual é o grau de incerteza em que vivemos e qual é o grau de compromisso que podemos assumir.

ddinis@expresso.imprensa.pt

ENTREVISTA

“Reanimar sem descontrolar. O vírus não hiberna no verão”

Textos **DAVID DINIS**
e **LILIANA VALENTE**
Foto **TIAGO MIRANDA**

A prioridade é reanimar a economia, pelo que António Costa conta anunciar o seu plano de desconfinamento a 30 de abril. Mas já tem uma ideia de como o fazer, faseadamente, ao longo dos próximos meses. Em entrevista ao Expresso, o primeiro-ministro detalha as medidas, uma a uma, mas avisa que ainda é preciso um esforço e que, se houver novo surto, tudo pode ser revertido.

■ Ao contrário de vários países, escolheu começar as aulas presenciais pelos alunos mais velhos — sinalizando prudência. Esta semana, na Assembleia da República, fez uma listagem do tipo de desconfinamento que vamos ter. Não são mensagens contraditórias?

■ A mensagem fundamental é que abril é o esforço final que temos de fazer para conseguir consolidar o controlo da pandemia. E termos margem para que, em maio, possamos começar a ir retomando as atividades. Isto sabendo que durante ano, ano e meio, vamos ter de conviver com o vírus sem vacina. É um processo de aprendizagem e deve ser gradual, progressivo, controlado, para que não se perca em maio aquilo que ganhámos nestes dois meses.

■ O roteiro da Comissão Europeia diz que entre cada medida de desconfinamento deve ocorrer um mês — para se medir efeitos. Como é que está a pensar este desbloqueamento? Em maio conseguimos cumprir todo o calendário?

■ Em abril temos de conseguir fazer com que a curva, que está a planar, possa começar a decrescer. E temos de fazer duas coisas fundamentais para dar confiança à sociedade: dispor em abundância de material de proteção individual, desde máscaras, gel, etc., e medidas de higienização dos locais de trabalho, dos espaços públicos, dos transportes públicos — que é uma operação mais complexa.

■ Estes 15 dias vão ser para preparar isso?

■ Sim. Está marcada para dia 28 a próxima reunião conjunta que fazemos com o Presidente da República, o presidente da Assembleia da República, líderes partidários, conselheiros de Estado e a equipa de cientistas que trabalha para a DGS, para podermos fazer a avaliação da situação. O que gostaríamos era de, no Conselho de Ministros de 30 de abril, poder anunciar o calendário e o programa de desconfinamento progressivo de maio.

“Vamos reorganizar os horários do 11.º e 12.º anos: a escola deve começar mais tarde, para não congestionar transportes públicos”

um conjunto de atividades que têm a ver com o sistema de ensino, com as atividades comerciais e de restauração e com as atividades culturais.

■ Quanto tempo é que acha que vai demorar a fazer todo este processo?

■ Depende muito de como as coisas vão correr passo a passo. O que gostaríamos é que não houvesse sobreposição de universos abrangidos. Por exemplo: o universo do 11.º, 12.º e o universo das creches são universos que não se cruzam.

■ Podem abrir ao mesmo tempo. E o pré-escolar também?

■ Gostaria, no que diz respeito ao pré-escolar, que pelo menos no período praia/campo, que se inicia em junho, pudéssemos já ter atividade. Outra forma de desfazamento é conseguirmos ter horários desencontrados. Como só vamos ter 22 disciplinas presencialmente, estamos a reorganizar os horários de forma a que a escola possa começar mais tarde do que o horário normal de trabalho. A intenção é que estudantes e professores e os trabalhadores não se cruzem nos transportes públicos. Gostaríamos também de ir mantendo o maior número de pessoas em teletrabalho durante o mês

“Nas escolas e nos transportes públicos vai ser obrigatório o uso de máscara comunitária”

de maio, para evitar essa concentração, e que a saída do teletrabalho se possa fazer também de uma forma faseada.

■ A partir de junho, portanto?

■ Uns trabalhando de manhã, outros à tarde. Uns numa semana presencialmente, outros noutra. Se é em junho ou se ainda pode ser em maio, depende muito. Temos de ir medindo dia a dia o que vai acontecendo.

■ E os serviços e comércio?

■ O comércio, a nossa ideia é que evolua gradualmente. A primeira prioridade vai ser o comércio local, que é o que concentra menos pessoas, onde é possível ter uma menor distância de deslocação e onde é mais fácil organizar as entradas e evitar aglomerações. Uma segunda fase serão as lojas maiores que têm porta aberta para a rua. O terceiro nível serão as grandes superfícies. Não ouvimos autarcas, porque admitimos que em algumas cidades se possa começar por distinguir zonas residenciais de zonas mais comerciais e de maior concentração. Dando o exemplo de Lisboa, não é a mesma coisa abrir as lojas em Alvalade ou em Benfica ou abrir na Baixa-Chiado.

■ E os eventos culturais e desportivos? De quanto tempo é que tem a expectativa que isto tudo volte a uma nova normalidade?

■ Não vamos ter normalidade até haver

vacina. Temos todos de nos compenetrar que durante o próximo ano, ano e meio, não vamos viver como vivíamos antes do mês de fevereiro. Isso significa que temos de ir dando passos sem ansiedade e com prudência. O risco que não podemos correr é de termos novamente uma situação em que a pandemia não está sob controlo.

■ Para conseguir medir, vai precisar de dar tempo a cada bloco de medidas...

■ Por isso não pode ser tudo em simultâneo, temos de ir avançando. Quando digo maio é porque não quero estar a antecipar expectativas quanto ao que possa acontecer ainda em abril.

■ Admite que possa acontecer alguma coisa em abril?

■ Assim que seja possível, tomaremos as primeiras medidas. Não vamos estar a atrasar medidas.

■ E quanto tempo entre medidas? 15 dias? Um mês?

■ Há medidas que podem ser tomadas em simultâneo, as que não se cruzam ou que têm o menor risco de cruzamento. Manter o teletrabalho serve para termos uma rede de segurança bastante significativa para podermos adotar o conjunto destas medidas. E dá-nos tempo para começar a ver em junho se podemos começar a aumentar o trabalho presencial. É esta combinação que temos de ir fazendo. Sempre medindo.

■ Admite que tal como em França e na Bélgica, os grandes festivais e os grandes aglomerados possam ser só para depois de setembro?

■ É cedo para tomar decisões sobre essa matéria. O primeiro passo nos equipamentos culturais é naqueles que têm lugar marcado. Porque são aqueles em que é mais fácil fixarmos e serem respeitadas as normas de distanciamento. Num cinema, a lotação é restrita, os lugares passam a ser todos marcados, só podem vender bilhetes de duas em duas filas, de três em três cadeiras...

■ Há grandes festivais marcados para julho, agosto... Era prudente cancelar ou adiar?

■ Não sou futurólogo. Tudo o que seja possível deve ser feito, desde que não ponha em causa o que é fundamental — manter a pandemia num nível controlado. Esta semana, tivemos os cuidados intensivos com uma taxa de ocupação entre 55% e 60%. Isso significa que temos mantido a capacidade de resposta. Temos entre 87% e 88% dos doentes em casa. Temos pouco mais de 1% dos doentes nos cuidados intensivos. Agora, nada nos garante que, com o aligeiramento das medidas, com a fadiga que as pessoas têm e com a necessidade que têm, devido à perda de rendimentos, de começarem a flexibilizar a sua própria autocontenção, de repente não possamos ter uma nova situação. Não podemos correr o risco de ter de reverter os passos que temos.

■ Está preparado para essa situação de ter de voltar atrás?



“A aglomeração nas praias não vai poder existir. As autarquias e as capitánias vão ter de tomar as medidas necessárias”

■ Se for necessário. Mas não basta o primeiro-ministro, é fundamental que todos os cidadãos estejam preparados e conscientes disso. O [nosso sucesso] assentou na disciplina e na vontade das pessoas. Para que essa vontade não esmoreça é preciso que tenham confiança no caminho a seguir. Ora, qualquer retrocesso pode pôr em crise essa confiança, por isso temos de ser prudentes nos passos que damos.

■ O Norte tem dados mais preocupantes. Admite que o Norte possa ficar para mais tarde no desconfinamento?

■ Não gostaríamos de fazer diferenciações regionais. Provavelmente, só os estudos epidemiológicos o poderão demonstrar, mas um dos motivos dessa prevalência do vírus na região Norte pode ter a ver com o facto de haver uma maior prevalência de um conjunto de atividades que nunca estiveram encerradas, nomeadamente da atividade industrial.

■ Já discutiu com os técnicos se vão ser necessárias medidas de restrição nas praias em agosto?

■ Vão ser, seguramente. Há praias de grande extensão onde a aglomeração é facilmente evitável, há outras em que todos sabemos que a aglomeração é grande. A aglomeração não vai poder existir. As autarquias e as capitánias vão ter de tomar as medidas necessárias para que possamos ir à praia sem que se verifique uma aglomeração. O que os cientistas nos dizem é que este vírus não hiberna no verão.

■ O futebol também só pode voltar com distanciamento nos estádios?

■ Há pouco dizia que não queria gerar expectativas. Olhando para o decreto de emergência agora aprovado e para estas medidas, não há uma dessintonia entre o que quer que as pessoas façam e a mensagem que está a passar?

■ Não sei se é errada. Tenho procurado transmitir o mais antecipadamente possível as medidas que vamos tomar para que as pessoas não sejam apanhadas de surpresa e se possam ir organizando. Se não sinalizo agora ao comércio local, provavelmente os comerciantes não se

■ Para o público, há várias soluções: pode ser à porta fechada ou só com os lugares cativos distribuídos pelo estádio. A proposta que a Liga apresentou era para em junho e julho poder completar a época desportiva. Ainda temos tempo para preparar isso.

■ Já aconselhou os portugueses a programarem as férias em Portugal. E para turistas de fora é aconselhável ou possível que Portugal abra algumas portas em agosto?

■ Não antecipo que as fronteiras externas da UE sejam abertas de uma forma generalizada tão cedo. Quanto às fronteiras internas, ainda não há nenhum objetivo fixado para a sua reabertura, embora haja o desejo de que assim que possível possamos começar a abri-las.

■ O nosso turismo vai ter de preparar o verão pensando que o turismo será interno?

■ Este é um ano em que temos de olhar muito para o mercado interno. Se tivermos oportunidade de que o mercado externo venha até nós, excelente. Provavelmente, a reabertura será pelas zonas de menor risco.

■ Há pouco dizia que não queria gerar expectativas. Olhando para o decreto de emergência agora aprovado e para estas medidas, não há uma dessintonia entre o que quer que as pessoas façam e a mensagem que está a passar?

■ Não sei se é errada. Tenho procurado transmitir o mais antecipadamente possível as medidas que vamos tomar para que as pessoas não sejam apanhadas de surpresa e se possam ir organizando. Se não sinalizo agora ao comércio local, provavelmente os comerciantes não se



João Gonçalves

preparariam para ter as suas lojas abertas em maio. O mesmo para as escolas: temos de adquirir mais de 22 milhões de máscaras. Não se reabrem as escolas de um dia para o outro. O maior esforço logístico que este processo de reabertura exige é o que diz respeito aos transportes públicos.

Como vai aumentar a oferta?

Temos de descomprimir a procura, com a diferenciação de horários. E temos de assegurar que as pessoas têm acesso em abundância, nos supermercados, a máscaras de proteção comunitária e gel para se poderem proteger. Além disso, temos de ter uma oferta que permita ter uma menor compressão de número de pessoas dentro de uma carruagem ou dentro de um autocarro.

O uso da máscara vai ser obrigatório?

Nas escolas e nos transportes públicos vai ser obrigatório o uso de máscara comunitária. Relativamente ao comércio, para as pessoas que estão a atender,

número de novos casos, a taxa de transmissão RO, que os técnicos discutem que está nos 0,97, outros nos 0,7... é preciso ver como estará no dia 28 de abril. Temos praticamente montada uma ponte aérea logística entre Lisboa e Pequim para abastecimento permanente de um conjunto de materiais e temos conseguido desenvolver a capacidade de produção desses equipamentos.

Angela Merkel disse que no caso da Alemanha há taxas específicas de retransmissão. Com 1,1, o sistema de saúde alemão entraria em colapso em outubro, se fosse 1,3 em junho. Em Portugal, quando é que o SNS pode entrar em colapso?

O risco de colapso foi ultrapassado quando nos afastámos da linha de crescimento exponencial. Até agora não há um caso em que tenhamos tido qualquer tipo de rutura do SNS. Agora, o que temos é de garantir que, com as medidas de desconfinamento, o desenvolvimento da pandemia não provoca essa tensão no SNS.

Temos um milhão de pessoas em *lay-off*, mais desempregados, pessoas sem saber o que é o futuro... Até quando as pessoas aguentam?

A primeira prioridade foi conter a pandemia sem matar a economia. A nova prioridade que temos agora é a de reanimar a economia sem deixar descontrolar a pandemia. Há uma coisa que sabemos: não podemos morrer da cura. Todos temos consciência de que esta paralisação da economia mundial criou uma crise económica que nunca ninguém tinha descrito e é uma enorme ameaça às empresas, ao emprego, ao rendimento das famílias. Temos de começar a fazer com segurança essa descompressão. O problema é que não basta fazê-la em Portugal. Temos de a fazer à escala europeia e mundial. Há poucos meses discutia-se se não tínhamos um excesso de turistas, receio que agora vamos chorar muito a falta de turistas. Para não desistirmos deste verão, temos de o planear com base no mercado interno. Se as coisas correrem bem, em Portugal e no resto da Europa, pode ser que as fronteiras vão abrindo e os fluxos possam ser retomados. Quando foi a crise do 11 de Setembro, a aviação levou dois

A Função Pública tem de dar o exemplo. Vamos começar pelos serviços desconcentrados e só no fim pelas Lojas de Cidadão

a três anos a recuperar completamente. Muita gente terá certamente receio de voltar a viajar. Se conseguirmos manter uma posição diferenciada no contexto global, é uma mais-valia que não podemos correr o risco de perder.

A Comissão, naquele *roadmap*, recomendou também um *app* europeia, voluntária, para vigilância dos contactos, anónima, para que possa ser feito um *tracking*. Em moldes voluntários, o Governo admite usar isto?

Há ene aplicações que estão a ser desenvolvidas em toda a Europa, umas mais intrusivas, outras menos. Aquilo que tem sido a base de trabalho da Comissão Europeia é uma aplicação muito semelhante à "Friends", que muitos telemóveis têm. A CE é muito clara: tem de respeitar o regulamento europeu de proteção de dados, ter carácter voluntário, respeitar os direitos de personalidade e as liberdades. As *apps* não carecem de regulamentação, e cada um de nós é livre de descarregar as que quiser.

Ou seja, admite, mas não para uso das autoridades de saúde.

Sim. Aquilo que acho pacífico e que não coloca problemas nem de constitucionalidade, nem de desrespeito pela proteção de dados, nem pelos direitos de privacidade são aplicações que sejam descarregadas voluntariamente e que no fundo sejam de partilha de avisos entre os próprios e sem intervenção de autoridades. A CE até recomenda que se use o *bluetooth* e não a geolocalização. Se a pergunta é se tencionamos andar a fazer vigilância das pessoas por métodos eletrónicos, não, não tencionamos.

ddinis@expresso.imprensa.pt

"A posição alemã claramente não é igual à da Holanda"

Para a semana há mais um Conselho Europeu decisivo, e Costa está do lado das alemãs Angela Merkel e Ursula von der Leyen. Desta vez, diz que a culpa não é de Bruxelas e até acha "uma boa ideia" ser o orçamento europeu reforçado a servir de plano de recuperação da economia. Uma forma de *eurobonds*, sem lhe dar o nome.

O FMI estimou a dívida portuguesa de 135% este ano. Vamos poder investir para impulsionar a recuperação sem algum tipo de mutualização da dívida?

Portugal fez um enorme esforço de consolidação. A situação que temos resulta de um fator exógeno, conjuntural e à escala global. Todas as dívidas estão a aumentar e isso reflete-se nos nossos juros, como nos juros de outros países soberanos. Foi importante o BCE desta vez não ter hesitado.

Mas sem mutualização é possível evitar uma crise das dívidas soberanas?

O esforço de recuperação da UE só é possível com um esforço europeu. A Comissão Europeia (CE), para financiar o SURE, decidiu emitir dívida, garantida pelos Estados. A ideia da CE, de trabalharmos sobre o quadro financeiro plurianual, através também de emissão de dívida por parte da UE, é uma boa ideia, desde que se aumentem os recursos. É um bom ponto de partida. Terá depois de discutir como isso se incorpora no orçamento e como se transfere do orçamento da UE para os diferentes Estados-membros. Nesses pormenores pode estar...

Se é empréstimo conta para a dívida dos países.

É nas condições de tudo isto que vamos saber qual é a efetividade desse recurso. Pode também ser um empréstimo a longo prazo. Neste momento há um grande debate europeu, é importante que não nos fechemos cada um na sua trincheira, porque delas ninguém sai. O que temos é de ter todos a consciência de que só saímos com uma resposta global.

O Presidente francês avisou para um colapso da UE se, desta vez, não houver solidariedade. Qual é o tempo que a UE tem para dar uma resposta?

Não podemos ser injustos: o BCE agiu rapidamente, a Comissão agiu rapidamente, com a criação do SURE, com a flexibilização do Pacto de Estabilidade e das regras das ajudas de Estado. A paralisia tem estado no Conselho. Isto não é momento para os Estados atirarem as culpas para Bruxelas, a culpa e responsabilidade do que está atrasado é dos Estados-membros. Houve um passo muito importante, que foi dado na última reunião do Eurogrupo. O trabalho extraordinário que Mário Centeno fez para desbloquear o impasse foi importante, mas o Eurogrupo colocou o problema central nas mãos do Conselho.

Como o Conselho tinha posto, antes, nas mãos do Eurogrupo.

Sim, mas o Conselho Europeu desta semana tem a responsabilidade de dar uma resposta clara. Vamos ou não ter um fundo de recuperação? Como vai ser esse fundo? Vai ser integrado no próximo quadro plurianual? Vai ser financiado por reforço das transferências, por emissão de dívida da UE, por um reforço dos

recursos com a criação de novas taxas? Enfim...

Daí a pergunta sobre o timing: é agora ou nunca?

Que é agora ou nunca, não tenho dúvidas. Eu só discordo do Presidente Macron numa palavra: isto não é uma questão de solidariedade, mas de racionalidade. Quando o que está em causa é repor a funcionar o mercado interno é uma questão de racionalidade em que os primeiros interessados são os Estados que mais beneficiam do mercado interno e este não existe com a Itália em ruína financeira. A Holanda cometerá um profundo erro se achar que vai continuar a ser das grandes beneficiárias se puser a Itália como país perdedor. Toca a todos e só com todos podemos sair.

Diria que é sobrevivência?

Da UE? Sim, neste momento está claramente em causa a sobrevivência e o futuro da UE. Convém não esquecer a história. A UE nasceu dos escombros da II Guerra Mundial. E, como diz a senhora Merkel, não podemos fazer hoje menos do que fizeram os pais-fundadores da UE.

Depois do que ouviu no último Conselho Europeu, tem esperança?

Para um otimista, a esperança nunca morre. E ao longo destes quatro anos de Conselhos Europeus já ouvi muita coisa. E desta vez tenho ouvido coisas melhores do que ouvi no passado.

Mas nunca o ouvi ser tão crítico como foi desta vez com a Holanda.

Eu não gosto de andar no concurso das críticas aos meus colegas. E critiquei as palavras de um ministro das Finanças a propósito dos comentários que fez sobre Espanha e Itália. A evolução das coisas desde então revela que em todos há um fundo de consciência. Os momentos de crise testam sempre a solidez da nossa arquitetura institucional, testam sempre a dificuldade que alguns têm em compatibilizar o interesse comum da UE com o seu próprio calendário eleitoral. Hoje, o pior efeito do populismo são os governos que, pretendendo resistir ao populismo, adotam a agenda antieuropeia deles, achando que assim os vão matar. Como o Presidente Macron provou, a única forma de matar o populismo é mesmo com uma agenda antipopulista, com uma defesa radical do projeto europeu. E receio muito que aqueles que julgam que esvaziavam o populismo deixando-se contaminar pelas suas ideias são, hoje, um fator de risco para o conjunto da União. Ao longo dos últimos anos tenho visto evoluções muito grandes. E o que vejo descrito na imprensa, de um grupo que junta Finlândia, Áustria, Holanda, Alemanha... bom, a Alemanha claramente não tem uma posição coincidente com nenhum desses países. E tem dado vários contributos importantes para construir uma posição conjunta.

Acredita que a Alemanha aceite uma saída com algum tipo de mutualização?

A Alemanha não se opôs à emissão de dívida da UE, com base no artigo 122, para financiar o SURE. Tenho visto na Alemanha sempre uma postura construtiva. E nunca se confundindo com outras posições.

No comércio será gradualmente e vamos ouvir os autarcas. Não é a mesma coisa abrir as lojas em Alvalade ou abrir na Baixa-Chiado"

vamos ter os acrílicos ou vamos ter de ter máscaras. Além disso, a Administração Pública tem de dar o exemplo, e numa primeira linha de abertura estarão seguramente os serviços de atendimento ao público.

Todos?

Vamos começar pelos desconcentrados e só no fim pelas Lojas de Cidadão.

O que falta ao SNS para cumprir os requisitos para o país reabrir?

Há uma bateria de critérios que ainda não estamos a cumprir, desde a redução do número de óbitos, a redução do

EDUCAÇÃO

Ensino à distância Milhares não têm computador ou não chegam para a família. Pais desesperam entre teletrabalho e apoio às crianças

Escola em casa agrava fosso entre estudantes

Texto **ISABEL LEITE**
Foto **PEDRO NUNES**

No final do 2º período, quando Manuel Pereira, diretor do Agrupamento de Escolas de Cinfães (Viseu), teve de comunicar as notas do 2º período às famílias dos mil alunos do ensino básico percebeu que, para 200, as classificações tinham de seguir por carta, por falta de meios informáticos. “Há uma percentagem significativa de alunos que não tem computador, ligação à internet ou telemóvel”, tem avisado o também presidente da Associação Nacional de Diretores Escolares.

No seu agrupamento, como em tantos outros, o ensino à distância não poderá chegar apenas por via digital e serão precisos meios mais analógicos como fichas de papel entregues em mão, correio e conversas entre professores e miúdos por telefone fixo. Porque nem todos têm acesso às plataformas digitais, como o Zoom, WebEx ou Teams, que passaram a ser as novas salas de aula desde que as escolas fecharam. “Uma coisa são os decretos-lei, outra é a realidade. Será preciso muito bom senso e pragmatismo para levar este 3º período avançar”, alerta.

O drama é este: se grande parte do sucesso escolar dos alunos é explicado pelos recursos das famílias, agora que o ensino é feito em casa, haverá inevitavelmente um “exacerbar das desigualdades”, reconhece Pedro Freitas, investigador do Centro de Economia da Educação da Nova SBE.

Com base nos números do INE e juntamente com o economista Hugo Reis, o investigador estima que cerca de 50 mil alunos até aos 15 anos não têm acesso a um computador com internet. Só que a estes têm de juntar-se muitos milhares que estão agora em casa com os pais em teletrabalho e em que os equipamentos até existem, mas são insuficientes para todos.

Horas a ver televisão

Com quatro filhos em casa, Marco Oliveira, técnico de informática, teve de ir ao baú recuperar um computador com 15 anos e teclas em falta. “É com esse que o Samuel, de 11 anos, faz os trabalhos da escola”, conta o pai, de 47 anos. A mulher, professora, também está em teletrabalho. Os dias são divididos entre preparar refeições para os seis, tratar da casa, ajudar a filha de seis anos a aprender a ler, apoiar o de 11 a acompanhar a escola, tomar conta do mais novo com três e tirar dúvidas à mais velha, de 14.

“O ideal seria um de nós poder estar apenas a prestar assistência à família”, defende Marco Oliveira. No regime atual, basta um dos pais estar em teletrabalho para que o outro não possa aceder ao apoio de assistência aos filhos menores de 12 anos. A Associação Portuguesa de Famílias Numerosas

ASSIMETRIAS

31%

dos alunos do 1º ciclo das escolas públicas não têm um computador com acesso à internet, segundo os professores que responderam ao inquérito desenvolvido pelo Centro de Economia da Educação da Universidade Nova de Lisboa. Essa percentagem cai para os 10% no privado

78%

dos alunos foram ajudados, sobretudo pelas mães, na realização de atividades escolares em casa, concluiu o Observatório de Políticas de Educação e Formação no estudo que está a fazer sobre o impacto da covid-19 no sistema de ensino

pede ao Governo para eliminar esta condicionante e criar a possibilidade de exercer teletrabalho a tempo parcial, com acordo da empresa e compensação da Segurança Social.

“Lamento que o nosso filho mais novo passe o dia a ver televisão, mas só assim conseguimos que nos dê algum espaço. E a partir de segunda-feira vem outro problema. Só temos uma televisão e com a teleaula os outros três vão precisar dela. O mais novo terá de ficar a ver desenhos animados no tablet.” O desespero repete-se de lar para lar. “Durante a semana estamos mais tensos porque queremos responder ao trabalho, não deixando nenhuma das crianças de parte. É difícil manter a concentração e lidar com o sentimento de culpa, porque sempre que me foco no trabalho sinto que devia estar a dar-lhes atenção. Para evitar isso, tentamos os dois trabalhar à vez”, conta Sara Dias, mãe de duas crianças, de quatro anos e dez meses.

Para evitar que a filha mais velha esteja sempre a ver desenhos animados, os pais dividem-se em atividades. “Já estamos todos a acusar cansaço”, reconhece. E os sacrifícios multiplicam-se: “Contaram-me a história de um pai que acordava às três da manhã para trabalhar e libertar o computador para o filho estudar de manhã”, diz Luís Fernandes, um dos fundadores do movimento #somosolucão, que tenta angariar computadores para alunos carenciados.

“Em 60 escolas que se inscreveram no site, faltam mais de dois mil equipamentos”, conta Luís Fernandes. Até agora distribuíram 60 portáteis, doados por cidadãos e empresas, e já têm promessas de entrega de outras dezenas. Ainda assim, muito pouco para as ne-



Marco e Helena estão em teletrabalho com os quatro filhos de 3, 6, 11 e 14 anos. Para que possam estudar, o pai pôs a usar um computador com 15 anos e sem algumas teclas

cessidades. “O Governo anuncia para o próximo ano letivo acesso à internet e equipamentos para todos os alunos. Mas, e durante estes dois meses? Não podemos deixar estes alunos sem nada. Devia-se estar já a falar com as operadoras e com os municípios, para arranjar soluções”, sugere.

Faltas e ginástica de farda

Depois, há outra realidade. A dos colegas que, também por quererem manter as mensalidades, quase reproduzem o horário da escola com os mesmos tempos, aulas e rituais, desde a Educação Física com o equipamento da escola à marcação de faltas.

Mas a verdade é que, com as escolas fechadas, não há alternativa ao ensino à distância. Mas deveria haver mais orientações do Ministério que balizassem a atuação das escolas e evitassem uma disparidade de práticas que agravam o fosso já existente, defende Pedro Freitas. No seu blogue “Com Regras”, Alexandre Henriques, professor no Alentejo, alerta: “No ensino presencial, existem estratégias e apoios da escola para lidar com alunos com problemas de assiduidade, comportamentais ou cognitivos. No ensino à distância, nada disso existe. Mas há quem pense que apesar desta gritante diferença, as aulas devem correr a um ritmo normal.”

Num questionário a professores sobre as práticas de ensino à distância lançado pela Nova SBE, os resultados de 1500 respostas deixam evidentes as diferenças no acesso aos recursos entre quem frequenta o sistema público e privado (ver caixa) e nas práticas dos professores: nas últimas duas semanas do 2º período, 63% dos docentes de escolas privadas estavam já a lecionar por videoconferência e no público acontecia com 22%.

Gonçalo Lima, também autor do estudo, chama a atenção para os alunos mais novos: “São eles os mais afetados nestes momentos de crise e é a eles que é mais difícil fazer chegar o ensino à distância.” Por isso, avisa, no próximo ano será fundamental definir “estratégias muito fortes de recuperação para quem saiu mais prejudicado”.

Com **RAQUEL ALBUQUERQUE**
ileiria@expresso.imprensa.pt

“Pelos meus alunos enfrento o vírus”

Aulas pela televisão regressam segunda-feira. Mais de cem professores estão a gravar conteúdos educativos do 1º ao 9º ano

Tal como se estivesse numa sala de aula, Maria das Dores Dória fala, aponta para a câmara, circula pelo estúdio, volta à sua secretária onde tem o portátil ligado, a partir do qual vai projetando no quadro frases e imagens. No mesmo espaço, Paula Lourenço vai lendo o conto sobre o pássaro Bisnau, enquanto Maria das Dores chama a atenção para os versos e rimas,

interpelando os alunos. Só que a cada pergunta lançada, não se vê um braço espetado no ar ou uma resposta atirada a medo. Apenas câmaras apontadas e silêncio. Dura dois, três segundos. E como se alguém respondesse, a educadora de infância do Agrupamento Fernando Casimiro, em Rio Maior, responde com uma palavra de incentivo. “Boa!”

Na passada quinta-feira, Maria das Dores gravava as primeiras ‘aulas’ da Hora da Leitura, no âmbito da iniciativa #estudomemcasa, uma teleaula com várias adaptações — ao



As aulas pela TV estão a ser gravadas nos estúdios da RTP
FOTO NUNO BOTELHO



Joana Gonçalves

Creches disponíveis para reabrir em maio

1785 empresas do sector da educação e 5543 de apoio social, que integram berçários e creches, entraram em lay-off

Se há uma semana não havia previsão para uma eventual reabertura das instituições que acolhem e educam os mais novos, esta quinta-feira o primeiro-ministro já falou em cenários possíveis. As creches (dos 0 aos 3 anos) podem começar a reabrir em maio e os jardins de infância (dos 3 aos 5) retomariam, de-sejavelmente, algum tempo depois. António Costa falou no “período praia/campo”, remetendo

para um regresso não antes de junho. Começar a reabertura pelas instituições que acolhem as crianças mais pequenas é fundamental para “apoiar as famílias e evitar que muitas estejam com perda de rendimento ou com esforço acrescido por se encontrarem em teletrabalho”, justificou Costa.

Mas a incerteza continua a ser grande. E ao longo das últimas semanas, um “grande número de pais”, antecipando um cenário de não reabertura até setembro, cancelaram matrículas ou deixaram de pagar mensalidades, deixando muitas escolas em situação financeira crítica”,

avisa Susana Batista, presidente da Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular. A associação já enviou uma carta ao Governo a propor um conjunto de medidas, incluindo uma contribuição excecional de €150 por aluno, que compense a quebra de receitas, enquanto estas estiverem encerradas.

No caso das creches geridas por entidades não lucrativas — que representam três quartos da oferta —, o presidente da confederação das instituições particulares de solidariedade social, Lino Maia, também diz que “alguns pais” decidiram deixar de pagar. Mas que, na maioria dos casos, as reduções propostas foram aceites.

De acordo com os números do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, até ao início desta semana, 1785 empresas do sector da educação e 5543 de apoio social, onde se incluem berçários e creches, tinham requerido à Segurança Social o regime de lay-off sim-

plificado. Integram as quase 70 mil empresas, com um universo de um milhão de trabalhadores, que recorreram ao mecanismo criado pelo Governo para subsidiar parte dos encargos com salários.

Os dados não estão desagregados, mas neste grupo estarão incluídas escolas de línguas, centros de explicações, empresas de formação e alguns pequenos estabelecimentos. Quase 80% do total de requerimentos apresentados dizem respeito a empresas com até 10 funcionários. Por regiões, a maioria está concentrada em Lisboa, Porto, Braga e Setúbal.

Quanto à possível reabertura das creches e havendo condições de saúde que o permitam, Lino Maia apoia e antecipa uma “reação positiva” por parte das creches. “Seremos sempre solução e não um problema”, referindo ainda a possibilidade de se manterem abertas em agosto.

CÁTIA MATEUS e I.L.
cmateus@expresso.imprensa.pt

contrário do que acontecia nos anos 70 e 80, desta vez não faltam professores nem escolas, mas há um vírus que obriga a estarem fechadas — e que será transmitida todos os dias da semana, a partir de segunda-feira na RTP Memória, entre as 9h e as 17h50 (o pré-escolar terá conteúdos na RTP 2).

Apesar da estreia, garante que não se sentiu intimidada pelas luzes e pelas câmaras montadas num dos estúdios da RTP, em Lisboa. “Estar nas aulas é um pouco como estar num palco. E o faz de conta existe. Eu hoje não vi as câmaras, vi os meus meninos ali à frente. Foi um dia muito importante, em que me senti novamente na escola.”

65 aulas por semana

As sessões começaram a ser gravadas há uma semana, de manhã à noite, por 112 professores de seis escolas públicas, duas privadas e da ciberescola,

la, a que se juntam intérpretes de língua gestual portuguesa. São 65 blocos de meia hora por semana — 650 ao longo do 3º período —, sem telepon-to e sem pausas. Se se erra, continua-se.

As escolas foram contactadas pelo Ministério e os diretores encontraram os professores disponíveis. “Em pouco mais de uma semana ficou tudo montado”, garante Eulália Alexandre, subdiretora-geral da Educação. “Sabíamos que havia alunos a quem teríamos de dar outra resposta que não a digital. Mas estas emissões, que vão ficar disponíveis na RTP Play, não substituem a ligação dos alunos à escola, aos professores e ao diretor de turma”, reforça.

Paula Lourenço, professora de Português do 2º ciclo e ex-aluna da telescola, é outro elemento da equipa que vai assegurar a Hora da Leitura. Estava há já três semanas sem sair praticamente de casa, quando recebeu o telefonema do seu diretor a perguntar se podia ser uma das protagonistas da iniciativa. “Disse logo: ‘É já!’ Pelos meus alunos faço tudo. Se for preciso enfrento o vírus”, diz, sem esconder a emoção quando fala nos seus “meninos”. “Senti que tinha de vir. Eles precisam de nos ouvir e de nos ver. Marco reuniões com eles por videoconferência e isso também me ajuda a aguentar. É difícil estar afastada tanto tempo.”

Lido o conto, é tempo de conferir se os alunos estiveram atentos e acertam nas palavras que faltam nos espaços em branco que aparecem no quadro. “Toda a gente preparada?”, pergunta Maria das Dores, antes de lançar o desafio para casa; escrever um diálogo entre os pássaros bisnauas. A despedida é feita com o já clássico apelo “não saiam de casa”. De seguida entra a professora de Físico-Química. I.L.



BANKINTER
BANCA DE EMPRESAS

Na linha
da frente
do apoio
às Empresas.



6,2 mil milhões de euros para as Empresas portuguesas.

O Bankinter está na linha da frente do apoio às Empresas portuguesas através das novas Linhas de Financiamento direcionadas a diferentes setores:

- Apoio à Atividade Económica: 4,5 mil milhões de euros;
- Restauração e Similares: 600 milhões de euros;
- Empresas do Turismo: 900 milhões de euros;
- Agências de Viagem, Animação Turística, Organizadores de Eventos e Similares: 200 milhões de euros.

Em articulação com as Autoridades responsáveis, o Bankinter disponibiliza às Empresas portuguesas as novas Linhas de Financiamento para fazer face aos desafios decorrentes do COVID-19. Para tudo o que precisar, não hesite em contactar-nos. O Bankinter está cá para o apoiar. Em toda a linha.

Saiba mais em [bankinter.pt](https://www.bankinter.pt), fale com o seu Gestor ou ligue 707 50 50 50.

COABITAÇÃO



joaomcgoncalves

Marcelo e Costa, esta semana, em mais um encontro no Infarmed entre líderes políticos e especialistas em Saúde: uma coabitação competitiva FOTO JOÃO RELVAS/LUSA

Marcelo e Costa

União pública, disputa privada

Estão reféns um do outro na crise da covid-19, mas disputam poder e protagonismo. Com as presidenciais no horizonte, Marcelo e Costa jogam xadrez

ÂNGELA SILVA

A coabitação entre o Presidente da República e o primeiro-ministro tem dois momentos mágicos. O primeiro é em Paris, junho de 2016, quando a foto de um guarda-chuva para dois sinalizou complicitades. O segundo é no ano seguinte, após a tragédia dos incêndios, que projetou Marcelo Rebelo de Sousa no comando das operações. “Fixe esta data, outubro de 2017”, aconselha um confidente de António Costa. “O Presidente sabia pelo primeiro-ministro que o Governo seria remodelado” e o discurso brutal que fez na altura a exigir a demissão da ministra da Administração Interna “deixou marcas”. Três anos depois, forçado a gerir a pandemia que ‘congelou’ o país, António Costa parece ter aprendido a lição. Chegou primeiro. Não largou a boca de cena. E no que cedeu a Marcelo apresentou a fatura. O filme dos últimos dois meses é o terceiro ponto a fixar nesta relação. Pela primeira vez em quatro anos, a popularidade de Costa ultrapassa a de Marcelo nas sondagens.

O calendário não é indiferente. A nove meses das presidenciais,

a disputa de protagonismo (ainda que envolva em genuína colaboração institucional) ganha peso. António Costa tem pela frente uma assustadora crise económica e social e, sem maioria absoluta, sonha com um Presidente que não lhe complique a vida. E Marcelo Rebelo de Sousa sabe que, com a direita a valer hoje nas sondagens cerca de 10% menos do que em 2016, e com um candidato presidencial *troublemaker* — André Ventura, que as mesmas sondagens dizem poder roubar-lhe outros 10% —, vai precisar do centro-esquerda para ganhar com folga à primeira volta. A pandemia alterou o xadrez: o primeiro-ministro que estava em queda cresceu, e Marcelo que começava a descolar tem de colaborar. É com estes cálculos na cabeça e com a certeza, partilhada por fontes dos dois lados, de que a gestão do problema de saúde pública ou corre bem para os dois ou corre mal para os dois, que ambos se adaptam ao novo contexto.

“Quando a crise económica doer, as pessoas vão penalizar mais o Governo”, confiam marcelistas. Mas também há quem alerte que quando as pessoas estão mal dispostas ou não votam ou votam contra e o primeiro a

ir a votos é Marcelo Rebelo de Sousa. Ele e Costa sabem que precisam um do outro e medem-se ao dia na gestão da epidemia. Foi, por isso, com surpresa que o Presidente viu surgirem notícias segundo as quais o Governo admitia um quarto estado de emergência, cenário de que nunca tinham falado. E respondeu à surpresa com surpresa: “Não podemos brincar em serviço”, avisou numa inesperada comunicação ao país sobre a Páscoa.

Os comentadores registaram a competição: “Nunca vimos Costa com tanto frenesim mediático. Rivaliza com o estilo presidencial de Marcelo”, disse Marques Mendes na SIC. José Miguel Júdice foi mais longe e diagnosticou “uma guerra entre Marcelo e Costa”. O filme dos últimos dois meses confirma que o jogo mudou.

O filme da competição

Dia 2 de março de 2020. A Direção-Geral da Saúde regista os primeiros casos de covid-19 em Portugal. O Presidente da República visita o Salão Internacional de Alimentação e Bebidas, cumprimenta centenas de pessoas e diz que “não se deve entrar em alarmismos”. Em São Bento, António Costa an-

tecipa-se a Marcelo e prepara a visita que fará no dia seguinte ao Hospital de São João no Porto. Garante que não faltará dinheiro, anuncia 2000 camas de reserva no SNS e por entre loas ao “espírito de colaboração institucional, que é total”, ironiza com Marcelo, que desta vez não está lá: “O senhor Presidente nunca precisou de autorização do Governo para estar onde entende dever estar.” Em Lisboa, Marcelo tem a reação possível: “Deve ser o Governo a tomar a primazia na gestão da epidemia. Eu por mim já lá estava...” Mas o Presidente escolheu manter a agenda e nesse dia recebeu em Belém alunos de uma escola de Felgueiras sem suspeitar que isso lhe valeria 12 dias de quarentena.

A 5 de março, Marcelo vai ao Hospital Curry Cabral mas ainda faz um discurso pré-pandemia nos 30 anos do jornal “Público”. Espiça o Governo, a quem critica a “geometria variável” de apoios e avisa que “o início de uma legislatura não pode ter sabor a fim”. Mas António Costa já tinha virado a página com o anúncio de uma linha de crédito de €100 milhões para apoio a empresas afetadas. Quando no dia 8 de março chegam notícias a Belém — a escola de Felgueiras que Marcelo recebera tinha infetados — o Presidente suspende a agenda, fecha-se em casa, diz que quer ser “um exemplo de prevenção”, mas reconhece em privado que foi “um azar dos Távora”.

Atirado para fora de cena, Marcelo Rebelo de Sousa acompanha via telefone e TV a atividade de Costa que põe o Governo a “bombardar”: reúne-se com oito ministros para preparar o Conselho Europeu, ouve os partidos da oposição e a 12 de março aprova um primeiro “plano de contingência”. E o Presidente percebe a urgência de retomar a ação política. Em permanente contacto com o primeiro-ministro, junto de quem tivera um papel decisivo para que acelerasse o fecho das

escolas, Marcelo publica a 13 de março uma nota no seu *site* oficial onde admite vir a “tomar a iniciativa” caso se justifiquem “medidas mais duras”. Na sua cabeça já estava a “bomba atómica”: tinha de decretar o estado de emergência.

O fim de semana de 14 e 15 de março foi de alta tensão. Marcelo e Costa falaram longamente: o primeiro-ministro torceu o nariz ao estado de emergência mas o Presidente disse-lhe que iria convocar o Conselho de Estado e que ainda falaria naquele domingo ao país. Costa percebe que Marcelo não vai ceder, convoca os jornalistas, antecipa-se no anúncio de que Marcelo ouvirá os conselheiros, e garante que se o PR decretar o estado de emergência o Governo não se oporá. Mas não esconde “não ver necessidade”. À noite, quando falou ao país via Skype, Marcelo ficou sem nada para dizer e ainda ponderou travar a gravação. Mas tinha chegado a sua hora de começar a virar o jogo e o estado de emergência que não era

decretado em Portugal desde 1975 havia de recolocá-lo na história desta crise.

O Presidente justifica-se ao país em tom majestático: “Eu sou o primeiro responsável e não o último perante os portugueses.” Contraria a estratégia gradualista do primeiro-ministro e diz que é preciso “tudo mais cedo do que tarde”. E joga na afirmação de autoridade: “Entendi ser o estado de emergência do interesse nacional.” O primeiro-ministro, que entretanto se desdobrava em aparições públicas, entrevistas e longas conversas com Cristina Ferreira e Manuel Luís Goucha, voltava-se agora para a frente europeia. E dava que falar ao classificar “repugnante” o ministro das Finanças holandês pela guerra contra os países do sul. Marcelo diz que está “solidário” com Costa. Mas Costa não larga a condução do processo e convoca reuniões semanais com especialistas em Saúde, órgãos de soberania, partidos e parceiros sociais, apostado em jogar no consenso.

No final, passa a palavra ao Presidente e Marcelo puxa pelos galões quanto pode. “Hoje praticamente todos compreendem bem que o estado de emergência tinha de ser decretado”, foi lembrando ao país. Enquanto transformava Belém num epicentro de auscultação dos setores mais envolvidos, da banca às Misericórdias, passando por médicos, bombeiros ou presidentes de empresas cotadas. Esta semana, chamou a si a pedagogia possível para evitar “precipitações” e para que a abertura “gradual” da sociedade e da economia não nos leve, em maio, a “morrer na praia”. E passou a bola ao Governo: “Falta o mais difícil.” Ao PR, falta a marca registada que mais exercitou nestes anos: o contacto direto com as pessoas e o terreno onde se mexe como poucos. As sondagens captaram a fissura. Marcelo tem nove meses para recuperar.

asilva@expresso.impressa.pt

Marcelo ficou surpreendido quando viu notícias de que o Governo admitia um quarto estado de emergência

Costa chegou a ultrapassar Marcelo em popularidade na gestão da crise, mas estará mais exposto com a crise económica

A exigência da demissão da MAI na crise dos fogos deixou marcas em Costa: o PR sabia que a ministra ia sair. Agora, nunca saiu da boca de cena



ENTRE RUÍNAS E MORTE

*“Apesar das ruínas e da morte
Onde sempre acabou cada ilusão
A força dos meus sonhos é tão forte
Que de tudo renasce a exaltação
E nunca as minhas mãos ficam vazias”*

1 O que nos propõem é simples e convém que todos estejam cientes da proposta, para que cada um carregue consigo o fardo da escolha: os que não morreram da doença não querem agora morrer da cura. E morrer da cura é continuar a deixar a economia em coma induzido, sem a trazer de volta à vida. Devagar, por sectores, com vários cuidados recomendados e diversas precauções. E, ao mesmo tempo, libertando a população da prisão domiciliária onde estamos todos encerrados, mas por fases e segundo critérios etários: primeiro, adultos saudáveis, na força da idade laboral; depois, jovens; e, a seguir, crianças. Porém, há uma excepção, e disso depende o êxito — ou a ousadia — de todo o plano: os velhos devem continuar encerrados, porque representam um perigo sanitário público e uma ameaça à sustentabilidade dos serviços de saúde. Devem, então, ser mantidos longe da vista, afastados de qualquer contacto com os outros, até que haja uma vacina e a sua distribuição seja universal — talvez no Verão do próximo ano, na melhor das hipóteses. Encerrados em casa sozinhos e entregues a si mesmos ou fechados em lares, em hotéis, em pavilhões, onde for. Confiados à cura de profissionais, de voluntários ou, se necessário, das Forças Armadas.

Muita coisa vai mudar depois disto passar, dizem alguns. Vamos ter de olhar para a vida de maneira diferente, juram. Uma das coisas que talvez mude é a ideia de que vale a pena viver tanto tempo.

2 Muitos deles, aliás, já cumpriram a sua função, deixando-se abater ao activo, vítimas do vírus ou de outras doenças que, por força do vírus, não foram tratadas ou eles próprios não quiseram tratar. Aqui, como em Espanha, um terço dos mortos da covid ocorreram em lares onde os velhos estavam acantonados e foram apanhados sem defesa, a coberto de uma ilusão de segurança que, de tão frágil, chega a parecer indiferença. Quando um utente infectado num lar é retirado dele, consegue recuperar cá fora e depois é devolvido ao lar onde permanece o foco de infecção, que outra palavra podemos usar que não indiferença?

3 Tal qual como os 90 trabalhadores cingaleses das estufas de Odemira, ou os 70 nepaleses do Algarve, ou os 130 ciganos de Moura — quando aparece ali algum infectado, a solução é simples: fecham-se todos juntos onde puder ser, mesmo que, no limite, isso signifique a infecção de todos. Em Moura, rodeou-se o acampamento cigano de arame farpa-

do e colocou-se a GNR a vigiar todas as passagens, para que ninguém pudesse entrar ou sair. Chamem a isto o que quiserem, eu chamo-lhe um campo de concentração, por provisório que seja. Há dias, a ministra da Agricultura dizia que talvez se pudesse pegar nos novos desempregados e enviá-los para trabalhar no campo. Julgo que a ministra, que já percebi ser uma entusiasta do olival intensivo do Alqueva e desse tipo de agricultura “industrial” predadora, se estava a referir a essa mão-de-obra que agora vai escassear. Que vive em contentores, que trabalha sem horários e que nenhum sindicato protege. E que, acha ela, os desempregados talvez quisessem substituir. Não sabe do que fala.

4 Olho para as previsões internacionais económicas e a primeira conclusão que tiro é de que todos estão à espera que nada de essencial mude depois de tudo isto passar — e se tudo isto passar, o que também têm por adquirido. Aparentemente, a nata dos economistas do mundo acredita que vamos todos produzir o mesmo, consumir o mesmo, viajar o mesmo, trabalhar da mesma maneira, investir igual. E, por isso, assim como prevêem quedas a pique no PIB de todos os países em 2020, logo prevêem substanciais recuperações em 2021. Oxalá, por uma vez, estejam certos!

Muita coisa vai mudar depois disto passar, dizem alguns. Uma das coisas que talvez mude é a ideia de que vale a pena viver tanto tempo

Para Portugal, o FMI prevê uma queda do PIB de 8% este ano e uma recuperação de 5,5% já em 2021, com a dívida pública — que tanto custou a fazer baixar até aos 120% do PIB — a disparar de novo até aos 135%. Parece-me, apesar de tudo, demasiado optimista, assim como me parece optimista esperar que os 13 mil milhões que o Governo espera despejar nas empresas e nas famílias chegue para segurar as coisas até passar o grosso da tormenta. Porque, mesmo depois disso, vai haver mais subsídios de desemprego para pagar, mais apoios às empresas para manter, menos receitas na Segurança Social e no Fisco, e tudo isso vai entrar por 2021 adentro. Mas há muita gente que ainda não percebeu que, quando tudo isto assentar, a conta terá de ser paga. Como? Conhecem outra maneira que não seja a de aumentar mais os impostos a quem ainda estiver vivo? Como disse o ministro Siza Vieira, “a despesa do Estado hoje são impostos amanhã”. Só não o percebe quem não paga impostos.

ILUSTRAÇÃO HUGO PINTO



5 É evidente que há muitas coisas que a China ainda terá de explicar ao mundo e muitas coisas que a China terá de garantir ao mundo que não voltam a acontecer por lá. E talvez a OMS tenha também de explicar a forma como tratou inicialmente os dados vindos da China, mas isso, como disse António Guterres, é uma conversa para ter depois. Agora, a meio de uma crise de saúde planetária de uma dimensão jamais vista, cortar o grosso do financiamento da OMS, quando ele é mais necessário do que nunca, é coisa que só podia ser levada a cabo por um tipo tresloucado, cruel e obcecado com a sua reeleição, antes de tudo o mais. Numa longa e terrível reportagem em dois hospitais do Bronx, esta semana, “The New York Times” recolheu o depoimento de médicos dizendo o que toda a gente teve ocasião de perceber por si mesma: que as semanas que Donald Trump levou a não querer aceitar a gravidade do coronavírus custaram milhares de mortos americanos. E é por isso, e também por não conseguir explicar como é que o país mais rico do mundo foi apanhado completamente desarmado em termos clínicos para esta crise, que ele procura todos os dias um novo culpado que possa desviar as atenções de si próprio. Este é o homem mais perigoso do planeta e está à frente da nação mais poderosa do planeta. E pensar que Marcelo o convidou para visitar Portugal! E que, para cúmulo da humilhação, ele desdenhou e recusou o convite!

6 “António José Bolívar Proaño lia romances de amor, e em cada uma das suas viagens o dentista abastecia-o de leitura. — São tristes? — perguntava o velho. — De chorar rios de lágrimas — garantia o dentista. — Com pessoas que se amam mesmo? — Como ninguém nunca amou. — Sofrem muito? — Eu quase não consegui suportar — respondia o dentista. Mas o doutor Rubicundo Loachamin não lia os romances.”

E você, leitor, já leu isto em algum lado? Se não leu, leia agora, porque “o velho que lia romances de amor” já não os escreverá mais. Luis Sepúlveda perdeu para o inimigo sem rosto chamado covid uma vida em que nunca perdera para os inimigos com rosto, chamasse-se eles Pinochet ou outros cujo apelido também era morte. Uma vida que foi em si mesma o maior dos romances que escreveu e que, por isso, só lendo-os se percebe que valeu mesmo a pena ter sido vivida. Faz-me raiva pensar que um tão grande sobrevivente, um tão imenso vivente, tenha sucumbido a uma tão traiçoeira emboscada.

Miguel Sousa Tavares escreve de acordo com a antiga ortografia

NOVOS SINAIS, MAIOR SEGURANÇA

A partir de 20 de abril



Consulte www.ansr.pt para mais informações





Jorge Seguro Sanches, secretário de Estado da Defesa, viu esta segunda-feira um hospital em Santiago do Cacém com poucos doentes e ainda menos testes

Reportagem Falta de testes e discrepâncias nos números: o que ouvem os governantes no terreno

No Sul há um hospital vazio com queixas

Texto **LILIANA VALENTE**
Foto **ANA BAIÃO**

O corredor está deserto. “Não está cá ninguém hoje porque é tolerância de ponto.” O corredor seguinte está vazio. “Não temos falta de espaço, temos é falta de gente.” Vira-se à direita e não se encontra ninguém. “Cancelámos as consultas externas, só vêm cá os casos inadiáveis”, diz a médica. Mais um corredor vazio. Não há cirurgias programadas, não há fisioterapia, há tratamentos em ambulatório, mas esta segunda-feira nem sequer há utentes. Chega-se às urgências gerais: estão cinco doentes deitados em camas, todos de máscara. Há uma porta que os separa das urgências especiais, dedicadas aos que têm sintomas respiratórios: fica logo ali, na nova ala do Hospital do Litoral Alentejano (HLA). Mas está vazia. Uma tenda militar foi montada à porta e as cadeiras estão à espera de doentes, a um ritmo diário de 20 casos suspeitos. Durante aquela tarde não chegou nenhum.

A realidade no Alentejo litoral é diferente da que se vive no Norte do país. Em Santiago do Cacém, os problemas encontrados pelo secretário de Estado — cinco deles foram transformados em autoridades regionais para coordenação do estado de emergência — estão numa fase diferente. Ainda está à espera que o mal ali não chegue em força. “Estamos à espera de ter mais doentes com critério de internamento”, diz ao Expresso Alda Pinto, a diretora clínica do hospital. A atividade reduziu-se a um terço para criar espaço e receber doentes com covid-19. Abriu-se uma unidade de cuidados intensivos e enfermarias

próprias. Neste momento, têm três pessoas internadas, uma em cuidados intensivos. Ao todo possuem cinco ventiladores, estão à espera que chegue um sexto oferecido e mais dois pedidos à reserva estratégica nacional.

Poucos casos também gera uma preocupação: terão mesmo menos pessoas infetadas nos cinco concelhos que este hospital serve — Alcácer do Sal, Grândola, Sines, Santiago do Cacém e Odemira —, ou a doença está escondida? Aqui entra o primeiro problema partilhado com Jorge Seguro Sanches, o secretário de Estado da Defesa, que tem a responsabilidade pelo Alentejo. O HLA tem um laboratório com capacidade para fazer 84 testes por dia. Desde o fim de março que não faz nenhum. “Ter a tecnologia e não a poder executar é frustrante”, desabafa Luís Matias, presidente do conselho de administração. Tem de enviar as amostras para cidades como Évora (o único hospital no Alentejo que faz testes) Lisboa ou Porto. Demoram mais tempo os resultados. Dois dias depois, Seguro Sanches garantia que o HLA ia passar a fazer testes. “O nosso papel é de facilitador”, diz.

A distribuição dos testes é uma das principais preocupações que no terreno também têm ouvido os colegas de Seguro Sanches: Duarte Cordeiro (secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares) em Lisboa e Vale do Tejo; João Paulo Rebelo (do Desporto), no Centro; Eduardo Pinheiro (da Mobilidade) no Norte, e José Apolinário (das Pescas) no Algarve. Mas não só. “Um tema que nos aflije é a situação dos mais idosos”, aponta Jorge Seguro Sanches.

Queixas sobre números

Naquela segunda-feira de manhã, antes de ir a Santiago, Seguro Sanches esteve com Duarte Cordeiro na reunião da Comissão Distrital de Proteção

Civil de Setúbal, em Palmela (todos sem máscara num local fechado). Ali ouviu queixas de autarcas sobre a divergência de números entre as autarquias e a Direção-Geral da Saúde. Os dois secretários de Estado anotaram as queixas, mas defenderam que não podem ser dadas informações públicas ao nível da freguesia. Maria das Dores Meira (CDU), que preside à Câmara de Setúbal, aceitou: “Para não criar pânico, estigma e ansiedade.” E contou um caso de uma instituição em que por suspeita de uma criança ter covid, todos os funcionários puseram baixa.

Um dia depois, em Coimbra, João Paulo Rebelo também ouviu queixas sobre “a discrepância dos números dos infetados e que suscitaram um coro de críticas das autarquias”. Descreve o problema como uma questão de “burocracia relacionada com as obrigações dos profissionais de saúde na notificação das doenças contagiosas”. O autarca de Pinhel, Rui Ventura, porém, insiste com o secretário de Estado em “conhecer a identidade dos infetados para reforçar a quarentena e ajudar no apoio social”. A resposta é a mesma: não é possível. “As autoridades sabem quem são, mas essa informação não

pode ser transmitida porque as pessoas, mesmo doentes, têm direitos”, justifica João Paulo Rebelo.

Outro dos principais problemas é a falta de equipamentos de proteção individual para hospitais, lares e centros de acolhimento que estão a ser preparados um pouco por todo o país. Em vários lares iniciou-se uma espécie de rastreio para saber se estão a cumprir os procedimentos de higiene e se têm planos de contingência. “É preciso fazer um trabalho junto dos lares, de perceber se cumprem os procedimentos, se há zonas de desinfeção à entrada. É preciso formação e apoio local”, diz Duarte Cordeiro. Até porque, lembra, muitas vezes são os profissionais que trabalham em vários locais que “levam a doença para dentro dos lares”. Na região centro, a testagem dos mais velhos é outra das grandes preocupações transmitidas pelos autarcas: “Não vamos testar todos os idosos em simultâneo”, assume João Paulo Rebelo.

No Sul, as comunidades de etnia cigana e as de imigrantes são outro foco de preocupação. “Temos uma grande comunidade que não domina o português, sobretudo em Odemira”, diz Seguro Sanches. Por isso, houve uma reunião com os representantes das comunidades e empresários para passar a mensagem sobre o que devem fazer os cerca de oito mil imigrantes que trabalham na região. Depois do que aconteceu em Moura, com o vírus a afetar uma parte da comunidade cigana, redobrou-se a atenção num bairro de Beja, com mais de 500 pessoas. As novas funções destes secretários de Estado têm sido saudadas por alguns autarcas, ainda que outros tantos duvidem da sua eficácia. Resta saber se, como adepto da descentralização, António Costa vai manter estes cargos para lá do estado de emergência.

Com **AMADEU ARAÚJO**
lvalente@expresso.imprensa.pt

O LABORATÓRIO DO HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO TINHA CAPACIDADE PARA 84 TESTES DIÁRIOS, MAS NÃO FAZIA NENHUM. O PROBLEMA ACABOU POR SER DESBLOQUEADO

UGT deixa cair aumentos salariais

Carlos Silva adia para outubro, e “em função da realidade do país”, a discussão dos salários. CGTP mantém tudo igual

“Temos uma leitura pragmática: o país atravessa uma crise gigantesca e não temos uma árvore das patacas”, diz Carlos Silva. O líder da UGT justifica, assim, o facto de a central sindical deixar cair as reivindicações de aumentos salariais nos setores públicos e privados. Pelo menos “até outubro” e, mesmo assim, “em função da realidade do país” o caderno de encargos do sindicalista fica adiado.

Esta mesma posição foi transmitida pela direção da UGT ao Governo, no encontro realizado esta quarta-feira, em São Bento, com António Costa e os ministros da Economia e do Trabalho. Carlos Silva aproveitou a ocasião para dar garantias de uma trégua negocial, justificada pelo “momento gravíssimo” que o país atravessa. “Somos pragmáticos”, diz o líder sindical ao Expresso, “o pior momento da epidemia parece até já ter passado, mas convém não atirar foguetes e muito menos deixar a prudência de lado”.

Com a ameaça de uma subida do desemprego até aos 14% e de uma quebra do PIB da ordem dos oito pontos percentuais, o líder da UGT assume que “o sector privado está a ser fustigadíssimo” e que a pressão sobre o aumento de despesa no sector público “coloca enormes desafios”. “Estamos num momento de unidade e de coesão nacional”, acrescenta, sublinhando que “em outubro se verá se há condições para falar em aumentos salariais”.

Para a UGT é já “muito positivo” que António Costa tenha assumido que “não haverá nenhum pacote de austeridade, semelhante ao que foi adotado nos tempos da *troika*”. Quer isto dizer, segundo Carlos Silva, que o Governo promete “não dispensar ninguém no Estado”, nem avançar com “cortes salariais na Administração Pública”, à semelhança do que aconteceu no Governo PSD/CDS. Ao mesmo tempo, Costa reforçou as garantias de um apoio direto do Estado ao setor privado, seja com o reforço nos apoios diretos à manutenção de empresas e empregos, seja no aumento de verbas da Segurança Social para subsídios diretos aos trabalhadores e famílias. Carlos Silva aceitou a garantia de que não haverá austeridade como moeda de troca para retirar a discussão dos aumentos salariais de cima da mesa.

Posição bem diferente tem a CGTP, que não vê motivo para mudar o caderno de encargos definido no último Congresso. A exigência de um aumento salarial mínimo de 90 euros mensais para todos os trabalhadores (independentemente do sector a que pertencem) é uma das reivindicações. Isabel Camarinha considera a sua proposta “claríssima” e diz que se “mantém atuais as reivindicações, porque é preciso contrariar o modelo de baixos salários e desinvestimento público”. A líder da CGTP garantiu, porém, que este tema “não foi focado” na reunião com o primeiro ministro, em São Bento.

Rosa **PEDROSA LIMA**
rlima@expresso.imprensa.pt

CAIXA NEGÓCIOS E CAIXA EMPRESAS
LINHA DE APOIO À ECONOMIA COVID-19

A COVID-19 NÃO PODE PARAR O SEU NEGÓCIO OU PARALISAR A SUA EMPRESA.

joaomcgoncalves



ESTAMOS CÁ PARA O APOIAR. FALE COM A CAIXA.

A Caixa apoia as empresas e os negócios que estão a sofrer impactos no volume de negócios, na produção e manutenção de postos de trabalho.

Com a Linha de Apoio à Economia Covid-19 aceda a financiamento para ajuda de fundo de maneo e tesouraria. Esta linha de crédito está disponível para as empresas, pequenos negócios e ENI, da maioria dos setores de atividade, que podem contar com prazos flexíveis e condições vantajosas de acesso ao crédito.

Informe-se já sobre as condições e montantes de financiamento em www.cgd.pt ou contacte o seu Gestor.



CONFIANÇA FEITA DE CERTEZAS.

PSD

“Vai haver constrangimentos de ordem orçamental”, diz Rui Rio

Rio quer **alterações fiscais** para relançar economia. Empresas são prioridade

MIGUEL SANTOS CARRAPATOSO

O aviso é de Rui Rio: é urgente começar a planear o relançamento da economia com base em pressupostos reais e sabendo que será necessário, no futuro, adotar medidas que não serão populares ou fáceis de tomar. “Vai haver necessariamente constrangimentos de ordem orçamental”, diz ao Expresso o líder social-democrata.

A dimensão desses constrangimentos ainda não é possível medir, salienta. “Não conseguimos ainda desenhar um cenário macroeconómico. É preciso deixar estabilizar a economia”, afirma Rui Rio. Isso significa que terá de haver alguma austeridade, embora o líder do PSD não pronuncie a palavra proibida (mesmo António Costa não consegue garantir que não haverá, ver pág. 6). O primeiro retrato está feito, pela voz do próprio Mário Centeno: “A economia vai contrair no segundo trimestre numa dimensão jamais vista, de tal forma que a queda deverá ser perto de quatro vezes superior ao pior dos trimestres da recessão da crise anterior”, assumiu o ministro das Finanças, no Parlamento.

Carga fiscal pode ser “gerida”

Com a coordenação de Joaquim Miranda Sarmiento, presidente do Conselho Estratégico Nacional do PSD e ‘ministro sombra’ das Finanças, os sociais-democratas continuam a preparar um plano global de resposta à crise que deverá ser apresentado em maio ou junho, quando for possível traçar um retrato mais fiel. Há, ainda assim, um guião definido: o programa do PSD deverá integrar medidas para captar investimento, estratégias para a redução dos custos de contexto, simplificação administrativa e da burocracia e propostas de alteração ao quadro fiscal.

Foi precisamente esta última ideia que Rui deixou em entrevista à SIC, a 9 de abril. “Vai ser preciso desenhar no quadro fiscal as melhores soluções para a retoma.” Ao Expresso, o líder do PSD diz que é prematuro avançar com propostas concretas, mas aponta para a carga fiscal como um instrumento importante: “A carga fiscal pode ser gerida. Podemos geri-la de uma forma

diferente, calibrando-a. Aumentar a receita de determinados impostos para poder reduzir outros”, sugere.

Não será uma revolução e os princípios serão os mesmos que nortearam o programa eleitoral do PSD: não está nos planos propor um aumento da carga fiscal e a prioridade

“A carga fiscal pode ser gerida, calibrando-a. Aumentar a receita de determinados impostos para poder reduzir outros”, sugere Rui Rio

será encontrar respostas em sede fiscal que permitam às empresas serem o motor da recuperação económica.

A centralidade das empresas no discurso do PSD não é de somenos. Na última legislatura, o Governo socialista apostou numa estratégia de devolução e aumento de rendimentos para estimular o consumo. Mas os ventos da economia eram outros. A tentação de o repetirem como resposta à próxima crise económica preocupa os sociais-democratas ao ponto de Joaquim Miranda Sarmiento já ter avisado: “Desenganem-se os que acham que voltaremos a políticas keynesianas e sobretudo a grandes programas de obras pú-

blicas.” Também não passaram despercebidas as declarações de Pedro Siza Vieira, ministro da Economia, que, em entrevista à RTP, assumiu que “a despesa do Estado hoje são impostos amanhã”. “Agora só falta explicar isso ao Bloco, PCP e ala esquerda do PS. Boa sorte!”, reagiu Miranda Sarmiento, no Twitter. O PSD está atento aos sinais que vêm da esquerda.

A pressão aumenta

Até agora, a prioridade absoluta foi cooperar com o Governo na resposta à crise sanitária. A apresentação das propostas para relançar a economia será a segunda fase da estratégia de Rui Rio. O líder do PSD já assumiu que tem uma “maior latitude” para analisar futuros orçamentos, mas vai avisando que não há cheques em branco. A bola estará sempre do lado dos socialistas, que terão de gerir a tensão evidente à esquerda (ver texto abaixo) — não será nunca o PSD a contribuir para uma crise política em contexto de recessão económica. No início da semana, o líder social-democrata enviou uma carta aos militantes onde dizia isso mesmo: com ele como líder do maior partido da oposição, o PSD não vai explorar “fragilidades” partidárias para criar “instabilidade política”. “Não seria uma postura eticamente correta nem patriótica”, acrescentou.

A carta foi interpretada como sendo um recado aos militantes para que não criticassem o Governo, apesar de Rui Rio já o ter feito publicamente (a propósito da libertação de reclusos, por exemplo), assim como Salvador Malheiro, André Coelho Lima e David Justino, três ‘vices’ do partido. Este último, aliás, aproveitou o espaço de opinião na TSF para acusar António Costa de ter mergulhado numa vertigem mediática.

No debate sobre o estado de emergência, Rio, de resto, deixou duas exigências claras: o Governo tem de garantir o quanto antes o acesso generalizado às máscaras comunitárias (aumentando a produção e reduzindo o IVA para 6%) e preparar, desde já, os hospitais para enfrentarem a expectável segunda vaga no inverno. O primeiro surto apanhou todos de surpresa; agora, não há desculpas.

mccarrapatoso@expresso.imprensa.pt



PCP

PCP responde a Costa: nunca houve vacas gordas

Comunistas dão tiro de partida para o pós-pandemia. Plano implica investimento, salários e nacionalizações. A austeridade “está aí”

Podará a esquerda permanecer unida em tempos de crise? Se até agora foi preciso mostrar (relativa) sintonia para responder à crise sanitária, a seguir arrancará a fase de decidir estratégias para a crise económica — e os ex-parceiros do Governo fazem notar isso mesmo. O PCP contesta o termo que o primeiro-ministro usou para

classificar os tempos da ‘geringonça’ — tempos de “vacas gordas” — e responde: “Considerar que a defesa, reposição e conquista de direitos (...) é tempo de vacas gordas prova que não será na base das opções essenciais da política do PS que se encontra a solução”, diz o PCP em resposta ao Expresso.

Foi numa entrevista à Lusa, no fim de semana passado, que Costa lançou uma espécie de reptó pela “responsabilidade” da esquerda: ficaria “desiludido”, garantiu o primeiro-ministro, se só pudesse contar com PCP e BE fora de tempos de crise.

Agora, e depois de Catarina Martins ter posto as cartas do BE na mesa, esclarecendo que o partido estará disponível para aprovar orçamentos que se baseiem em políticas contracíclicas e investimento público, é a vez de o PCP mostrar o jogo. Para já, e questionado sobre se seria admissível congelar aumentos na função pública, o partido é claro: “Valorizar salários e defender direitos” são exigências que estarão na cabeça dos comunistas. Depois, traça o plano em que acredita para recuperar a economia: “Ainda mais do que em situações anteriores”, a estratégia deve agora basear-se “no investimento público”, na “produção nacional”, nos “serviços públicos”, nas nacionalizações ou na “recuperação de uma política orçamental soberana”. Ou seja, contrariar toda a lógica da austeridade, que a esquerda teme que venha a ser de novo imposta a nível europeu: daí que os comunistas refiram, na mesma resposta, a política “amarrada ao euro e

submetida à UE” que apontam sempre ao Governo socialista.

António Costa tem repetido que a austeridade seria uma receita “contraproducente” — adjetivo partilhado à sua esquerda — e que não será essa a solução desejada, embora em entrevista ao Expresso nesta edição, não dê certezas (ver pág. 6). A resposta a uma hecatombe económica, no entanto, poderá ter pouco que ver com desejos: em poucos dias, Mário Centeno revelou que estaremos perante a maior queda trimestral de sempre no PIB, e Siza Vieira deixou o aviso: “Despesas do Estado hoje são impostos amanhã.” E o PCP recolhe os sinais: “O Governo bem pode fazer declarações de intenções dizendo que recusa o regresso da política de austeridade, mas ela está aí”, garantia na quinta-feira João Oliveira. Haverá espaço para a esquerda acertar o passo?

MARIANA LIMA CUNHA
mlcunha@expresso.imprensa.pt

Gente



O plágio Pode não ter sido propostado (quem não se sentiu já inspirado por outros?), mas o Pingo Doce tem um novo slogan muito parecido (igualzinho...) ao que Luís Montenegro usava na corrida à liderança do PSD: “Somos a força que vem de dentro”, diz o anúncio do supermercado. Montenegro dizia-se “a força que vem de dentro”. Na verdade, deve ser apenas uma enorme coincidência — mas com Montenegro a frase não funcionou...

Engenhocas O deputado Pedro Pinto apareceu no plenário com uma viseira feita de acetato colada aos olhos (e com uma etiqueta do PSD, pormenor precioso), para se proteger das gotículas das colegas e evitar possíveis contágios. Gente gaba-lhe a capacidade inventiva e o jeito para os trabalhos manuais, e sugere que monte uma banquinha de viseiras nos Passos Perdidos, com as etiquetas dos vários partidos, claro.

Centeno Superstar Ao ministro das Finanças já não basta ser o “Ronaldo do Eurogrupo”. Mário Centeno recorreu ao Twitter para escrever, em inglês e tudo, que ao “terceiro dia” — “um número apropriado da época da Páscoa” — foi possível estar à altura do desafio. Jesus de Nazaré, rói-te de inveja!

Quem é vivo... Por falar em ressurreições: à Gente chegaram pressupostos de que Ricardo Robles está vivo e de boa saúde no exílio a que foi votado pelo seu próprio partido. O ex-vedador bloquista estava a seguir uma transmissão em direto de Bruno Nogueira, no Instagram, e decidiu interagir com o humorista usando três smiles risonhos. *Good for you, Ricardo, good for you!*

A terceira pessoa Mário Centeno não é o único dado ao misticismo do número três e com tiques futebolísticos. Depois de João Cotrim Figueiredo, da Iniciativa Liberal, ter usado o Twitter para criticar a carta de Rui Rio aos militantes, sugerindo que o líder do PSD era subserviente, o social-democrata limitou-se a responder: “Rui Rio não disse nada disso.” Assim mesmo, na terceira pessoa. Bola para a frente.

Vil ataque No Parlamento, António Costa fez uma pausa antes de realçar, divertido, a importância de reabrir os cabeleireiros o quanto antes. Isto um dia depois de Francisco Rodrigues dos Santos, líder do CDS, ter aparecido em vídeo com farta e volumosa cabeleira a pedir mais apoios para o “Zeferino, que é cabeleireiro”. Não havia necessidade, senhor primeiro-ministro...

ONE-MAN SHOW

0,07

MINUTOS
É O TEMPO QUE
ANTÓNIO COSTA
PASSOU LONGE
DO PEQUENO
ECRÃ NOS
ÚLTIMOS 15 DIAS

www.scml.pt

joaomgoncalves

Somos a casa de milhares de portugueses.

Sabemos que a nossa missão não pode parar. Por isso, continuamos a cuidar de quem mais precisa de nós e a sair à rua para estarmos junto dos mais vulneráveis.

Porque, numa altura em que todos temos de estar em casa, nós somos a casa de milhares de portugueses.

Fique em casa. Por Boas Causas.

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa.

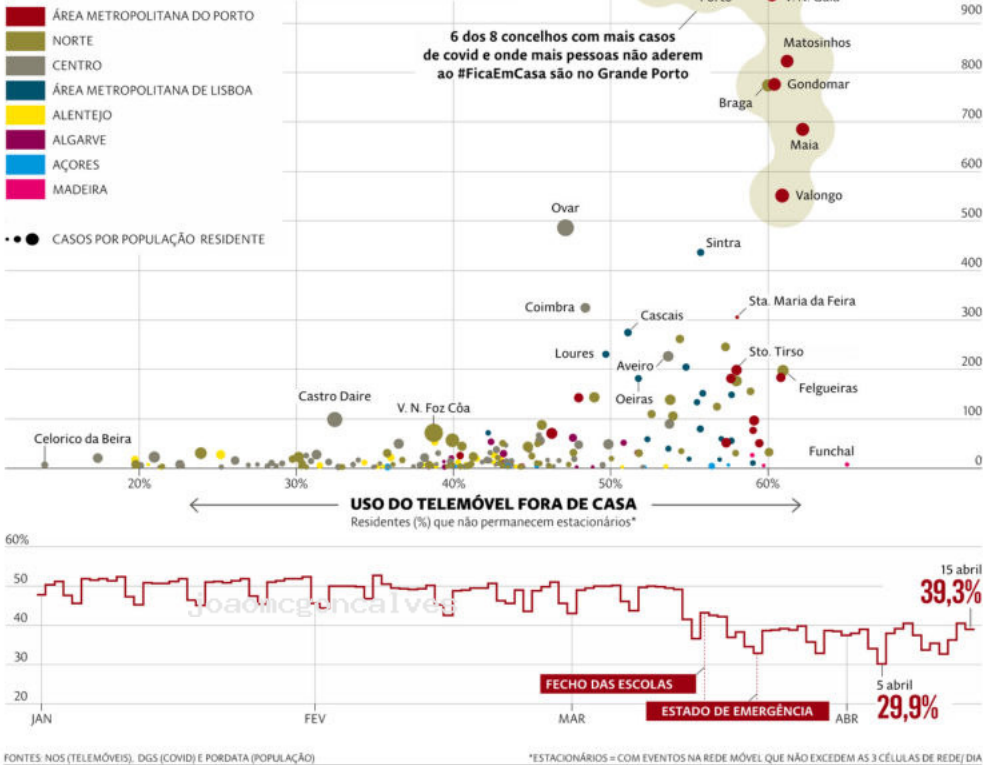


UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUESAS

JOGOS
SANTACASA

MOBILIDADE

Relação entre o uso do telemóvel fora de casa e os casos de covid-19



Ficou-se menos em casa nos concelhos mais afetados

Pesquisa da NOS prova que concelhos com maior mobilidade têm mais infetados. Esta semana, os portugueses já começaram a sair mais

Texto ANABELA CAMPOS e CHRISTIANA MARTINS
Infografia SÓFIA MIGUEL ROSA

Só se fala em voltar à normalidade. O novo discurso político aponta para a tal luzinha no fim do túnel, mas quer o Presidente da República quer o primeiro-ministro alertam para a necessidade de reforçar as medidas de isolamento no que resta de abril, sob pena de a liberdade não chegar em maio. Entretanto, os portugueses parecem desmobilizar e já começaram a sair de casa. Os resultados de uma pesquisa inédita revelam, sobretudo, que o nível de confinamento apresenta oscilações diárias. Na terça-feira, 40,4% da população tinha saído de casa; no dia a seguir, o último com dados disponíveis, mais cerca de duas mil pessoas voltaram a resguardar-se. Certo é que, apesar das variações, longe está o pico do confinamento, atingido a 5 de abril, um domingo, quando 70% dos portugueses ficaram em casa.

A pesquisa, a que o Expresso teve acesso exclusivo, foi elaborada pelo operador de telemóveis NOS e é representativa da totalidade do país. Revela, por exemplo, que os concelhos com maior número de infetados, de acordo com os dados da Direção-Geral da Saúde, coincidem com aqueles que revelaram maior mobilidade. Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Braga, Maia e Valongo. Destes, sete estão no Norte.

Alexandre Abrantes, subdiretor da Escola Nacional de Saúde Pública, destaca a dificuldade de se manter o isolamento em áreas onde a atividade económica é mais fabril e agrícola do que dependente de serviços,

como acontece em Lisboa. “Na capital há uma extraordinária concentração de funcionários públicos, por exemplo”, explica. Sublinha ainda o efeito de uma maior densidade populacional no nível de contágio: “O problema está em quantas pessoas alguém que saia encontra pelo caminho.”

40% foi à rua a 14 de abril

A investigação tem em conta a percentagem diária de pessoas que permanecem relativamente estacionárias, ou seja, que não são detetadas na rede móvel por mais de três antenas num mesmo dia, por concelho.

Os sinais de um maior relaxamento começaram a tornar-se evidentes a partir de 14 de abril, quando 59,6% dos portugueses ficaram em casa, o que equivale a menos cerca de dois milhões de pessoas adultas em relação ao dia em que se verificou o maior nível de isolamento. Patamares tão baixos só tinham sido alcançados antes da primeira declaração do estado de emergência: 57,5% a 17 de março, 58,7% no dia 18 e 59,6% a 8 de abril.

Do ponto de vista geográfico, as áreas metropolitanas de Lisboa, com 21,2 pontos percentuais de variação, e do Porto, com 20,9, foram os concelhos onde se registou maior mudança de comportamentos. Os dados revelam justamente que quanto mais densamente povoado é um concelho mais as pessoas passaram a ficar em casa, com a alteração de atitude a intensificar-se a partir de 13 de março. Os Açores foram a região do país que mudou menos de comportamento.

A pesquisa permite constatar ainda que quanto maior é a percentagem de idosos num

concelho, menor é a variação de mobilidade dos habitantes. Nos sítios com mais jovens — entre 10 a 15% da população —, a mudança de comportamentos é mais drástica. “É uma alteração dramática”, assegura João Ricardo Moreira, administrador da NOS e responsável pelo projeto “Covid-19: indicadores de mobilidade”.

O que não se confirmou foram os receios das autoridades quanto ao comportamento dos portugueses durante os feriados da Páscoa. A generalidade da população manteve o confinamento e o dia 12 de abril (domingo de Páscoa) foi mesmo aquele em que, com-

parado com os dados de 2019, mais pessoas ficaram em casa. E não se registaram movimentações significativas em direção ao Algarve ou junto à fronteira de Vilar Formoso.

Para Jorge Malheiros, geógrafo da Universidade de Lisboa, o que resulta destas informações é que “o ponto de partida antes da pandemia era um país muito desigual, com um litoral mais jovem e ágil, e agora, Portugal está menos desequilibrado, recuou, comportando-se como o interior, mais lento e envelhecido”. E conclui: “O impacto foi mais forte nas áreas mais dinâmicas e houve um alinhamento por baixo. Um mau sinal, portanto.”

Menos 77% de estrangeiros

O estudo da NOS revela ainda que a 14 de abril estavam em Portugal menos 77% dos estrangeiros, em comparação com o mesmo período de 2019. Assim, foram detetados menos 78% de cartões de telemóveis de franceses, menos 82% de espanhóis e menos 84% de britânicos. De cada cinco estrangeiros que estavam anteriormente em território português, só um ficou.

Para o sociólogo João Peixoto “estes números são alvissimos”. O professor do ISEG alerta, porém, para a interpretação que é feita aos níveis de confinamento nacionais, porque ficar em casa pode não ser apenas fruto de uma decisão voluntária, mas consequência da perda de trabalho. Prefere, por isso, abordar as consequências: “São dados preciosos para a saúde pública, que demonstram o que poderia ter acontecido se não tivéssemos ficado em casa.”

Com RAQUEL ALBUQUERQUE
acampos@expresso.imprensa.pt

Aplicações controlam doentes

As aplicações de telemóveis que permitem seguir a circulação de infetados, como aconteceu em países como a Coreia do Sul, são o tema do momento. Em Portugal, a maioria dos partidos e das lideranças políticas discorda, em nome da defesa de privacidade. No Reino Unido, a polémica instalou-se quando o governo anunciou a intenção de avançar com uma aplicação que permitiria, a quem tivesse sintomas, alertar utilizadores próximos. Grande é a expectativa sobre o projeto que une a Google e a Apple: um rastreio dos contactos de doentes com covid-19. A.C.

A COLINA DO NORTE NO PLANALTO DO PAÍS

Quase 60% dos infetados estão no Norte. Sem tréguas à vista, investigadores e autarcas apontam a região, mais pobre e trabalhadora, como a causa do mal

O primeiro caso de covid-19 aterrou a norte no início de março e desde então esta é região mais fustigada pelo novo coronavírus, com mais de metade dos casos confirmados do país, a rondar os 60%. Tendo mais infetados, regista também mais mortes em termos absolutos e mais internamentos nos cuidados intensivos, sem que haja uma explicação única que justifique a colina nortenha no planalto epidemiológico, a que António Costa prefere, otimisticamente, chamar de “planalto mais alto”.

A importação do vírus numa zona com um tecido económico marcadamente industrial e a coincidência temporal com alguns certames internacionais de Milão — a zona de Itália mais crítica da pandemia — poderão justificar o início do surto em Portugal, detonado em Lousada e Felgueiras por empresários e funcionários presentes em feiras dos sectores do calçado e do têxtil além-fronteiras.

Esta foi a ponta do fio da covid-19, mas não o novo todo do surto a norte, enredado também pela vaga de emigrantes, que chegaram antes e depois do controlo das fronteiras da raia, sem cumprirem confinamento social. Em Bragança ou Chaves, os autarcas Hernâni Dias e Nuno Vaz tentaram impor isolamento profilático de 14 dias, mas foram desautorizados nos idos de março pela Direção-Geral da Saúde (DGS), que mandou suspender a ordem de quarentena. “Uma insensatez explosiva em termos de novas cadeias de contágio”, indignaram-se os autarcas, que defendem a prevalência do direito à saúde e à vida sobre o direito de circulação.

Numa primeira fase, ainda sem restrições do estado de emergência, algumas fábricas continuaram a laborar sem distanciamento nem equipamentos de proteção individual. “Um espaço como uma fábrica com muitos trabalhadores, com instrumentos de trabalho comuns, cantinas e sanitários partilhados, propicia a disseminação rápida”, refere Alexandra Lopes, socióloga e diretora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Algumas fábricas sem turnos ou “o transporte desde a casa numa carrinha ou em autocarro, comum nas indústrias de dimensão média”, são também fatores relevantes para o alastrar da pandemia, acrescenta Teresa Leão, especialista em saúde pública do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP).

Henrique Barros, presidente do Conselho Nacional de Saúde, órgão consultivo do Ministério da Saúde (MS), alerta que “as máscaras são relevantes em contexto sanitário, mas na vida social é mais importante a desinfeção do que a barreira mecânica”. Mais do que a densidade populacional e a continuidade demográfica que caracteriza o Norte, o perigo está “na rapidez com que uma pessoa infetada passa à outra”, considera, apontando a continuada produção industrial como um dos focos da prevalência da infeção na região. Mas também o modo de vida

das gentes do Norte acaba a ser vultoso, com um tipo de “ordenamento do território e demografia dispar da região do Alentejo”, refere Alexandra Lopes. “O Norte é mais pobre, mais envelhecido, tem uma proporção grande de lares, com excesso de utentes, e muitos emigrantes que voltaram de países onde a infeção já era galopante”, acrescenta Henrique Barros, para quem “a excelência do serviço de saúde no Norte” também se assoma determinante, “por deixar escapar menos casos”. Ainda assim, considerou sempre a possibilidade de cerco sanitário ao Porto “completamente fora de questão”.

Máscaras da discórdia

A hesitação de Graça Freitas e do MS na recomendação massiva do uso de máscaras é duramente criticada por Altamiro Costa Pereira, diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, que lembra terem sido “largamente utilizadas” durante a gripe espanhola, há um século. “A advertência para o uso de máscaras chega com um mês de atraso. Foram aldrabando que não eram úteis porque não existiam no mercado, mas, agora que a indústria têxtil se transformou e as começou a fabricar mudaram de opinião”, diz o também coordenador do CINTESIS (Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde). Costa Pereira adverte que no Norte, ao contrário do que se passa na região de Lisboa, onde abundam funcionários públicos e serviços, a produção fabril manteve-se “por impossibilidade do recurso ao teletrabalho”, densificando a propagação.

“As autoridades de saúde esqueceram estes trabalhadores, sem equipamentos de proteção individuais”, refere, dando como exemplo o baixo registo de infeção dos médicos dos cuidados intensivos, em comparação com outros profissionais de saúde, “precisamente por usarem proteção individual”.

Que a indústria ajudou a agigantar a montanha da infeção no Norte é também o cenário mais vezes invocado por autarcas como Pinto Moreira, de Espinho, José Maria Costa, de Viana do Castelo, ou Marco Martins, edil de Gondomar e presidente da Proteção Civil do Distrito do Porto. “Os laços familiares e de vizinhança mais próximos do que no Sul” são outros ‘pecados’ invocados. “Com o mercado de arrendamento mais agressivo, aumentou o número de pessoas a partilhar a mesma casa”, garante Teresa Leão, sendo as pessoas com rendimento mais baixo as detentoras de casas menos espaçosas. A isto junta-se a abundância de lares sem planos de retaguarda e falta de testes, que “chegaram tarde demais e às pinguinhas, quando a ‘raposa’ já estava no galinheiro”, frisa José Maria Costa, cujo município, “como a maioria, está a pagar os rastreios a custas próprias”. Só no distrito do Porto são 7700 os idosos institucionalizados, frisa Marco Martins.

ISABEL PAULO
e JOANA ASCENSÃO
ipaulo@expresso.imprensa.pt

Porto.

TRIBUNAL DÁ RAZÃO À CÂMARA QUANTO A LICENCIAMENTOS DA ARCADA NA ARRÁBIDA

Desde 2001 que um projeto urbanístico junto à Ponte da Arrábida provocou várias polémicas. Depois de anos de litigância, a Câmara Municipal do Porto decidiu, em 2009 durante um mandato PSD/CDS, que eram legítimas as pretensões de um promotor para construir. Quando tomou posse em 2013, o atual presidente da Câmara herdou, por isso, um processo antigo e aprovado.

O arquiteto Manuel Correia Fernandes, vereador do PS que deteve o pelouro entre 2013 e 2017, promoveu junto do empreendedor alterações ao projeto. Em 2017 e 2018, os arquitetos Rui Loza e Pedro Baganha, vereadores independentes, assumiram os atos finais de licenciamento.

Decorria a obra normalmente, quando sobre ela se lançou um conjunto de dúvidas e processos judiciais, que levaram ao alarme e ao embargo da obra pelo Ministério Público.

Em dois anos de litigância e acusações torpes e infundadas, movidas por ódios privados e políticos, populismo e demagogia, com base em anátemas e factos nunca demonstrados, o Município, o Ministério Público, a Inspeção Geral das Finanças, o promotor e a comunicação social gastaram recursos incalculáveis na investigação do processo que, como se referiu, teve origem no início do século.

Durante estes mais de dois anos muitos poderiam ter legítimas dúvidas. Mas outros procuraram apenas confundir processos e conceitos e baralhar a comunicação social e a opinião pública, misturando verdade com mentira e factos com equívocos. Sobre tudo, procuraram tirar partido do desconhecimento da maioria das pessoas em processos urbanísticos, desinformando-as e, disso, tirar proveitos políticos.

Foram sendo feitas diárias insinuações, publicados insultuosos e criminosos posts nas redes sociais e criadas páginas específicas com acusações diretas, totalmente desprovidas de sustentação e que, não raras vezes, ultrapassaram os limites do aceitável em política e chegaram ao domínio do crime de difamação que, competentemente, a Justiça, a seu tempo, irá julgar.

A comunicação social, procurando muitas vezes a verdade, nem sempre soube separar o que é o normal escrutínio para o qual pode e deve contribuir, da instrumentalização de que estava a ser alvo, por parte das fontes mal informadas ou que apenas pretendiam informal mal. Em outros casos, foi a própria comunicação social a prestar um mau serviço, ao deixar-se encantar pelo sensacionalismo de uma acusação ou ao relacionar o que não está relacionado, confundido processos de classificação posterior de uma ponte que merece estar classificada com um projeto urbanístico prévio, que se desenvolve junto de uma ponte urbana. E também instituições, que em lugar de defenderem a legalidade e o dever de cooperação institucional, preferiram alimentar notícias que, afinal, não podiam sustentar documentalmentemente nem de qualquer outra forma.

Mais de dois anos depois de uma polémica estéril que pôs um travão a um investimento de milhões de euros a um promotor privado que, legitimamente, pretende construir habitação no Porto, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto sentenciou que a Câmara Municipal do Porto tudo fez bem e que a obra está bem licenciada.

O Município do Porto respeita a Justiça. Mais do que respeitar, confia no Ministério Público, na Polícia Judiciária, na Inspeção Geral das Finanças, nos Tribunais que, naturalmente, fazem o seu trabalho. E também confia nos seus próprios órgãos democráticos. Como tal, aguardará que a sentença transite em julgado, aceitando como muito legítimo qualquer recurso que venha a ser interposto. Em nenhum caso colocará em causa decisões futuras como nunca criticou decisões passadas. Mas não pode deixar de informar, como sempre procurou fazer, os seus munícipes e os investidores, as decisões que lhes conferem a garantia de que no seu Município se defende sempre o princípio da legalidade, da verdade e da transparência.

Aqui fica, pois, a informação de que o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto deu razão ao Município do Porto, absolvendo-o (Proc. n.º 62/19.7BEPT) de tudo em que vinha acusado, dando como boa a aprovação do Pedido de Informação Prévia e dos consequentes licenciamentos, nos seguintes termos:

«Atendendo a todo o exposto, os atos praticados pelo Município do Porto em causa nos presentes autos não padecem dos vícios invocados pelo Ministério Público, pelo que improcedem os pedidos formulados pelo Ministério Público quanto aos atos impugnados para os quais a presente ação prosseguiu, bem como os restantes pedidos formulados que eram dependentes destes (cf. nulidade de atos subsequentes e demolição das obras). Deste modo, deve a ação ser julgada improcedente quanto a tais pedidos».

Esta sentença junta-se a uma outra já transitada em julgado, recusando uma ação popular intentada contra a Câmara do Porto sobre a mesma matéria, absolvendo-a. Nessa sentença (Proc. n.º 3188/18.0BEPT), lê-se:

«O Autor não configura a ação de forma a se demonstrar, nem alega, qualquer prejuízo nem, em rigor, invoca ou densifica quais os concretos interesses difusos que pretende proteger», e «E não pode deixar de se entender que não é qualquer interesse meramente individual e egoístico que pode estar na base de uma ação popular, pois que os direitos que se pretende ver tutelados deverão ter um carácter comunitário, isto é, um valor plurisubjetivo (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, datado de 20 de janeiro de 2005, processo 05B2578), não podendo a ação popular ser desprovida de altruísmo e instrumentalizada para defesa de interesses não declarados».

À comunicação social, que tanto tempo e espaço editorial dedicou ao tema, roga-se a publicação desta informação. Aos eleitos e opinadores que sobre a matéria tanto sobre ela elaboraram, pede-se que entendam o seu papel na dignificação da coisa pública. Porque, na política como na vida, não vale tudo.

Câmara Municipal do Porto



SAÚDE

Ciência exige saber: é a doença ou o tratamento que mata?

Estão em uso fármacos não testados para o vírus, “a medicar esperança”



A Unidade de Cuidados Intensivos do São João, no Porto, o hospital que até agora tratou o maior número de infetados

VERA LÚCIA ARREIGOSO

Descoberta há apenas três meses e meio, a covid-19 continua sem qualquer terapêutica eficaz aprovada, e a matar. A comunidade científica está debaixo de uma pressão sem precedentes para descobrir um tratamento, e os médicos estão divididos entre a razão e a emoção: utilizar ou não um fármaco de risco, arriscando a que o doente morra do tratamento, na esperança de o curar da doença. Em Portugal faz-se como no resto do mundo — atua-se caso a caso.

“Em todas as doenças só há uma maneira de saber se determinada intervenção é eficaz: com ensaios clínicos (randomizados). Isto é, aprender primeiro e fazer depois. E estamos a fazer o caminho contrário e a não acumular conhecimento médico”, critica Pedro Póvoa, presidente da Secção de Infecção da Sociedade Europeia de Cuidados Intensivos. É ironiza: “Se fizermos e o doente morrer, dizemos que foi da doença, se sobreviver, dizemos que foi da terapêutica, mas na verdade não sabemos. Não acrescentamos conhecimento científico.”

Até prova em contrário, o também investigador e diretor da Unidade de Cuidados Intensivos Polivalentes do Hospital São Francisco Xavier, em Lisboa, é taxativo: “No dia de hoje, a única terapêutica que salva vidas é de suporte (ou seja, que alivia os sintomas, mas não cura a doença), como em quase todas as doenças virais agudas.” E alerta para que “tudo o que se está a fazer sem ensaios não tem evidência e põe em causa a vida do doente, uma questão já levantada por várias publicações de renome”. Na sua opinião, “está-se a prescrever com o coração e não com a razão; é angustiante não ter nada para oferecer, mas está-se a medicar esperança”.

Mas com um doente a morrer pode ser legítimo tentar tudo, mesmo quando a única evidência de sucesso seja laboratorial, *in vitro* mas não *in vivo*. Neste momento, há dezenas de fármacos a ser administrados nessa condição, para uma doença para a qual não foram

aprovados (*off label*) ou quando não há outra opção para o doente (uso compassivo).

“Temos atualizado as orientações, sugerindo sempre que a utilização tem de ser feita em contexto de ensaio clínico, promovendo algum benefício para o doente e acréscimo de conhecimento”, explica João Mendes, da direção da Sociedade Portuguesa de Cuidados Intensivos. “Dia a dia somos bombardeados com informação, e as sociedades científicas são o filtro para ajudar o médico que tem à sua frente um doente a morrer.”

O especialista sublinha que as terapêuticas aconselhadas se destinam a doentes graves, em cuidados intensivos, e limitam-se às que “têm alguma coincidência observacional e *in vitro*”. Além disso, a administração tem de ser discutida *inter pares* e autorizada pelas comissões de ética dos hospitais e pelas famílias. São fármacos para “doentes que estão na fase final, ou seja, que se nada for feito vão morrer”. Ter mais tempo para estudar em detalhe os efeitos destes fármacos seria desejável por todos, mas nem sempre se pode esperar.

VACINAS

Perto de sete dezenas de vacinas estão em estudo, embora haja apenas três já com testes em humanos, por um laboratório chinês e dois norte-americanos. No final do mês haverá mais um ensaio, por um consórcio entre uma farmacêutica dos EUA e uma alemã, e dentro de 90 dias por um instituto israelita. Na melhor das hipóteses, poderá existir uma vacina no final do ano, mas a expectativa mais realista é 2021, e mesmo assim será um sucesso, pois em circunstâncias normais uma nova vacina pode demorar dez ou mais anos a chegar ao mercado.

REMDESIVIR

Antiviral utilizado contra o ébola, é administrado na fase inicial da doença, durante a primeira semana, para reduzir a replicação do novo coronavírus. Ainda não existe em Portugal, embora o fabricante tenha já garantido que irá abastecer toda a Europa.

LOPINAVIR/RITONAVIR

Combinação antiviral muito utilizada na infeção pelo VIH, foi alargada à atual infeção covid-19 e afastada de súbito. Ensaios realizados vieram indicar que não tinha efeito benéfico.

FAVIRAVIR

Aprovado contra o *influenza* gripal, tem sido uma opção, sobretudo chinesa e japonesa, para casos menos graves. Não é utilizado em Portugal.

METILPREDNISOLONA

Fármaco da classe dos corticosteroides, tem sido reservado para situações limite de resposta exacerbada do sistema imunitário do doente com o objetivo de travar essa “tempestade imunitária”. Começou por ser reprovado pela Organização Mundial da Saúde, mas estudos sugerem que pode ser a última tentativa para salvar o doente de uma morte quase certa. É usado nos Cuidados Intensivos dos hospitais portugueses.

TOCILIZUMAB

Imunossupressor conhecido para tratar doenças autoimunes, como artrite reumatoide, é administrado a doentes entre a vida e a morte por excesso de resposta imunológica ao novo coronavírus. É igualmente uma terapêutica utilizada no Serviço Nacional de Saúde (SNS), sobretudo no Norte, onde há maior número de casos. Noutros países há também a opção por um medicamento biológico semelhante, o sarilumab.

CLOROQUINA

Fármaco antigo para profilaxia e tratamento da malária, foi recuperado para travar a replicação do novo coronavírus. Chegou a ser utilizado em Portugal, mas esgotou-se rapidamente. Os ensaios recentes revelam que provoca uma alteração grave do ritmo cardíaco e está a ser substituído.

HIDROXICLOROQUINA

Substituto por excelência da cloroquina, é o antiviral apa-

rentemente mais ativo contra o vírus e por isso o mais utilizado durante a primeira semana da infeção, inclusive no SNS. Há também administrações conjuntas com um antibiótico conhecido, a azitromicina, mas os intensivistas portugueses não o fazem com o intuito de combater a covid-19. O que pode acontecer é o antibiótico ser utilizado para debelar uma infeção bacteriana contraída durante a hospitalização por força do novo coronavírus.

BEVACIZUMAB

Com o nome comercial de avastin, ficou conhecido em 2009 devido a um incidente durante uma utilização *off label* que acabou por cegar alguns doentes no Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Utilizado em quimioterapia, impede a formação de novos vasos sanguíneos e surge como opção em casos de fim de linha por resposta excessiva do sistema imunitário do doente. Em Portugal não é utilizado no âmbito da covid-19.

IVERMECTINA

Contra parasitas, por exemplo piolhos, está a ser analisado por investigadores australianos por ter sido capaz de destruir o vírus em laboratório. Os dados são muito precoces e ainda não está a ser utilizado em doentes.

SORO CONVALESCENTE

Transfundir plasma de infetados e recuperados com elevada concentração de anticorpos contra a covid-19 é uma opção extrema para fortalecer a reação imunitária dos doentes. O método é ancestral, foi utilizado recentemente entre europeus e norte-americanos contagiados pelo ébola, mas tem um problema de base: o risco da transfusão e a falta de disponibilidade. Em Portugal e na maior parte dos países do mundo continua sem ser utilizado. A utilização dos anticorpos continuará a ser, ao que tudo indica, muito residual e para casos muito específicos, e sob apertada monitorização.

varreigoso@expresso.imprensa.pt

COMO SÃO ACOMPANHADOS OS 90% DE DOENTES QUE ESTÃO EM CASA

Há 70 mil médicos e enfermeiros a contactar os 17 mil doentes que estão em casa. Para muitos idosos, esse telefonema é uma “porta para o mundo”. Hospital de São João entrega oxímetros ao domicílio

Mais de uma dezena de médicos do Hospital de São João, no Porto, passam várias horas por dia a telefonar aos 900 doentes com covid que estão a recuperar em casa. Têm uma escala específica para distribuírem entre si os contactos, monitorizando em detalhe os sintomas de cada um: numa primeira fase ligam-lhes todos os dias, mas à medida que os sintomas vão desaparecendo começam a telefonar com menos frequência. Em todo o país, há agora 70 mil médicos e enfermeiros a contactar os cerca de 17 mil doentes que estão a recuperar em casa, ou seja, 90% de todos os casos de covid confirmados pela Direção-Geral da Saúde (DGS).

“Avaliamos o estado de saúde atual dos doentes e os possíveis sintomas de agravamento, como a febre persistente. Além disso, fazemos a avaliação das condições da casa onde estão, se precisam de assistente social ou apoio da câmara municipal, se têm acesso aos bens essenciais, se estão sozinhos ou em algum tipo de situação mais frágil”, explica Pedro Palma Martins, médico infeccionista e um dos coordenadores da teleconsulta do Hospital de São João. Sempre que a situação de saúde se agrava, os médicos pedem ao doente que se desloque ao hospital ou enviem uma ambulância para o ir buscar.

Há mais de um mês que o serviço arrancou e tem vindo a ser aperfeiçoado. Recentemente, aos doentes que inspiram maior preocupação começaram a ser enviados oxímetros para medirem o nível de oxigénio no sangue e comunicarem ao médico. “É uma forma de refinarmos a referência para a urgência. Com base em critérios clínicos, identificamos esses doentes e o próprio hospital entrega-lhes o aparelho em casa.”

Para os doentes que estão a recuperar em casa, ouvidos pelo Expresso, este acompanhamento é um bom apoio para saberem se os seus sintomas são motivo de preocupação. Alguns desses casos, no entanto, têm sentido necessidade de recorrer a consultas médicas presenciais no sector privado para perceber o seu estado de saúde face aos sintomas prolongados por várias semanas.

Hélder Alves vive em Setúbal e foi um dos primeiros casos confirmados há cerca de um mês. Já está praticamente recuperado, ainda que faltam os dois testes negativos para entrar nessas estatísticas. As primeiras semanas foram as mais duras e o contacto médico foi útil. “Durante vários dias ligavam de manhã e à noite para saber de mim e da minha mãe, que também está doente. Quando a febre baixou, começaram a ligar uma vez por dia. Foi sempre um apoio muito bom.”

O infeccionista do São João reconhece ser impossível ligar aos 900 doentes todos os dias. “Mas nem todos precisam de um contacto diário, pois já se sentem melhor. À medida que deixam

de ter sintomas, telefonamos de dois em dois dias ou de três em três.” Pedro Palma Martins não sente que os doentes estejam assustados. “Têm só dúvidas sobre o isolamento, a gravidade dos sintomas ou o tempo necessário até ficarem bem.”

Segundo a Direção-Geral da Saúde, estes doentes “estão a ser acompanhados por 70 mil profissionais organizados em várias equipas” em centros de saúde e hospitais, “com utilização de uma plataforma informática, designada Trace Covid”. Esta ferramenta serve para gerir os dados dos doentes de maneira a “avaliar a evolução dos sintomas e detetar precocemente o agravamento clínico”, explica a DGS.

“Porta para o mundo”

O mesmo serviço de acompanhamento tem estado a ser prestado a 57 crianças que passaram pelo Hospital Dona Estefânia, em Lisboa, entre as quais 27 que chegaram a estar internadas e que entretanto foram para casa. Há três médicos totalmente dedicados a esse contacto diário com os pais, além de tratarem a marcação de consultas presenciais, testes e exames. “Ligamos às famílias de dois em dois dias e temos um número de telefone disponível 24 horas por dia para onde sabem que podem ligar sempre que tenham alguma dúvida”, descreve Maria João Brito, responsável pela Unidade de Infecção do Dona Estefânia. Além disso, esta unidade está em permanente contacto com os delegados de saúde para os informar sobre cada uma das famílias.

Paulo Bettencourt, coordenador da Unidade de Medicina Interna do Hospital CUF Porto, coordena os três médicos que têm monitorizado os doentes em casa e está em contacto com estudantes no último ano de Medicina na Universidade do Porto para se juntarem à equipa. “Na maior parte das vezes fazemos mais 14 contactos por doente. Mas como asseguramos o acompanhamento até o teste ser negativo, chegamos a fazer mais de 20 contactos. Nessa altura já nos conhecemos e perguntamos pela família”, conta. “Em alguns casos são idosos em situações de solidão que aproveitam para falar, quase como se este contacto fosse a sua porta para o mundo.”

Para que os doentes com covid possam ficar em casa, a DGS requer que tenham telefone ou telemóvel, termómetro, idealmente quarto separado ou cama individual, acesso a casa de banho, água e sabão para higiene das mãos e produtos de limpeza doméstica. A mesma norma prevê que as grávidas, pessoas imunossuprimidas e recém-nascidos não estejam em casa.

Os doentes com teste positivo que fiquem assintomáticos devem repetir o teste entre o 10º e o 14º dia após o início dos sintomas. “A cura é determinada pela existência de dois testes negativos, com pelo menos 24 horas de diferença”, define a DGS.

RAQUEL ALBUQUERQUE
ralbuquerque@expresso.imprensa.pt

VENCER AS PREVISÕES DEFENDER PORTUGAL

A pandemia oferece-nos dois caminhos: ou nos dobramos às consequências provocadas pelo Covid-19 ou vencemos as previsões económicas. Ou ficamos à espera do pior ou agimos e definimos o nosso rumo.

A primeira vítima desta crise, a maior dos últimos 100 anos, é a nossa expectativa individual e coletiva. Dizem-nos que vamos perder 400 ou 500 mil empregos. Dizem-nos que vamos assistir à falência de milhares e milhares de empresas. Dizem-nos que a vida será muito pior do que foi entre 2011 e 2014. As previsões nacionais e internacionais dão como certa uma catástrofe social e económica sem igual. Atiram para o chão as nossas expectativas e quebram a nossa confiança. Levam-nos a aceitar de antemão o que é inaceitável.

Não tem de ser assim.

O Governo está a tempo de reagir à altura das circunstâncias. Pode agir em vez de esperar pela Europa, a eterna atrasada, a União dividida. O Governo tem de colocar as previsões no seu devido lugar – previsões não são certezas – e deve trocá-las por políticas públicas fortes, imediatas e responsáveis. Pode usar as previsões como sinal de alarme: previsões são apenas cenários que não contam com o que o Governo pode e deve fazer para defender a vida de todos nós.

Outros países europeus, nossos parceiros, estão a seguir esse caminho e já vão à nossa frente. Não apoiam apenas com crédito, que só adia o problema. Avançam dinheiro para compensar a paralisia económica. Assumem programas virados para o dia seguinte à pandemia. É simples: apoiar o emprego é mais útil do que pagar o desemprego.

Portugal está a ficar para trás. Não haverá uma segunda oportunidade para as empresas e para muitas, muitas pessoas. Foi por isso que há duas semanas e meia a CIP entregou ao Senhor Primeiro-ministro uma proposta de ação.

Sete ideias – o que as empresas precisam para sobreviver. Ideias que pedem uma resposta:

1. **Garantias de Estado convertíveis em incentivos a fundo perdido: 20 mil milhões de euros;**
2. **Garantias de carteira BEI/FEI: 10 mil milhões de euros;**
3. **Benefícios Fiscais com garantia de Estado para desconto na banca;**
4. **Crédito à exportação e importação com seguros de crédito associados;**
5. **Pagamento a pronto do Estado aos fornecedores;**
6. **Sistema de pagamento automático entre empresas com base no e-fatura;**
7. **Regime de insolvências adequado à atual crise e ao teletrabalho.**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CIP

**CIP**CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

A CIP representa mais de 150.000 empresas, que empregam 1,8 milhões de trabalhadores e são responsáveis por um volume total de negócios que representa mais de 70% do PIB nacional.

COVID-19 FUTURO

Previsão As temperaturas elevadas não vão eliminar o vírus. As idas à praia terão restrições e agosto já não será o tradicional mês de pausa. Muitas empresas estarão a funcionar em pleno

Texto MICHAEL PEREIRA Infografia JAIME FIGUEIREDO

Como vai ser o nosso verão?

A calor irá travar a pandemia?

De todas, esta é a questão mais relevante para determinar o quão difícil será o verão. Para Fernando Maltez, diretor do Serviço de Infeciologia do Hospital Curry Cabral, “tendo em conta o que se passa em alguns países do Hemisfério Sul, onde tem estado quente e húmido, não se pode afirmar que a pandemia será travada pelo calor”. O infectiologista recorda que dos seis tipos de coronavírus identificados e estudados em infeções anteriores, há quatro que são sazonais e dois que não. Estes últimos estiveram detrás da SARS e da MERS, que, tal como a covid-19, eram síndromes respiratórias agudas. “Em princípio, este vírus também não é sazonal”, acredita Fernando Maltez. A comunidade científica internacional está dividida sobre o que esperar do comportamento do SARS-CoV-2, embora a tendência seja para haver pouco otimismo. Na semana passada, em resposta a um pedido da Casa Branca, a federação norte-americana de academias nacionais de ciências, enge-

nharia e medicina produziu um relatório em que recomendou muita cautela. Alguns estudos científicos preliminares têm mostrado que parece haver menos infeções à medida que a temperatura e a humidade aumentam, mas o relatório chama a atenção para o exemplo da Austrália e do Irão, onde o vírus tem feito o seu caminho apesar do atual clima de verão. “Existem muitos outros fatores a ter em conta, além da temperatura ambiente, da humidade e da sobrevivência do vírus fora do hospedeiro, que influenciam e determinam as taxas de transmissão”, sublinha o documento.

Iremos viajar sem restrições?

Não. A maioria dos voos internacionais está suspensa até junho, mas, se não houver um retrocesso na pandemia, no verão as companhias aéreas deverão retomar as suas operações. A Comissão Europeia propôs um roadmap para o levantamento das restrições, em que indica uma expansão gradual, em que primeiro são retomadas as vi-

agens entre Estados-membros e só depois, numa segunda fase, as viagens para países fora da União Europeia. Algumas empresas já iniciaram campanhas agressivas. A easyJet está a cobrar apenas um euro pela bagagem aos clientes por voos comprados agora e dá-lhes a hipótese de alterarem as datas sem taxa adicional. E a Emirates anunciou esta quarta-feira que fez testes de covid aos seus passageiros nos voos do Dubai para a Tunísia, com resultados disponíveis em 10 minutos, antes de embarcarem. O objetivo é alargar este procedimento a outros voos. Em paralelo, introduziu como regra o uso obrigatório de máscara no aeroporto do Dubai e todas as bagagens têm de ir no porão. A empresa que gere os aeroportos em Portugal, a ANA, diz-se “totalmente empenhada” na preparação para o regresso do tráfego aéreo. “Isso implica o restabelecimento da confiança dos passageiros na existência de um ambiente sanitário seguro ao longo da viagem”, diz Chloé Lapeyre, a chief operating officer (COO) da ANA. “Para o tráfego turístico, por exemplo, isso significa uma abordagem sanitária global: no aeroporto, no avião, nos transportes públicos, nos carros de aluguer, nos hotéis e nos restaurantes.” A empresa assegura ter, desde o início da crise, medidas rigorosas e em “continua adaptação”, que passam pelo “reforço da limpeza, distanciamento social e controlo de acesso, além da medição de temperatura”.

Seremos reembolsados de férias canceladas?

Em vez de dinheiro, é melhor contar com um voucher para gozar as férias noutra altura. A Deco, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, tem uma linha de apoio ao viajante (213 710 282) em que tem apelado às pessoas e às agências de viagens para considerarem alternativas ao reembolso. “A nossa preocupação é que todos os consumidores estejam protegidos”, diz Paulo Fonseca, coordenador do departamento jurídico e económico da associação. “Se as agências entrarem em insolvência, apesar de haver um fundo de ga-

rantia de cerca de quatro milhões de euros, isso pode não ser suficiente para cobrir as necessidades.” Por outro lado, acrescenta o jurista, “também é preciso que haja flexibilidade por parte das empresas, de forma a que os clientes não percam o direito a estas notas de crédito mesmo que o prazo dos vouchers seja ultrapassado”. Há uma diretiva comunitária a proteger o direito dos consumidores a um reembolso quando se trata de férias compradas a agências, mas na semana passada o comissário europeu da Justiça e Consumidores, Didier Reynders, escreveu aos Estados-membros para ver se é possível encontrarem um meio caminho entre os interesses de todas as partes. Para Paulo Fonseca, é expectável que o Governo avance com uma medida extraordinária e temporária. “Seria interessante que o mesmo modelo se estendesse também às reservas diretas de alojamento, que não estão abrangidas por nenhuma diretiva comunitária.” Na Grécia, o Governo tomou essa iniciativa com um decreto publicado na segunda-feira, que determina uma política de vouchers com uma validade de 18 meses para serviços comprados a hotéis, agências e companhias aéreas, com a ressalva de que se não forem gozados nesse tempo os clientes terão direito a um reembolso.

Os ginásios, cabeleireiros e gabinetes de estéticas estarão a funcionar?

O presidente da CCP — Confederação do Comércio e Serviços de Portugal está convencido de que sim. “A nossa expectativa é que já estejam abertos em junho”, diz João Vieira Lopes. “Não serão dos primeiros estabelecimentos a abrir, em maio, quando for a vez das lojas e dos restaurantes, porque se trata de atividades que envolvem muito contacto físico e as dificuldades aí são maiores.” A pressão social para que reabram é grande, tendo em conta o número elevado de cabeleireiros e gabinetes de estética que há no país, à volta de 20 mil, mas vai ser preciso ir acompanhando o exemplo dado por outros Estados-mem-

joaomgoncalves

makro

POR UMA CAUSA MAIOR, UMA CASA MAIOR.

Temporariamente, a casa dos profissionais abre as suas portas a todos os portugueses.

ACESSO ÀS NOSSAS LOJAS:

Estaremos abertos temporariamente, durante o estado de emergência, a TODOS os consumidores, sejam profissionais ou particulares. Não é necessário cartão MAKRO para entrar.

HORÁRIOS ADAPTADOS:

Lojas abertas de Seg. a Sáb. das 7:00 às 19:00. As lojas de Alfragide e Cascais abrem às 06:00 e encerram às 19:00. Ao Domingo todas as lojas estão encerradas.

MEIOS DE PAGAMENTO

Para segurança dos nossos colaboradores e clientes, recomendamos que o pagamento seja efetuado preferencialmente através de MB way ou cartão em vez de dinheiro.

LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS LOJAS

Estamos a proceder à desinfeção regular das seguintes áreas:

- Tapetes na linha de caixas e terminais de multibanco
- Pegas dos carrinhos de compras, balcões de receção de clientes e das zonas atendimento das secções. Garantimos por toda a loja a disponibilidade de gel desinfetante de mãos, para clientes e colaboradores.

Adicionalmente, estamos a partilhar as boas práticas recomendadas pelas autoridades de saúde a cada momento com os nossos clientes e colaboradores.

MAKRO.PT

makro

O SEU SUCESSO É O NOSSO NEGÓCIO

ONDE ESTAMOS?

Encontre a loja Makro mais próxima de si e do seu negócio.

Braga

Matosinhos

Vila Nova de Gaia

Coimbra

Leiria

Alfragide

Cascais

Palmela

Albufeira

Faro

SITUAÇÃO A 17 DE ABRIL

CASOS POR DIA NO NORTE

TOTAL DE CASOS CONFIRMADOS

19.022

TOTAL DE RECUPERADOS

519

TOTAL DE MORTOS

657

AGUARDAM RESULTADO

4805

EM VIGILÂNCIA

25.456

CASOS INTERNADOS

1284

2 MAR. 10

20

1 ABR. 10

17

0

150

300

450

600

750

87

CONCELHOS C/ MAIS CASOS

1

Lisboa

996

2

Porto

988

3

Vila Nova de Gaia

956

4

Matosinhos

824

5

Gondomar

777

6

Braga

775

7

Maia

686

8

Valongo

552

9

Ovar

487

10

Sintra

437

ÁÇORES

102

4

MADEIRA

53

0

FONTE: DIREÇÃO GERAL DE SAÚDE, ORGANIZAÇÃO M

FOTO JOÃO CARLOS SANTOS



bro. Quinta-feira, no Parlamento, o primeiro-ministro precisou que será necessário criar em maio “normas específicas de segurança para os profissionais e utentes” de cabeleireiros, mas não avançou uma data específica para a reabertura destes estabelecimentos.

As indústrias que costumam abrandar em agosto vão estar a trabalhar para compensar a paragem destes meses?

Sim. Esse é o cenário esperado em alguns sectores da indústria transformadora. “Há empresas que vão estar a laborar em pleno em agosto”, garante Luís Miguel Ribeiro, presidente da Associação Empresarial de Portugal. Mas isso dependerá sempre da evolução de cada mercado de exportação e dos produtos que estão em causa. “Ainda

há pouco falei com um empresário do sector de peças para automóvel, em que a empresa tem 600 colaboradores e conta ter 550 a trabalhar em agosto.” Ribeiro explica que muitos trabalhadores aceitaram ir de férias agora “e compreendem que terão de estar disponíveis nessa altura”.

As creches estarão abertas em agosto?

Tem sido uma das hipóteses colocadas em cima da mesa, nomeadamente pelas instituições particulares de solidariedade social que detêm quase duas mil creches espalhadas pelo país (76% do universo total), mas também jardins de infância e atividades de tempos livres. A possibilidade tem sido admitida pelo presidente da Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade, uma vez que

muitas famílias podem ter sido já obrigadas a tirar férias agora, para acompanharem os filhos em casa e/ou porque as suas empresas encerraram, e vão necessitar destas estruturas em agosto. Por outro lado, algumas instituições, tendo sido obrigadas a suspender as atividades com as crianças, podem ter requerido o *lay-off* e terão vantagem em retomar as atividades e o trabalho dos seus funcionários assim que as restrições sejam levantadas. António Costa admitiu esta semana que as creches podem começar a abrir já em maio. Também nos estabelecimentos privados pode haver a mesma disponibilidade, sobretudo nos casos em que os descontos nas mensalidades não tenham sido assim tão consideráveis. Seria assim uma forma de compensar o esforço financeiro dos pais.

O próximo ano letivo será antecipado?

Não. As únicas datas alteradas foram as do final do presente ano letivo — que é estendido até 26 de junho — e as dos exames nacionais do ensino secundário. A primeira fase das provas vai decorrer entre 6 e 23 de julho, com as classificações a serem divulgadas a 3 de agosto. O mês de agosto poderá ser diferente para os estudantes que tiverem ou quiserem realizar os testes na segunda fase, por terem tido uma nota baixa ou por quererem melhorar a primeira. De acordo com o calendário publicado esta semana, essa segunda fase passa de julho para 1 a 7 de setembro, o que implicará alguns dias de estudo num período tradicionalmente de pausa. As notas serão afixadas a 16. Os diretores também sempre têm dito que seria muito complicada

de ter aulas em julho e agosto, meses em que as temperaturas atingem valores muito elevados em Portugal, sobretudo no interior do país. Sendo que muitos estabelecimentos de ensino ou não têm sistemas de climatização ou, tendo, não são usados pelos elevados custos que implicam. Dito isto, ainda não há data para o início do próximo ano letivo, sendo que normalmente tem início ainda na primeira quinzena de setembro.

Poderemos ir à praia?

Tudo indica que sim, mas com restrições. Em entrevista ao Expresso (ver pág. 5-7), António Costa revela que as autarquias e as capitânias vão ter de tomar as medidas necessárias para que possamos ir à praia sem haver aglomeração de pessoas. Na próxima semana vai haver uma reunião entre a Direção-Geral da Saúde e todas as entidades envolvidas na gestão da época balnear, incluindo o Instituto de Socorros a Náufragos, a Marinha, o Ministério do Ambiente, as autarquias e a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). Segundo Catarina Gonçalves, coordenadora do programa da Bandeira Azul na ABAE, o processo de seleção destes galardões que certificam a qualidade das praias tem estado a decorrer. “Incidiremos ainda mais na questão das condutas e comportamentos e no aumento da higienização de todos os equipamentos e serviços”, admite. Em Itália, onde a pandemia tem sido muito grave, ir à praia no verão está longe de ser consensual: “Esqueçam a ideia de planejar férias de praia neste verão”, dizia ao jornal “La Repubblica” esta semana Mario Schiavina, ex-diretor do Serviço de Pneumologia e Terapia Respiratória Intensiva do hospital Sant’Orsola, em Bolonha.

Vai haver concertos e festivais de verão?

É muito improvável. No *roadmap* proposto pela Comissão Europeia para o levantamento gradual de restrições por parte dos Estados-membros, os concertos, festivais e outros eventos públicos ficaram no fim da lista. São ambientes pouco compatíveis com o distanciamen-

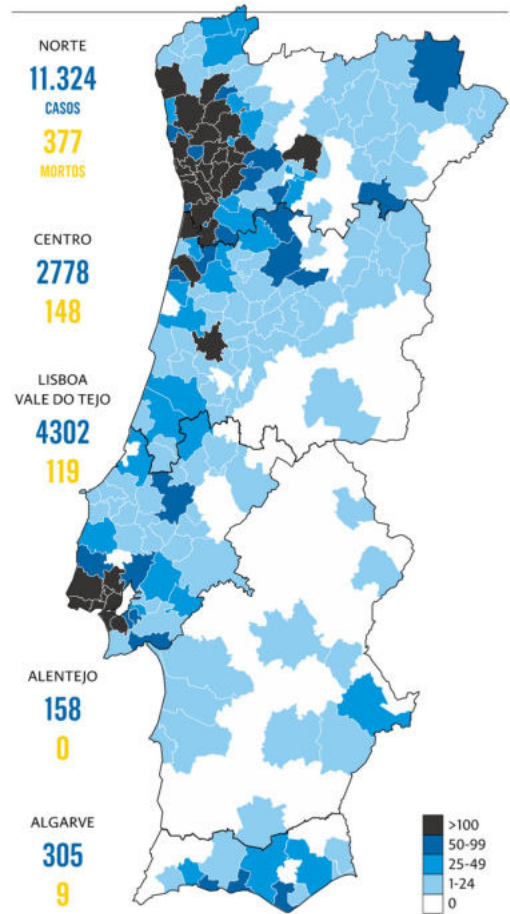
to social que o combate à pandemia exige. Segundo a “Blitz”, a revista de música associada do Expresso, os principais festivais europeus têm vindo sucessivamente a optar pelo cancelamento ou adiamento. Nalguns casos não têm tido outra hipótese, como na Dinamarca, onde se estendeu até ao final de agosto a proibição de eventos com mais de mil pessoas. Em Portugal, tirando o adiamento do Rock in Rio para 2021 e do NOS Primavera Sound de junho para setembro, as empresas organizadoras parecem estar à espera que seja também o Governo a tomar uma decisão — abrindo a porta a pedidos de compensação financeira ao Estado. Para já, António Costa diz ao Expresso que “é cedo para tomar decisões” e indica como prioridade para funcionar os eventos “que têm lugar marcado”, como cinemas e concertos em recinto fechado.

Haverá medidas especiais nos transportes públicos?

Sim. O presidente do Metropolitan de Lisboa, Vítor Domingues dos Santos, diz que serão seguidas as recomendações da DGS e as orientações do Governo, sendo intenção da empresa “manter os cuidados já reforçados de limpeza do material circulante e das estações”, com operações de desinfecção regulares. Além disso, com o acréscimo de passageiros, poderão ser introduzidas “medidas adicionais de controlo, se necessário, no acesso aos cais, sobretudo nas horas de ponta”. O primeiro secretário da Área Metropolitana de Lisboa, a estrutura que coordena os transportes públicos intermunicipais da região de Lisboa, Carlos Humberto de Carvalho, explica que o número de autocarros, comboios e barcos será reforçado à medida que voltar a haver mais passageiros, para garantir uma taxa de ocupação baixa e distanciamento social. Em entrevista ao Expresso (ver pág. 5-7), o primeiro-ministro anunciou que será obrigatório o uso de máscara nos transportes públicos e que será controlada a sua ocupação.

Com ISABEL LEIRIA
mrp@expresso.pt

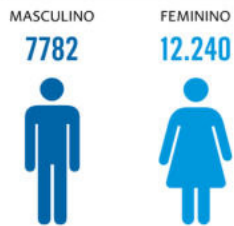
CASOS POR CONCELHO EM PORTUGAL



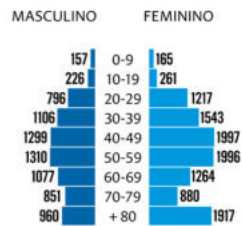
EVOLUÇÃO DE CASOS CONFIRMADOS EM PORCENTAGEM



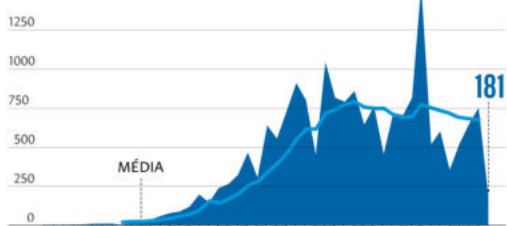
CASOS POR GÉNERO



CASOS POR IDADES



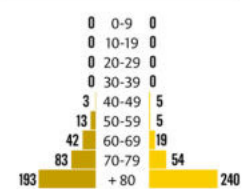
CASOS CONFIRMADOS POR DIA



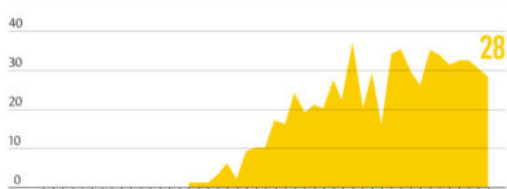
MORTOS POR GÉNERO



MORTOS POR IDADES



MORTES POR DIA



PRISÕES



joaomgoncalves

Jorge Mota não tinha onde viver quando saiu da cadeia de Alcoentre. Foi acolhido por uma instituição de apoio a reclusos

Quem matou não está excluído

Lei impede indultos e perdões de pena a homicidas. Mas não lhes fecha a porta a saídas extraordinárias

Os condenados por homicídio podem, teoricamente, beneficiar da lei 9/2020, aprovada pela Assembleia da República a 8 de abril e que estabeleceu um "regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia da doença covid-19". Isso mesmo foi admitido ao Expresso por Mário Belo Morgado, secretário de Estado Adjunto e da Justiça e ex-vice-presidente do Conselho Superior de Magistratura.

A lei determina quatro modalidades através das quais os reclusos podem sair das cadeias por causa da covid-19. Para duas dessas modalidades, o perdão de penas e o indulto, o diploma deixa claro que ficam excluídos logo à cabeça os condenados por homicídio, violência doméstica, abusos sexuais, maus tratos, ofensa à integridade física, incêndio, tráfico de droga, corrupção, lavagem de dinheiro, entre outros crimes. A lista é extensa.

Mário Belo Morgado admite que no caso de outra modalidade disponível, a licença de saída administrativa extraordinária, que permite substituir a cadeia por 45 dias de prisão domiciliária como medida de contenção da covid, não existe uma exclusão direta desse catálogo de crimes. "O que a lei exige é que essa licença só possa contemplar reclusos que dão garantias de bom comportamento e que já tenham beneficiado antes de saídas precárias", esclarece. Em tese, isso pode incluir, por exemplo, alguém que tenha cometido um homicídio em certas circunstâncias mas que encaixe nas condições definidas pelo Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade para a concessão de saídas precárias: uma "fundada expectativa de que o recluso se comportará de modo socialmente responsável, sem cometer crimes; compatibilidade da saída com a defesa da ordem e da paz social; e fundada expectativa de que o recluso não se subtrairá à execução da pena ou medida privativa da liberdade".

Na prática, no entanto, esta possibilidade dificilmente será considerada, tendo em conta que poderia pôr em causa "a defesa da ordem e da paz social". Esse é, aliás, segundo fontes judiciais contactadas pelo Expresso, um motivo suficiente para não ser aplicada pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a entidade que propõe e decide quem deve beneficiar das licenças de saída por 45 dias.

A questão em torno de haver condenados por homicídio a poderem ser libertados levou, na sexta-feira da semana passada, a que a Presidência da República publicasse uma nota a esclarecer que, "contrariamente a notícias falsas difundidas, a possibilidade de indulto especial" prevista na lei "não se aplica a homicidas e pedófilos". O gabinete de Marcelo Rebelo de Sousa sublinhava que os potenciais beneficiários dos seus indultos são "pessoas idosas, em grave situação de saúde". M.P.

Um em cada cinco condenados vai sair da cadeia

Mais de 20% dos 10.269 condenados que cumpriam pena vão ficar fora das cadeias por causa da covid-19. **Perdões de pena não necessitam do consentimento dos reclusos**

Texto **HUGO FRANCO, MICAEL PEREIRA e RUI GUSTAVO**
Foto **TIAGO MIRANDA**

Quando foram informados de que iriam ser libertados por causa do risco da covid-19 nas prisões, Hélder C. e Jorge limitaram-se a receber algum dinheiro dos serviços prisionais e a fazer a mala à pressa. De repente estavam à porta da cadeia. Sem transporte sem ninguém para os ir buscar e sem uma casa para os receber.

"Mandaram-me embora já depois da hora do último autocarro. Ainda pedi para só sair no dia seguinte para ter como me deslocar mas disseram-me que eram ordens do tribunal", conta Hélder C., 46 anos, a quem faltavam cinco meses para terminar uma pena por furto qualificado em Pinheiro da Cruz, no Alentejo, a 130 quilómetros de Lisboa.

Hélder e Jorge fazem parte do universo de condenados até dois anos de prisão que foram beneficiados com uma lei urgente aprovada na semana passada para, ao libertar espaço nas cadeias portuguesas, reduzir o número de eventuais infeções com o novo coronavírus.

Na quinta-feira ficou terminada a primeira parte da aplicação da lei, com os tribunais a emitir 1164 mandados de libertação, todos eles por perdão de pena. De acordo com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), estima-se que haja agora mais mil reclusos a beneficiar de licenças de saída administrativa extraordinária, em que

um novo lote de condenados poderão ficar 45 dias em casa, em regime de prisão domiciliária. Estas licenças, que já não dependem dos tribunais de execução de penas mas apenas dos serviços prisionais, estavam para começar a ser executadas na sexta-feira.

Além dos perdões de pena e das saídas extraordinárias por 45 dias, o diploma prevê outras duas modalidades possíveis. Pode haver antecipações de liberdade condicional até seis meses, a decidir pelos tribunais depois de gozadas saídas extraordinárias por presos que preencham os requisitos. E existe ainda um regime especial de indulto, para reclusos doentes e com mais de 65 anos, cuja aprovação dependerá do Presidente da República e que deverá representar um número muito reduzido de casos.

A confirmar-se a aplicação da lei a mais de 2100 reclusos — somando os 1164 já libertados esta semana aos mais de mil que se estima sejam mandados temporariamente para prisão domiciliária — mais de 20% dos 10.269 condenados que a 1 de abril cumpriam pena em Portugal vão ficar fora das cadeias.

Só no Estabelecimento Prisional do Porto, em Custóias, serão libertados cerca de

Serviços prisionais têm equipas de reinserção a trabalhar com a Segurança Social, autarquias e ONG para apoiar presos sem teto

1064

reclusos foram libertados esta semana depois de beneficiarem de perdões de pena. Mais mil deverão ser enviados temporariamente para prisão domiciliária

200 reclusos. Em dezembro de 2018, à data das últimas estatísticas disponíveis com este tipo de detalhes, Custóias era de forma destacada a cadeia mais sobrelotada do país, com 386 presos a mais, representando um excedente de 56% face à população que deveria ter. Isso significa que no intervalo de uma semana o Ministério da Justiça poderá ter reduzido o problema para metade.

Mas para onde foi tanta gente? Em Custóias, há pelo menos um caso em que o homem não tinha qualquer apoio familiar ou sítio para ir: "Trata-se de um recluso com problemas psiquiátricos, condenado por ofensas corporais, que não tem família, mas teve de ser libertado na mesma porque estava no fim do cumprimento da pena", explica uma fonte judicial. Segundo a mesma fonte, "houve indicação da cadeia para libertar o recluso e levá-lo de imediato para a psiquiatria do Hospital de São João, de onde foi encaminhado para uma unidade especializada".

Os outros casos em que os reclusos não tinham para onde ir foram tratados por associ-

ações de apoio e instituições caritárias.

Mário Belo Morgado, o juiz-consultor que é atualmente secretário de Estado-adjunto e da Justiça e foi até 2019 vice-presidente do Conselho Superior de Magistratura, admite que os perdões de pena não necessitam do consentimento dos reclusos, ao contrário dos indultos ou das saídas extraordinárias. "Estamos a falar de fases finais de cumprimento de pena e a libertação iria sempre acontecer dentro de pouco tempo."

Mais a sul, Hélder teve sorte e acabou por apanhar uma boleia no carro de dois familiares de outro preso até Setúbal, "todos sem usar máscara", e daí de comboio até Lisboa. Como não tinha onde dormir, não teve outro remédio senão alugar um quarto por duas noites. Esta quinta-feira, ajudado pela instituição de apoio a ex-presos O Companheiro e pela autarquia lisboeta, foi um dos 40 reclusos sem teto escolhidos para morar provisoriamente num *bungalow* no parque de campismo de Monsanto.

Também Jorge Mota, 55 anos, não foi tido nem achado no processo de saída da cela em Alcoentre. Limitou-se a seguir ordens superiores, embora esteja satisfeito por não ter de cumprir o tempo da pena

Quinta-feira ficou terminada a primeira parte da aplicação da lei, com a emissão de 1164 mandados de libertação

que lhe faltava de um ano e cinco meses, também por furto. Tal como Hélder, apanhou uma boleia de um outro preso, numa viagem onde ninguém usou máscaras de proteção. Foi acolhido no O Companheiro e vive sozinho num dos pavilhões pré-fabricados da instituição. "Residia na casa dos meus pais mas eles morreram e não posso contar com o apoio dos meus irmãos. Um deles é toxicod dependente e com os outros ou cortamos relações ou vivem no estrangeiro. A minha ex-mulher e a minha filha também não vivem em Portugal."

O secretário de Estado da Justiça garante que os casos de presos que saíram sem teto "estão perfeitamente identificados". Segundo Morgado, a DGRSP "tem equipas de reinserção social a trabalhar de forma articulada com a Segurança Social, com as câmaras municipais e com ONG como O Companheiro e que acompanham o caso específico do parque de campismo de Monsanto".

Noutra instituição do apoio a reclusos, a Remar, vive Luís. Solto esta semana, não tem mais sítio para onde ir em Portugal. Vivía em França desde 2000 e há um mês foi extraditado para Portugal para cumprir o resto da pena de 12 meses na prisão no Linhó por tráfico de droga. "Agora com tudo fechado, não posso tirar o cartão do cidadão ou o passaporte para poder voltar para França. Além disso, as fronteiras estão encerradas e não consigo sair do país para ir ter com a minha família. Para mim, é como se continuasse preso."

mpereira@expresso.imprensa.pt

ENTREVISTA

Isabel Vaz Presidente da Comissão Executiva da Luz Saúde

“Portugal partiu para esta crise abaixo dos mínimos”

joaomcgoncalves



A gestora sinaliza que as unidades de cuidados intensivos sofriam de severa falta de meios

Textos **ANA SOFIA SANTOS**
Foto **TIAGO MIRANDA**

As declarações da ministra da Saúde sobre o facto de o Estado não pagar os tratamentos prestados em hospitais privados a infetados com covid-19 a não ser que fossem encaminhados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) fizeram estalar nova polémica entre o sector da saúde privada e o Governo. Isabel Vaz, presidente da Comissão Executiva da Luz Saúde, um dos maiores prestadores do país, diz que os privados avançaram “de boa-fé na ajuda ao SNS” e assegura que foi o Governo que mudou de posição. A gestora critica ainda a falta de preparação de muitas unidades públicas, em particular nos cuidados intensivos.

Quais foram as orientações da Direção-Geral da Saúde [DGS] sobre como deviam atuar a partir de 26 de março, ou seja, quando a covid-19 já estava na comunidade?

■ Numa reunião a 17 de março foi-nos dito que cada hospital seria responsável por tratar os seus doentes. Quem desse entrada numa unidade nossa e testasse positivo deveria ser ali tratado, o que faz todo o sentido, porque uma das lições que se aprenderam com Espanha

e com Itália foi de que os doentes não deviam andar de um lado para o outro. Estava claro na proposta de protocolo da Administração Central do Sistema de Saúde — para ser discutida com a nossa associação — que uma forma de referência dos doentes covid-19 era através das urgências privadas.

Estranharam o pedido?

■ Aquela foi a semana de todos os medos. Temia-se que a situação em Portugal escalasse. Ninguém fez perguntas, toda a gente avançou de boa-fé: em menos de uma semana, o sector privado tinha tudo preparado. Aliás, todos no sistema de saúde entenderam que os privados deixavam de encaminhar os casos de covid-19 para o SNS. De tal forma que, no dia 25 de março (véspera da entrada na fase de mitigação), não conseguimos transferir doentes para o Hospital Curry Cabral, em Lisboa, que nos disse que os casos eram da nossa responsabilidade.

Como se explicam as declarações da ministra da Saúde?

■ O povo português tem sido exemplar no cumprimento das indicações da DGS e do estado de emergência e, felizmente, nas três últimas semanas, assistimos ao achatamento da curva e não se confirmaram os

receios de falta de capacidade do SNS. Terá havido motivos para o Governo achar que já não iria ser necessário articular com os privados como tinha sido pensado.

Foi surpreendida pelas declarações da ministra?

■ Compreendo que as circunstâncias tenham mudado, e devia ter sido comunicado isso, que já não precisavam do sector privado como inicialmente se pensou. Fiquei surpreendida por ter ficado implícito — acredito que não tenha sido a intenção — que os privados tinham sonhado com uma situação que nunca tinha estado prevista.

MUITAS UNIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO FORAM APANHADAS COM OS CALÇÕES NA MÃO

Quem vai pagar os custos com os doentes tratados no Hospital da Luz?

■ Os doentes não têm culpa destes mal-entendidos institucionais, e as despesas serão assumidas por nós. Não vão pagar nada nem vão ser transferidos.

Como atuam agora com um doente com teste positivo?

■ Dizemos que o tratamento não tem participação pelo SNS e que esses custos têm de ser suportados pelos doentes ou pelas seguradoras (depende muito das apólices) ou subsistemas de saúde que incluam este tipo de despesa.

O Bloco de Esquerda pediu a requisição civil dos hospitais privados. Como comenta?

■ A este respeito acho que a ministra esteve muito bem ao dizer que não valia a pena fazer uma requisição civil a quem, por sua livre vontade e desde a primeira hora, se colocou à disposição do Estado para ajudar. Brincando com um assunto sério, acho que o Bloco de Esquerda tem reações que se assemelham a uma tempestade citoquímica.

E isso é?

■ Em cuidados intensivos, por vezes, numa situação de infeção por vírus, desencadeia-se no organismo uma resposta infla-

matória descontrolada, a que os médicos chamam tempestade ou histeria citoquímica — e pode causar a falência multiorgânica. O que quero dizer é que o Bloco de Esquerda tem um sistema imunitário um bocadinho reativo, e os sistemas imunitários muito fortes entram, por vezes, em histeria e tramam o organismo como um todo.

Fazem sentido os hospitais de campanha?

■ Uma das coisas boas destas crises é o voluntarismo, mas antes de se avançar para este tipo de solução devia esgotar-se a capacidade das unidades hospitalares nos sectores privado, social e público.

Há medo de ir a hospitais por causa da covid-19.

■ Um dos grandes efeitos colaterais de uma pandemia é esse.

Garantem a segurança aos doentes não covid-19?

■ Somos seguros para as pessoas que não têm covid-19, e isso é feito através da proteção individual, das instruções de etiqueta respiratória e da necessidade de lavar as mãos, da alteração dos procedimentos clínicos (por exemplo, nas cirurgias testamos os doentes para prevenir uma possível infeção com covid no pós-operatório), e as infraes-

ANTECIPAÇÃO

Acionista chinês

O Grupo Luz Saúde é detido pela Fidelidade (tem o controlo) e pela chinesa Fosun (dona também da seguradora), e este acionista natural do país onde começou a pandemia de covid-19 foi crucial para preparar a equipa de Isabel Vaz. A grande vantagem foi terem-se “assustado a sério”. “O Grupo Fosun tem hospitais que estiveram na linha da frente do combate à covid-19 na província de Hubei. Logo em janeiro percebemos o que poderia vir aí”, revela Isabel Vaz, sinalizando que “um dos ensinamentos foi de que era indiferente se íamos ter ou não a obrigação de tratar a covid-19, porque quando o vírus estivesse na população as nossas unidades tinham de estar preparadas ao nível da separação de circuitos para os casos suspeitos”. Outra recomendação foi “acautelar a melhor proteção dos profissionais, porque senão também não íamos conseguir proteger os doentes”.

truturas hospitalares passaram a ter circuitos separados para doentes covid-19.

Houve desmarcações de atos não urgentes no privado e no SNS. Até quando pode esperar a saúde das pessoas?

■ Há doentes que não podem esperar mais. Neste momento é mais arriscado para alguns doentes não se dirigirem aos hospitais.

Qual foi a quebra na vossa atividade?

■ Entre 70% a 80%, com maior impacto nas unidades satélite, que tratam, sobretudo, situações passíveis de adiar.

Uma das lições desta pandemia foi a falta de preparação do SNS?

■ Sim. A segurança das infraestruturas é crucial, muitas unidades por este país fora foram apanhadas sem calções, porque não conseguem separar circuitos. E, ao nível dos cuidados intensivos, Portugal partiu para esta crise abaixo dos mínimos... E a questão não se resolve com ventiladores. O problema é que um médico intensivista demora, pelo menos, 12 anos a formar. Não se preparam numa semana médicos para lidar com uma pandemia.

assantos@expresso.imprensa.pt

PANDEMIA

País não cumpre critérios para ‘sair de casa’

Segundo as regras da Comissão Europeia para reduzir o confinamento, os portugueses ainda vão ter de esperar

Nenhum país europeu deve começar a regressar à vida normal sem garantir o cumprimento de três critérios essenciais, definidos esta semana pela Comissão Europeia: redução sustentada da infeção,

cuidados médicos suficientes e monitorização constante, sobretudo com testes em larga escala. Portugal não cumpre na íntegra nenhum dos requisitos, e os portugueses vão ter de permanecer em casa por mais algum tempo.

Para o virologista Pedro Simas, investigador do Instituto de Medicina Molecular, as próximas duas semanas poderão ser decisivas. “Esperaria até ao

final deste mês para ver se a evolução do plano é sustentada ao longo de mais tempo, como refere a Comissão Europeia. Acho que será difícil baixar muito mais, mas se se mantiver como está é positivo, pois não ultrapassa a capacidade de resposta do SNS.”

Os ventiladores são um dos pontos críticos, e o país está a equipar-se. Além dos cerca de 1200 no SNS, já recebeu mais de 100 da China, conta com 400 fora da rede pública e aguarda a entrega de 508 comprados, 65 entregues por estes dias. Agora “é preciso garantir resposta a um possível aumento de doentes covid, enquanto volta a ter recursos para responder aos restantes”, defende o especialista.

Pneumologista e consultor da

Direção-Geral da Saúde, Filipe Froes sublinha que “os últimos dados apontam para uma estabilização dos internamentos hospitalares e em Cuidados Intensivos, menos dependentes da variabilidade decorrente do número de testes diários, população testada, regiões e efeito fim de semana”. E, na área das análises, Portugal está entre os melhores exemplos, com 208 mil testes desde 1 de março, acima da Coreia do Sul e apenas um degrau abaixo da Alemanha, segundo o site de

Portugal não deverá alcançar a imunidade de grupo. Vigilância terá de manter-se

estatísticas Worldmeters. Ainda assim, “um dia de incumprimento arruina 14 dias de sucesso”, alerta.

E do sucesso faz parte a prestação de cuidados. “O SNS tem revelado capacidade para dar resposta a uma situação mais próxima da normalidade, mas mantendo circuitos covid-19 e uma atenção extra na vigilância e no diagnóstico precoce.”

Os dois especialistas só não estão de acordo quanto à avaliação da imunidade. Pedro Simas está em total desacordo com a Comissão Europeia por esta considerar os testes serológicos (que testam a imunidade

ao novo vírus) “complementares”: “Tanto os testes de deteção como os serológicos são vitais para conseguir levantar restrições e manter o vírus controlado. Só é possível controlar o plano se soubermos o que está a acontecer.”

Embora considere estes testes úteis na identificação dos indivíduos com “vacina natural”, Filipe Froes tem um palpite: “Este valor em Portugal e na generalidade dos países europeus será previsivelmente inferior a 5% ou 10%, sem impacto significativo numa eventual segunda onda.” E sublinha: “Vai exigir a manutenção dos sistemas de vigilância, elevada suspeição clínica e uma resposta laboratorial elevada e pronta.”

VERA LÚCIA ARAÚGO
varreigoso@expresso.imprensa.pt

SOLIDARIEDADE



AJUDAR IDOSOS Paulo Sousa (ao lado) tem 49 anos e é professor universitário. Aldina Silva, de 59, é técnica de estudos de mercado. Rui Tavares (em baixo), de 45 anos, é árbitro de futebol. Todos se voluntariaram para trabalhar nos lares



FOTO NUNO BOTELHO

FOTOS RUI DUARTE SILVA

Voluntários Quase 3500 portugueses ofereceram-se para apoiar os idosos dos lares

“Não vai ficar tudo bem, mas faço a minha parte”

ROSA PEDROSO LIMA

Margarida foi das primeiras a entrarem em *lay-off*. O *call center* onde trabalhava dispensou os funcionários mal surgiram no horizonte os primeiros sinais de tempestade da covid-19. E ela veio para casa. Tinha acabado de regressar do Brasil, de uma tentativa (falhada) de doar um rim ao irmão, a necessitar de transplante, e entrou em quarentena. Na semana passada, ofereceu-se como voluntária para dar apoio aos lares de idosos, onde, como em mais nenhum sítio, o vírus é uma ameaça mortal. Está disposta a trabalhar diretamente com infetados. “Medo? Claro que tenho”, responde sem hesitar. Mas, às vezes, precisamos de vencê-lo e de nos tornarmos gigantes.

Tem 42 anos, vive no Barreiro e é mãe de dois filhos. Na verdade, Margarida é só um dos rostos dos quase 3500 voluntários que, em poucos dias, se inscreveram no programa “Cuida de Todos”, lançado pelo Ministério do Trabalho para fazer face às necessidades crescentes sentidas nos lares de idosos espalhados pelo país com o avançar da pandemia do novo vírus. Uma tarefa de fôlego, que os números ajudam a perceber: há 2500 lares, com mais de 92 mil idosos e 70 mil funcionários. Todos são território de alto risco, caso a covid-19 entre pela porta. E o pior é que já entrou, causando 61 mortos, logo nas primeiras semanas do surto.

Mal a plataforma de angariação de voluntários arrancou, Margarida Raposo inscreveu-se. “A minha maior motivação é ter uma mãe, com 80 anos, sozinha no Alentejo”, explica a voluntária. O confinamento obrigatório dos idosos, muitas vezes isolados e doentes, “torna tudo ainda mais difícil. Já é mau, por si só, estar doente. Ainda pior quando

sentem que todos se afastam deles”. Margarida não tem dúvidas: “São eles quem mais precisa da ajuda de todos.” E se o medo de ser contagiado existe, a vontade de “fazer qualquer coisa” suplanta tudo. “Porque não?”, diz Margarida, devolvendo a pergunta sobre a razão de ser voluntária. “Nem sou apologeta do lema ‘vai ficar tudo bem’. Não, não vai. Mas, pelos menos, tento fazer alguma coisa para que possamos todos ficar melhor.”

À espera da chamada

Margarida, como todos os voluntários contactados pelo Expresso, ainda aguarda por um contacto para saber quando, onde e o que irá ser chamada a fazer para ajudar no trabalho junto dos lares. Curiosamente, foi o “inesperado sucesso” da iniciativa o principal responsável pela dificuldade de uma rápida operacionalização deste sistema de voluntariado. Mas, segundo Carla Ventura, responsável pela plataforma de ajuda, “já esta semana estão a avançar no terreno as primeiras equipas”.

Humberto Centa, advogado, instalou-se há cerca de seis meses no Fundão. Fugiu da confusão do Rio de Janeiro em busca de uma vida “calma” e, com o companheiro a trabalhar numa empresa sediada no concelho, foi-se habituando à pacatez de uma vida sem stresse, entre uma população “acolhedora”, mas também “muito envelhecida” e com baixa literacia. O surto foi para ele, como para todos, um soco no estômago.

Através do Facebook da Câmara do Fundão, soube da existência do programa de angariação de voluntários e decidiu avançar. “Se estou saudável e posso ajudar, acho que devo fazer alguma coisa, em vez de ficar parado e fechado em casa”, explica. “Temos de fazer a nossa parte”, diz o advogado, agora a terminar o mestrado em Direito Fiscal e que aderiu em *full time* ao voluntariado. Ofereceu-se mesmo para trabalhar com infetados, por-

que acredita que “não tem preço chegar junto de uma pessoa que precisa de ajuda e poder fazer alguma coisa”.

Rui Tavares é árbitro assistente internacional na primeira divisão de futebol. A epidemia cancelou os jogos e a sua principal tarefa (tem ainda uma lavandaria automática) ficou suspensa *sine die*. “Nunca temos tempo para nada e, apesar de muitas vezes querer ajudar os outros, a rotina nunca me deixou”, explica ao Expresso. Agora, com todo o tempo do mundo devido ao estado de emergência, achou que era altura de “fazer qualquer coisa”. A ideia de ser voluntário numa “área de maior necessidade” e onde “não são exigidos conhecimentos em saúde” ajudou-o a avançar com a candidatura. Mas pesou mais ainda o facto de a mãe ter falecido em dezembro, perto dos 90 anos. “Fiz-me pensar mais em como os idosos precisam de acompanhamento.” E nem o receio de um eventual estágio o impediu de se voluntariar. “Há sempre receio, mas todos os dias estamos expostos ao vírus, não é?”, responde.

Alunos e professores

O perfil de voluntários que se candidataram ao apoio a idosos nos lares

UM ADVOGADO, UM ÁRBITRO DE FUTEBOL, UM PROFESSOR OU UM ESTUDANTE DE ENFERMAGEM. SÃO MUITOS OS QUE SE VOLUNTARIARAM PARA AJUDAR

portugueses é muito variado: de gestores a desempregados, passando por cabeleireiros ou arquitetos, há de tudo um pouco. Há jovens e menos jovens, gente de todas as idades e oriundos de todo o país, regiões autónomas incluídas. Como há, também, professores e alunos juntos na mesma plataforma de apoio voluntário.

Luís Moreira, de 21 anos, é finalista da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. Vive em Montemor-o-Velho e candidatou-se como voluntário, precisamente através de uma proposta da própria escola para que realizasse, assim, o estágio opcional que lhe daria acesso ao diploma de final de curso. Luís tem a bagagem técnica necessária para saber lidar com infetados. “Não me intimida o contacto com doentes”, diz, explicando que, a par dos conhecimentos específicos adquiridos nos anos de licenciatura, tem ainda a experiência acumulada de voluntário da Cruz Vermelha como tripulante de emergência na área da Saúde.

No outro lado da sala de aula costuma estar Paulo Sousa, professor da Escola Superior de Saúde Pública de Lisboa. Também ele se candidatou a voluntário no apoio aos lares de idosos, precisamente por sentir uma “responsabilidade acrescida” no contacto com uma população mais vulnerável, mais isolada e de maior risco. Mas foi o “sentido altruista” que pesou mais na decisão de avançar com a candidatura a voluntário. Tal como aconteceu com Aldina Silva, com formação em Farmácia, mas a exercer a função de técnica de estudos de mercado, no Porto. “O objetivo da candidatura foi mesmo o de ajudar”, diz ao Expresso. Apesar de ainda estar a trabalhar, tem os fins de semana disponíveis para os outros. E o receio de ser infetado passa rápido se a vontade de ajudar for grande. “Se pensássemos que temos de nos proteger, ninguém fazia nada. E temos de fazer a nossa parte”, diz. E é simples.

rlima@expresso.imprensa.pt

O FUTURO DO FUTURO

Google, o canto da baleia e uma fotografia dos oceanos

Grandes superfícies e profundidades dificultam o estudo do meio subaquático. Mas, com 180 mil horas de som, recolhido dos oceanos, a Google sabe o que fazer

A velocidade do som supera a da luz debaixo de água, e os sinais sonoros ganham uma importância que Ann Allen, ecologista da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional dos EUA (NOAA), reconhece, enquanto tenta traçar o mapa da distribuição de baleias no Oceano Pacífico. Em janeiro de 2018, a investigadora pediu a ajuda da Google para encontrar, entre milhares de horas de som captado no oceano, o canto da baleia-jubarte. A resposta foi imediata: os engenheiros da gigante tecnológica construíram, em nove meses, uma rede neural para detetar música, com base num modelo de reconhecimento de sons usado em vídeos do YouTube.

Julie Cattiau, gestora de produtos da Google, revela ao Expresso que o projeto “tem como objetivo enfrentar as questões mais urgentes do mundo impossíveis de resolver sem a inteligência artificial”. Bioacoustics foi o nome dado à iniciativa de “um pequeno grupo de entusiastas da conservação de baleias”, assinala a responsável.

Ao Expresso, Ann Allen reconhece que “os recursos da Google foram essenciais para o desenvolvimento de um algoritmo inteligente que reconhece o canto da baleia-jubarte nas ilhas do Pacífico”. Foi assim possível “identificar automaticamente, e com grande precisão, os ultrassons desta espécie, poupando centenas de horas de análise manual que seria necessário dedicar às 180 mil horas de arquivos de som”, explica ainda a investigadora.

Foi a primeira vez que o canto da baleia-jubarte foi reconhecido de forma abrangente, e agora mais investigações seguir-se-ão nos criadouros das ilhas do Pacífico e na franja do mundo muitas vezes negligenciada: os oceanos. “Estamos a trabalhar para que o mesmo modelo de inteligência artificial possa ser usado na identificação do canto da baleia noutras regiões, bem como na criação de um novo sistema multiespécies que detete a forma de comunicar de outras baleias”, adianta Ann Allen ao Expresso.

Localizar baleias e golfinhos nem sempre é fácil, já que estes mamíferos passam pouco tempo à superfície. Tê-los na mira é uma janela de oportunidade cada vez mais estreita, dada a mudança de *habitats* causada pelas alterações climáticas e a captura ilegal. Sarah Bladen, da Global Fishing Watch (*síde* criado pela Google para rastrear a pesca ilegal), aponta, em declarações ao Expresso, que “o mar sempre foi prejudicado no que diz respeito às políticas de conservação da biodiversidade”. Também a Global Fishing Watch está a desenvolver tecnologia que permita detetar, a partir de imagens de radar, embarcações responsáveis pela pesca ilegal. Tornados públicos, também estes registos ajudarão a retratar o mapa da vida nos oceanos.

CATARINA VASCONCELOS
societade@expresso.imprensa.pt

HABITAÇÃO

Hostel de Lisboa acolhe quem não tem onde se isolar

Hóspedes são **referenciados pelos hospitais**. Junta de Freguesia de Arroios dá apoio. Autarquia financia



Suren está no *hostel* de Arroios. Deepa está na MAC, onde teve o primeiro filho do casal

Texto **RAQUEL MOLEIRO**
Foto **TIAGO MIRANDA**

Suren e Deepa escolheram o nome do primeiro filho há já algum tempo, mas nunca lhes pareceu tão certo como agora: Shreyansh, o vencedor. Nasceu quinta-feira na Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa, onde a mãe estava internada há três dias. Mas não foi um parto normal. O casal nepalês, ele com 27 anos, ela 30, testou positivo à covid-19, e todos os cuidados são poucos para que o bebé não seja contaminado. É mais uma alteração ao plano de vida que corria certo até ao início do mês, quando Suren, diabético, teve um descontrolo dos açúcares e foi ao Hospital de São José. Quando disse que vivia num apartamento com mais quatro famílias, e onde havia dois casos positivos, testaram-no. E o resultado repetiu-se, nele, na mulher e em todos os moradores do andar apinhado junto ao Marquês de Pombal.

Depois de oito dias de internamento no Hospital Curry Cabral, a alta médica obrigava a isolamento em casa, mas o regresso do casal à mesma morada não era opção devido à gravidez de termo. Só que não havia dinheiro para alugar outra. Estão há apenas dez meses em Portugal e só ele trabalha, na copa de um restaurante apesar da licenciatura em Gestão. A assistente social do hospital encaminhou-os então para o *hostel* Largo Residências, no Intendente, totalmente reservado para alojamento de retaguarda hospitalar, para quem não precisa de ficar internado mas também não tem onde cumprir a medida de isolamento. A 6 de abril fizeram *check in* e ocuparam o quarto 12. Foram os primeiros hóspedes. “Estão a dar-nos o melhor, o melhor”, diz um agradecido Suren. Nesse dia houve mais três entradas: Bhimsen e Narayan também do Nepal, e Chudamani da Índia.

O projeto é uma parceria entre a Junta de Freguesia de Arroios, a Câmara Municipal de Lisboa, o Centro Hospitalar e Universitário de Lisboa Central, a Segurança Social, o Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Segurança Social de

Lisboa e Vale do Tejo e a unidade hoteleira, que estava sem reservas devido à pandemia. E apesar de não haver portugueses entre os residentes temporários — entraram entretanto mais dois homens do Paquistão, outros dois do Bangladesh e uma mulher e a filha angolanas —, a iniciativa não foi traçada para acolher unicamente estrangeiros. Os casos são selecionados pelos hospitais e revelam a grande precariedade habitacional da população imigrante, que na capital vive maioritariamente em andares polifamiliares. E há de várias freguesias: Anjos, Penha de França, Madalena, Alto do Pina e Coração de Jesus.

A Câmara de Lisboa tem 1022 camas para alojamento de retaguarda a hospitais, lares e evacuações relacionadas com a pandemia

A autarquia, que assegura o financiamento do *hostel*, diz apoiar 1022 camas para alojamento relacionado com a pandemia, de retaguarda a hospitais, como este, mas também a lares de idosos ou outras entidades alvo de evacuação.

Check out com 2 negativos

Hugo Marques, chefe da Divisão de Intervenção Social da Junta de Freguesia de Arroios, demora uns bons minutos a preparar-se para entrar no *hostel*, um prédio de três andares e 30 quartos, mesmo fronteiro à Junta. É preciso vestir fato integral, ‘plastificar’ os pés com película aderente, pôr luvas, máscara e viseira. O calor, imediato, embacia a vista e acelera a visita que faz ao espaço para assegurar que está tudo bem e preparar os quartos para novos hóspedes já confirmados para os próximos dias. “Estão todos assintomáticos mas não deixam de estar positivos. É preciso evitar a todo o custo qualquer contágio”, explica.

Em cada quarto há chinelos descartáveis, roupa e toalhas, como num hotel, e um *kit* mi-

nimo de higiene, alimentação, limpeza e roupa, tudo fornecido pela Junta, que também desinfeta o espaço duas vezes por semana. As refeições, asseguradas pelo Centro de Cultura e Desporto da Segurança Social (entregues por funcionárias protegidas dos pés à cabeça), são deixadas à porta de cada divisão, em regime de *room service*. Os hóspedes devem ficar nos quartos, saindo apenas para ir à casa de banho ou cozinha comuns, sendo proibido ir à rua. Os hospitais fazem o acompanhamento médico pelo telefone e asseguram o transporte para as testagens frequentes. Quem recebe dois negativos seguidos pode fazer *check out* (dois já saíram) ou mudar-se para o 1º andar, reservado para não-infetados.

No quarto 25 está alojada Teresa, 48 anos. Foi a última a chegar. É um dos três casos positivos que, no sábado, levaram a evacuar 93 pessoas da Pensão Luanda, nos Anjos. Todas essas famílias estão em Portugal para tratamentos médicos pagos por Angola, e ela não é exceção. Chegou a Lisboa há quatro anos com a filha Jandira, que tem agora 16 e a malformação da mandíbula praticamente corrigida. O vírus separou-as temporariamente. Teresa já teve alta do Curry Cabral, onde passou quatro dias, mas a adolescente continua internada no Dona Estefânia. “Não contava que este inferno chegava à nossa casa”, desabafa, identificando o provável início do contágio numa doente que fazia hemodíalise.

Também Suren e Deepa continuam separados. E ainda não sabem quando poderão juntar-se enquanto família de três. Com as restrições da pandemia, somadas à infeção dos pais, nenhum vai poder ficar com o filho enquanto o vírus for detetado nos testes. Por enquanto, o enxoval está encaixotado no gabinete da presidente da Junta de Arroios. Ainda o casal não tinha chegado ao *hostel* e já Margarida Martins ‘mexia os cordelinhos’, oleados por 21 anos a angariar apoios na Abrço, para lhes dar uma cama de bebé, roupa e brinquedos. Só falta levar para o quarto. É um duplo superior, já com espaço para o berço.

rmoleiro@expresso.imprensa.pt

QUI, 15:13

Maria estás por aí?

Yep. A trabalhar que nem uma louca 🤪

O chefe está on fire!



Omg!!!!!!!



lol



Mas conta... 🤔

Sabes aquele nódulo que tenho no peito?

Descobri que é maligno.

✓ Vista às 15:15

QUI, 15:15



...

QUI, 15:21



...

QUI, 15:36



...

O cancro ainda nos deixa demasiadas vezes sem respostas. Para ajudar chegou a Ava



Apresentamos-lhe a Assistente Virtual Automática criada pela iniciativa “Tenho Cancro. E Depois?”, com o objetivo de apoiar todos os que de uma forma ou de outra, se vêem confrontados com o Cancro. A AVA está ligada às principais instituições desta doença. Não terá ainda todas as respostas que precisa, mas é, seguramente, um bom ponto de partida para encontrar mais facilmente orientação e informação útil.

Precisa de respostas? Fale com a Ava em www.tenhocancroedepois.pt



UM PROJETO EDITORIAL:



COM O APOIO:



COM A COLABORAÇÃO:



PARCEIRO TECNOLÓGICO:



ALIMENTAÇÃO



Águeda e o marido Rui, dois dos idosos que recebem o almoço doado pela Junta de Freguesia de Benfica

Solidariedade Por dia, a Câmara de Lisboa leva 11.400 refeições quentes a casa de idosos carenciados. Centros de dia e muitos restaurantes de bairro fecharam

Refeições sociais porta a porta triplicam num mês

Texto **CARLA TOMÁS**
Foto **ANA BAIÃO**

Maria Felícia abre a porta com um sorriso meigo e braços estendidos para recolher o cesto onde cabe uma embalagem de peixe cozido, uma caixa de sopa, uma carcaça e uma banana. Na fragilidade dos seus 73 anos e sem familiares a quem possa recorrer, conta agora com a ajuda da Junta de Freguesia de Benfica, que lhe faz chegar uma refeição quente diariamente e dois dedos de conversa.

“Basta uma palavra amiga na altura certa, é disso que preciso”, diz, deixando escapar a emoção através do olhar brilhante e um sentimento envergonhado pela situação em que se encontra. Foi criada “sem necessidades”, estudou até ao antigo 5º ano e queria ter sido enfermeira ou médica, mas como não foi possível, aplicou a vocação como auxiliar num consultório médico em Coimbra. Foi viver há uns anos para o bairro da Boavista, “para tomar conta de uma senhora com Alzheimer” que acabou por morrer. Maria Felícia ficou. Metade da reforma (cerca de 300 euros) vai para a renda. Gostava de voltar à sua terra natal, Tondela, mas não pode. A casa que herdou dos pais ardeu nos incêndios de 2017.

São 10 minutos de conversa à porta de casa em jeito de desabafo. Neste dia chuvoso de abril conta com mais ouvidos do que o habitual. Além do jovem Tiago Santos, o funcionário da Junta que lhe entrega diariamente o almoço, ainda recebe palavras de conforto do presidente da Junta, Ricardo Marques, que assumiu a pasta há dois meses e tenta animar as pessoas com que se vai cruzando nesta ronda pelo bairro. Umas ruas mais acima, é o

‘castiço’ casal Rui, de 80 anos, e Águeda, um pouco mais nova, que abre o portão para a refeição quente do dia. Hoje há jardineira. Uma vez por mês a Junta faz-lhes chegar também um cabaz de legumes “para umas sopinhas”.

Moram no mais antigo bairro social de Lisboa há mais de meio século. O antigo operário fabril e a bordadeira sobrevivem com duas reformas que não somam 600 euros. Nestes tempos de crise pandémica a vida é difícil, mas Rui é um otimista: “A melhor coisa que há no mundo é lutar pela vida.” Tempos mais duros passou quando era miúdo, lembra, e andava descalço pelas ruas enlameadas de Lisboa, passava fome e temia que os bombeiros que cruzavam os céus durante a II Guerra Mundial, a caminho do combate, lhe deixassem cair uma bomba em cima.

Pandemia trava acesso a comida

Maria Felícia, Rui e Águeda são três dos 45 idosos que recebem todos os dias uma refeição quente doada pela Junta de Freguesia de Benfica. Só esta Junta já distribuiu 834 refeições desde que começou o estado de emergência devido à covid-19 e ofereceu apoio psicológico a perto de 1500 sinalizados, na sua maioria idosos isolados que sofrem de ansiedade e depressão.

CÂMARA ASSEGURA POR DIA A ENTREGA DE 1225 CABAZES DE COMIDA OU MEDICAMENTOS E 3900 CHAMADAS DE APOIO

Alargando o *zoom* para todo o município alfacinha, os números de carenciados multiplicam-se. A Câmara Municipal de Lisboa distribui diariamente 11.400 refeições ao domicílio, com a colaboração das juntas de freguesia (entre as quais se destacam as de Benfica, São Domingos e Olivais) e da Santa Casa da Misericórdia.

“Estes números representam quase o triplo das refeições que eram entregues antes da pandemia, que andavam nas quatro mil”, diz o presidente da Câmara, Fernando Medina. Os destinatários são sobretudo idosos e doentes crónicos que costumavam frequentar centros de dia, entretanto fechados, ou que contavam com pequenos restaurantes de bairro para lhes fornecerem as refeições, igualmente encerrados.

Maria, de 75 anos, ex-chefe de uma repartição pública, a viver com o marido com mobilidade reduzida em Benfica e sem poder contar com a nora, infetada com covid-19, recorre a estes serviços pagando o valor de custo da refeição. Um cancro (que espera melhores dias para ser operado) tirou-lhe a vontade de cozinhar, e o restaurante onde costumava encomendar comida fechou.

“Percebemos que estas necessidades estavam a ocorrer e temos conseguido dar-lhes resposta”, assegura Fernando Medina. “Esta é uma forma de garantir que os mais vulneráveis ficam em suas casas, reduzindo o risco, e permitimos ganhar esta batalha”, diz o autarca.

O projeto de apoio domiciliário e de cuidados continuados junto da população mais envelhecida da cidade começou a ser articulado há dois anos com a Santa Casa da Misericórdia. Agora, as 11.400 refeições — 6000 asseguradas através de um protocolo com esta organização e as restantes pelas juntas de freguesia (2150) e pela própria autarquia (3250) — são

distribuídas por funcionários das entidades parceiras e por voluntários, e contam com o apoio das associações de moradores que também ajudam a sinalizar os casos.

Refeitórios escolares alimentam Lisboa

A maioria das refeições é confeccionada nos refeitórios de 26 escolas que se mantiveram abertas para este efeito, mas também há restaurantes a colaborar. O que se cozinha nas cantinas serve para ajudar idosos e outras pessoas com carências, nomeadamente crianças que nos estabelecimentos de ensino tinham a única refeição quente do dia — nas escolas públicas de Lisboa estão sinalizados 695 alunos carenciados. Mas destas cantinas também saem refeições para mais 1144 pessoas, incluindo as que vivem sem abrigo.

Além destas refeições, a CML assegura 1225 entregas diárias de cabazes de supermercado e/ou medicamentos de farmácia a quem precisa, assim como cerca de 3900 chamadas telefónicas diárias para a população de risco “para verificar se está tudo bem ou aferir necessidades que seja preciso satisfazer”.

Para abastecer estes refeitórios, a autarquia e as juntas adquirem a comida em mercados municipais e outros produtores que ficaram sem forma de escoar os seus produtos, como os que vendiam nas feiras do Relógio e das Galinheiras. Até agora, estes produtores já forneceram 15 toneladas de alimentos, que foram entregues a associações de bairro e outras instituições de solidariedade, o que, segundo Fernando Medina, permitiu apoiar 300 famílias desde 14 março. “A partir da próxima semana, vamos passar a apoiar 1500 famílias e adquirir quase 20 toneladas de produtos por semana”, assegura,

ctomas@expresso.imprensa.pt

DICAS PARA AJUDAR A DORMIR MELHOR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Deitar e levantar sempre à mesma hora, criar uma separação, mesmo que artificial, entre espaço de trabalho e quarto, e aproveitar a luz da manhã são algumas das recomendações dos especialistas

Há várias recomendações, mas antes disso Joaquim Moita, presidente da Associação Portuguesa do Sono (APS), partilha algo tão importante quanto qualquer lista. “Na situação em que vivemos, são normais os problemas de ansiedade, medo, pânico, que são inimigos do sono e dificultam o processo de adormecer. Para atenuar estas situações, o que pedimos é que as pessoas façam um esforço para distinguir aquilo que conseguem controlar daquilo que não conseguem. É como ir num voo — está nas mãos do piloto resolver problemas que surjam, não nas nossas.”

Deitar e levantar sempre à mesma hora

Ainda assim, há estratégias que podemos seguir. Uma das mais importantes é “deitar e levantar sempre à mesma hora”, hora essa que deve ser igual à do período de trabalho antes do começo da pandemia. “Os estudos mostram que quando há uma alteração das rotinas, e o confinamento é muito propício a isso, as pessoas têm tendência a deitar-se cada vez mais tarde, o que dificultará depois o retorno à vida normal e criará problemas no sono, como a insónia”, explica Joaquim Moita. Dentro desta recomendação cabe uma outra, que é “despir o pijama depois de acordar e vestir roupa de trabalho confortável”, para ter a sensação de que “vamos sair de casa”.

Aproveitar a luz da manhã

A explicação é simples: “A luz do sol, a luminosidade, ajuda à libertação de neurotransmissores, como a dopamina e a adrenalina, que estimulam, fazem acordar e influenciam o humor.” Menos simples é colocar em prática, até porque “a maioria das pessoas vive em apartamentos muito pequenos”. Por isso, “basta uma janela”, de que nos devemos aproximar durante “20, 30 minutos” a cada duas horas de trabalho, sugere o presidente da APS. Ana Allen Gomes, professora na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e investigadora na área do sono, recomenda o mesmo: “Abrir persianas, cortinas, tirar partido da luz natural.” “A alternância entre luz e escuro é algo que, sem darmos conta, regula o nosso ritmo de sono e vigília”, diz a especialista, sem dourar os efeitos da pandemia no sono. “O confinamento aumenta a probabilidade de o sono ficar alterado, e o stress e a ansiedade também. Seguem-se duas respostas diferentes: ou a pessoa se adapta ao nível de stress, vai encontrando respostas e o sono melhora, ou a insónia pode persistir, tornando-se até crónica.” A investigadora não sabe qual das respostas prevalecerá, mas acredita que vão surgir “casos novos de insónia”.

Criar uma separação entre local de trabalho e quarto

É das recomendações mais importantes, diz Ana Allen

Gomes, mas também difícil, porque muitas das pessoas que estão em teletrabalho “vivem em casas tão pequenas que toda a sua vida fica confinada ao quarto”, que acaba por se transformar no espaço onde se “têm chatice” e comportamentos incompatíveis com o sono. O que fazer? Antes de mais, tentar não trabalhar no quarto, mas, se for impossível, pelo menos reservar a cama para o sono e alterar o ambiente do quarto conforme seja dia ou noite. “Fazer a cama de manhã e pôr uma manta por cima. À noite, tirar a manta e esconder o material de trabalho, nem que seja colocando uma toalha por cima. Associar espaços a comportamentos tem muita importância.”

Manter o horário habitual das refeições e fazer exercício

Joaquim Moita recomenda que “seja respeitado o horário habitual das refeições”, pela influência que isso tem “no nosso ritmo circadiano” (período de cerca de 24 horas em que se baseia o nosso ciclo biológico). Além disso, “o jantar, refeição mais leve do que as outras, deve ocorrer cerca de três horas antes de deitar e devem predominar os hidratos de carbono”. Quanto ao exercício físico, é de não descurar, particularmente nesta fase, “seja em casa, seja fora”. “As pessoas devem aproveitar as saídas de casa previstas por lei para fazer exercício físico.”

Evitar telemóveis e televisão antes de dormir

“Telemóveis, tablets, televisores e outros aparelhos que emitem luz azul através dos seus ecrãs LED devem ser evitados, porque essa luz bloqueia a produção de melatonina, a chamada hormona do sono, que ajuda a adormecer”, diz Joaquim Moita. Este equipamento tem ainda outro “senão”, que é o facto de, por estes dias, nos inundar de informação sobre o vírus, sublinha Ana Allen Gomes, que deixa um conselho: “Para diminuir os níveis de stress e ansiedade, a exposição a notícias deve ser limitada.”

Não levar problemas para a cama

Não é tanto uma recomendação, mas sim uma “sugestão” de Joaquim Moita. “Não levar problemas para a cama.” Como, se é tão difícil? “Usando técnicas de relaxamento ou até escrever num papel as preocupações.” Criar um “diário da pandemia”, “para aliviar”, travar a ansiedade. “Adormecer é um processo gradual, não é um processo voluntário, que se consiga forçar, que se controle. Isso às vezes até é pior”, diz Ana Allen Gomes. Daí ser tão importante “criar um espaço para o sono, o que propicie, porque mais cedo ou mais tarde ele há de chegar”. É “como a respiração”, e precisamos tanto de dormir como de respirar.

HELENA BENTO
hnbento@expresso.imprensa.pt

JUSTIÇA

Inspetores do SEF negam agressões fatais

Polícias alegam que o ucraniano já tinha sido agredido quando o viram pela primeira vez

RUI GUSTAVO

A estratégia de defesa dos inspetores do SEF suspeitos de matar à pancada um imigrante ucraniano nas instalações do Aeroporto de Lisboa assenta numa câmara de vigilância instalada num corredor. A defesa de Bruno Sousa, um dos três inspetores que estão em prisão domiciliária pela autoria do homicídio de Ihor Homeniuk, já pediu à ANA (entidade que gere o aeroporto) e ao Ministério Público que preservem as imagens captadas pela câmara de vigilância de um corredor que dá acesso à Sala Médicos do Mundo, onde o imigrante ucraniano foi sovado até à morte a soco, pontapé e golpes de bastão.

A tese da defesa é que entre os três inspetores *terceira esta-* do com a vítima e este ter sido encontrado, “já sem reação”, por outros dois operacionais do SEF passaram-se oito horas, que estão envoltas “numa nuvem”, sem que “se saiba se

mais alguém entrou na sala ou se esteve com o imigrante”, explica uma fonte judicial.

Bruno Sousa, Luís Silva e Duarte Laja não prestaram quaisquer declarações quando foram presos pela PJ e interrogados pelo juiz de instrução criminal mas, de acordo com a mesma fonte, a tese que irão apresentar quando forem novamente ouvidos ou já em julgamento é esta: no dia 12 de março foram chamados ao Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa, onde ficam retidos os passageiros impedidos por motivos legais de entrar em Portugal, porque um imigrante estaria a “causar distúrbios”. Quando entraram na Sala Médicos do Mundo, onde Ihor tinha sido isolado por seguranças e outros inspetores do SEF, encontraram-no “*acado de pés e mãos com fita isoladora*” e “com sinais de já ter sido agredido”. Mesmo assim, estava “bastante agitado”, e por isso tiveram de o algemar e de usar “a força muscular estritamente necessária para o

imobilizar”. Não pediram ajuda médica porque, apesar dos sinais de violência, “não acharam que fosse necessário” e ficaram “chocados” quando souberam que o imigrante tinha morrido e que a causa da morte tinha sido um espancamento e não um “ataque epilético”, como o SEF comunicou à embaixada da Ucrânia, ou uma “paragem cardiorrespiratória”, como o primeiro médico do INEM que observou o cadáver escreveu num relatório.

Segundo o mandado de detenção do Ministério Público, a que o Expresso teve acesso, os três inspetores suspeitos entraram na sala onde Ihor tinha sido fechado “às 8h15 de 12 de março” e exigiram à seguran-

ça que estava a vigiar o local que não registasse os seus nomes. Bruno Sousa levava um par de algemas e Luís Silva um bastão extensível. Duarte Laja, que é praticante de karaté, não alertados pelo barulho, os seguranças se aproximaram, foram corridos por Duarte Laja: “Isto não é para ninguém ver.” Quando se foram embora, os inspetores terão dito que já não precisavam “de ir ao ginásio” e que agora o imigrante “já está sossegado”.

Só oito horas depois, já perto das 5h da tarde, é que alguém voltou a entrar na sala: dois inspetores do SEF que se preparavam para pôr Ihor num avião de volta a Istambul, de onde tinha vindo, encontraram-no quase morto. O óbito foi oficialmente declarado pouco mais de uma hora depois pelo médico do INEM que foi chamado ao local. Para a defesa de Bruno Sousa, “não faz sentido” que

naquelas oito horas mais ninguém tenha entrado na sala. “Nem que fosse para lhe dar o almoço”, alega.

Dias depois da morte, uma carta anónima dirigida à PJ apontou o dedo aos três inspetores e a autópsia demonstrou que Ihor tinha sido espancado. Durante todo o tempo que mediou entre a descoberta do corpo e o resultado da autópsia nenhum dos inspetores agora detidos comunicou às autoridades o facto de terem encontrado Ihor Homeniuk já com sinais de espancamento. Porquê? “Acredito que tudo vai ser esclarecido em tribunal”, diz o defensor de outro arguido que não quer ser identificado.

rgustavo@expresso.impresa.pt

TANCOS

Paulino proibido de falar com família de quem o incriminou

Alegado líder do assalto a Tancos vai ser interrogado por Carlos Alexandre esta terça-feira no Tribunal de Monsanto

O alegado líder do assalto aos paíais de Tancos, João Paulino, está proibido por Carlos Alexandre de contactar ou de se aproximar de três mães de arguidos e testemunhas do caso, da ex-mulher e da filha menor do suspeito Valter Abreu, bem como da mulher do arguido António Laranginha. No total, são 13 as testemunhas com quem o ex-fuzileiro de Ansião — que ficou em liberdade em janeiro por excesso de tempo de prisão preventiva — não pode falar ou encontrar-se.

O juiz de instrução não refeiu os motivos para ter avançado com estas medidas de coação tão específicas, mas fontes do processo garantem que se trata de uma forma de proteger estas testemunhas, que incriminaram João Paulino durante a investigação do caso, nomeadamente familiares de um dos suspeitos.

Uma destas testemunhas revelou aos inspetores da Polícia Judiciária que por duas vezes acompanhou João Paulino a uma loja que vende equipamento militar na Margem Sul. Na primeira vez, três meses antes do furto, o ex-fuzileiro comprou uma caixa “de grande volume” para armazenar armas e munições, ideal para ser enterrada debaixo de terra, tal como veio a acontecer. A segunda visita à loja aconteceu um mês depois de Paulino ter entregado grande parte do material bélico à GNR de Loulé e à Polícia Judiciária Militar (PJM). A mesma pessoa che-

gou a identificar João Paulino como “o grande traficante de droga de Ansião”, contando episódios de troca de pacotes suspeitos por dinheiro. Várias vezes acompanhou Paulino à herdade da avó do ex-fuzileiro, perto de Tomar. Foi naquele local que as autoridades suspeitam que Paulino guardou o armamento, entre final de junho e outubro de 2017.

Esta terça-feira, João Paulino irá ser interrogado por Carlos Alexandre, no Tribunal de Monsanto. Apesar da pandemia, o magistrado quer ouvir o que tem para dizer o suspeito. O seu advogado, Carlos Melo Alves, teve acesso, embora parcial, aos documentos relacionados com as duas operações encobertas da PJ para apanhar os ladrões do arsenal. Já o debate instrutório está marcado para os dias 4 e 5 de maio, também em Monsanto.

João Paulino seria o único elemento do grupo de assaltantes que defendia a restituição das armas às autoridades. O caso tinha tomado proporções inesperadas e ele receava não ter compradores para aquele material, já muito referenciado na comunicação social.

Por causa da covid-19, há um mês foram libertados os sete arguidos que se encontravam em prisão preventiva. Curiosamente ou não, foram proibidos de contactar as mesmas pessoas que João Paulino. Um deles, Filipe Abreu, ficou impedido de ver a mãe, que se encontra nessa lista conjunta. Como não tem outro local de residência, acabou por ir viver na mesma com ela, tal como acontecia antes da sua detenção.

HUGO FRANCO e R.G.
hfranco@expresso.impresa.pt

App DABOX

Chega de saltitar de app em app.

Para quê ter várias apps financeiras quando pode utilizar a DABOX?

Com a DABOX pode agregar todas as suas contas, não importa o Banco, e agora também pode iniciar transferências* entre contas e para outros destinatários. Simples, não é?

Descubra todas as funcionalidades em www.dabox.pt

Disponível na App Store

Disponível na Google play

DABOX é uma app da Caixa que disponibiliza os serviços de informação sobre contas à ordem e de iniciação de pagamentos.

*De momento é possível iniciar transferências a partir dos Bancos indicados na própria app DABOX. Mais entidades disponíveis em breve.

TRANSPORTES



A segunda vida do comboio

Depois de parecer que a estrada e o aeroporto iam matar a ferrovia, eis que esta ganha potencial para renascer à boleia da crise ambiental

No programa nacional de investimentos até 2030 o Governo prevê €1,5 mil milhões para a modernização da Linha do Norte, o que permitirá ligar Lisboa e Porto em duas horas, derrotando de vez o avião e o automóvel em tempo real de viagem. Dizê-lo é mais fácil do que fazê-lo: onde há comboios suburbanos vai ser preciso quadruplicar a via, como entre Ovar e Porto; noutros locais (Santarém, Fátima, etc.) será provavelmente necessário levantar e voltar a assentar a linha ou mesmo fazer variantes.

E ainda é preciso que os comboios não avariem nem tenham que parar para reparações não programadas, o que implica dar continuidade à reativação da EMEF (antigas oficinas da CP, desativadas pelo Governo de Passos Coelho), processo no qual já foram investidos €9 milhões este ano e se preveem mais €36 milhões nos próximos anos. Além de se garantir a correta manutenção do material circulante, está em curso o reaproveitamento de material encostado: carruagens Schindler e Sorefame dos anos 50/70, automotoras elétricas da Linha de Sintra, locomotivas elétricas ou a gasóleo, etc. São antigas mas mais fiáveis que as automotoras alugadas a Espanha. Pelo menos não há memória de deixarem cair peças à linha...

O atual Governo pode apontar a seu favor a eletrificação da Linha do Douro até Marco de Canaveses e a do Minho até Viana do Castelo (o que já permite serviço intercity). Resta saber que efeitos terá a crise económica trazida pela epidemia nos futuros investimentos, nomeadamente nas Linhas do Oeste, Beira Alta ou Douro.

Problema em aberto é o da rede secundária (via estreita do Douro e Vouga, Alentejo, etc.). E não é por faltarem ideias por essa Europa fora: exploração simplificada em regime de metropolitano, via assente em asfalto (de estradas existentes ou não), para baixar custos, ou uso de "comboios sem carris", ou seja, autocarros elétricos como os anunciados para o ramal da Lousã. Tudo articulado com plataformas eletrónicas que assegurem transporte a pedido a partir das estações.

Como há mais vida além do TGV, outras ideias foram despoitando, como o regresso dos comboios-hotel, a bordo dos quais se pode ir dormindo enquanto se viaja. Na Áustria, a empresa ÖBB ressuscitou com sucesso o comboio-cama, agora chamado "avião noturno". Bastou comprar carruagens deixadas de utilizar pelos caminhos de ferro alemães e praticar uma política comercial inteligente. O viajante poupa o dinheiro da dormida e o operador pode praticar velocidades económicas, pois tem a noite toda para chegar de Berlim a Zurique, Amsterdão, Colónia, Praga ou Munique.

Em Portugal nem todos os comboios são elétricos, mas o país pode orgulhar-se de ser, segundo o Eurostat, o Estado da União Europeia que mais reduziu as emissões de estufa de 2017 para 2018: uma baixa de 9%, muito além da descida média comunitária (menos 2,5%) e quase dupla da alemã ou tripla da francesa.

É hora de repensar comércio e viagens

Teletrabalho, transportes gratuitos, distribuição ao domicílio. Pequenas revoluções impostas por razões sanitárias podem ter vindo para ficar. Tal como a redução do transporte aéreo

Textos **RUI CARDOSO**
Foto **NUNO BOTELHO**

Um dos efeitos da pandemia foi a redução das emissões planetárias de CO₂ e a melhoria da qualidade do ar nas grandes cidades. De repente, alguns de nós descobriram que era possível trabalhar a partir de casa ou substituir reuniões a muitos quilómetros de distância por teleconferências, contactos através de plataformas partilhadas, etc. Adeus horas de ponta, engarrafamentos e poluição, pelo menos para já.

Isto também é verdade para as mercadorias e os bens de consumo. A distribuição ao domicílio generaliza-se e permite-nos constatar que existem outras formas de comprar os bens essenciais sem ser presencialmente. Uma competição onde o comércio de bairro se sai melhor do que as plataformas dos hipermercados. Empresas e serviços públicos descobriram à sua custa que as cadeias de fabricação planetárias com origem na China ou na Índia eram inseguras e que algum grau de autossuficiência e de diversificação de fornecedores se impunha.

Se já antes se pedia a redução da pegada ecológica dos transportes, agora isso não só aconteceu como foi menos complicado do que parecia. No futuro, "tudo

dependerá de como voltarmos à nossa vida normal, o que, por sua vez, depende da evolução do surto e de eventuais segundas vagas", explica João Figueira de Sousa, docente da Universidade Nova de Lisboa. Atrair mais pessoas para um transporte público gratuito é bom do ponto de vista ambiental, mas pode não ser do ponto de vista sanitário...

Se os tempos de confinamento nos obrigam a olhar de outra forma para as tecnologias da informação, "uma melhor utilização destas a partir de agora pode contribuir para reduzir dezenas de milhões de deslocações relacionadas com trabalho".

Voo Lisboa-Porto é "dumping ambiental"

Isso tem incidência no transporte aéreo. "Ainda esta semana ouvi o antigo comissário europeu Carlos Moedas dizer, na RTP, que uma parte importante das viagens que fez era evitável", diz Filipe Moura, professor do Instituto Superior Técnico (IST) e especialista em mobilidade e transportes. O que o leva a estender esta reflexão à vertente de lazer. "Antes da crise, falava-se na necessidade de cerca de 300 aeroportos no mundo, e cá era a polémica sobre o Montijo." Ora, a partir de que limiar cada novo turista traz mais prejuízos do que benefícios a uma cidade como Lisboa? Os sociólogos e os eco-

nomistas que respondam, sem prejuízo da análise ambiental: "Três voos europeus e dois intercontinentais por ano podem quadruplicar a pegada carbónica média de cada um de nós", assegura o especialista do IST.

Soluções? Uma reflexão pessoal sobre a razão de ser de cada nova viagem aérea, balizada por tarifas que tomem em conta o verdadeiro impacto ambiental do avião. E para as distâncias menores a opção pelo comboio, que tem a vantagem de "não ter que descolar ou aterrar, gastando energia em conformidade". Em Portugal, o comboio, desde que não se atrase nem se avarie, é concorrencial com o avião no eixo Lisboa-Porto e, como vinha João Figueira de Sousa, mais o será "se forem feitos os investimentos na via, que

possibilitarão reduzir o tempo de viagem para duas horas", e prosseguida a renovação do material circulante. Razão pela qual Filipe Moura considera a ponte aérea Lisboa-Porto "um dumping ambiental".

E as mercadorias na Europa, transportadas maioritariamente por camiões? Será possível atenuar os seus efeitos ambientais? Sem prejuízo de uma maior aproximação entre locais de produção e consumo e de um maior uso da ferrovia, "é essencial que cada veículo de carga viaje sempre carregado, para evitar ineficiências", explica João Figueira de Sousa. Para isso tem que haver racionalização, nomeadamente de encomendas, feitas em plataformas eletrónicas pelo utilizador final. Desde que essas plataformas prefigurem uma nova economia, assente em empresas modernas, e não a "economia dos biscates", de que são exemplo as plataformas americanas de entrega de comida ou de veículos com condutor, vivendo da exploração do "proletariado da internet".

Algumas dessas novas plataformas já existem a nível municipal e regional, como o Médio Tejo, e permitem uma melhor gestão da rede de transportes em zonas menos povoadas graças a carreiras feitas à medida dos pedidos diários dos utentes, muitas vezes em miniautocarros ou furgões de nove lugares.

sociedade@expresso.imprensa.pt

Efeito de estufa

QUEM EMITE MAIS CO₂?



AGROALIMENTAR



INDÚSTRIA



POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

Óxidos e partículas

RODOVIÁRIO



MARÍTIMO



AÉREO



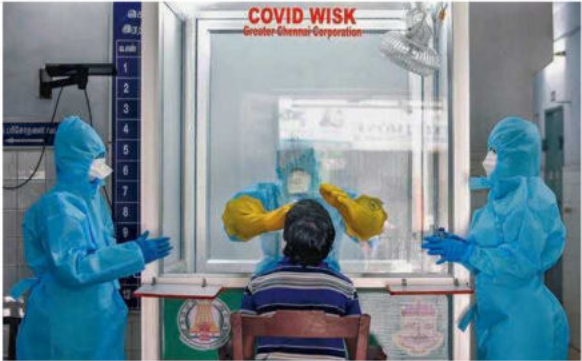
FONTES: AGÊNCIA INTERNACIONAL DA ENERGIA
GLOBAL CARBON PROJECT CARBON BRIEF
TRANSPORT & ENVIRONMENT



Expresso

Acompanhe no Expresso e em expresso.pt/vidasustentavel. Participe, discuta e influencie a forma como olhamos para estes desafios. Porque a única certeza é a que está na assinatura deste projeto: Nada muda se não mudarmos

INTERNACIONAL



Sepulturas abertas à pressa no Brasil; testes à covid-19 na Índia; residente de lar de idosos infetada nos Estados Unidos; transporte público na China; remoção de cadáveres num lar da Bélgica



Pandemia

A 11 de janeiro soube-se que o novo coronavírus matava. Périplo pelo muito que nunca tínhamos previsto

100 dias que mudaram o mundo

**ANA FRANÇA
e PEDRO CORDEIRO**

A 11 de janeiro de 2020, a China registou a primeira morte por covid-19. A pandemia começou num mercado de Wuhan, ainda em novembro, mas fará 100 dias na segunda-feira que se confirmou que o novo coronavírus é mortal. Mata depressa, mata muito, mata em todas as idades. Há mais gente confinada hoje do que pessoas vivas na altura da II Guerra Mundial. Desde esses tempos que o globo não era tão perturbado. A economia mais robusta do mundo (Estados Unidos) está paralisada; a segunda (China) foi a primeira a fechar portas, algumas com barras de ferro, como só um regime autoritário pode. Há mesmo quem veja vantagens nos regimes autocráticos sobre os que levianamente permitem todo o tipo de liberdades. Olhando para os êxitos relativos de Taiwan, Coreia do Sul e até Portugal, percebemos que não é assim. Em 100 dias fecharam-se fronteiras, parou o comércio, ficámos sem futebol, teatro ou concertos, sem nos podermos tocar... Nos últimos 100 anos não há 100 dias que se comparem a estes. Até durante a II Guerra Mundial havia bares e cabarés abertos em Paris.

7 DE FEVEREIRO
A demora e a correria

No último dia de 2019 já médicos chineses tinham comunicado às autoridades de saúde um surto “atípico” de pneumonia. Quando os casos começaram a multiplicar-se em Wuhan, capi-

tal da província de Hubei, depressa se localizou o foco: o famoso mercado de marisco Huanan. A China não disse tudo o que se passava nem disse logo. Quem tentou fazê-lo pagou um preço, como o oftalmologista Li Wenliang, que em dezembro alertara os colegas. O esforço de serviço público mundial valeu-lhe uma repreensão e a exigência de desmentido. Morreu de covid-19 a 7 de fevereiro.

Casos e mortes dispararam. As autoridades chinesas foram quase tão céleres a impor medidas de contenção quanto o vírus a multiplicar-se, como demonstraram as imagens da construção de raiz, em oito dias, de um hospital em Wuhan. Em Hubei, centenas de milhares de polícias, voluntários, pensionistas e funcionários mantiveram milhões de pessoas em confinamento, dividindo os bairros num quadrícula do fininho onde cada “guarda” impedia entradas de estranhos nos prédios, garantia que cada família só enviasse uma pessoa ao supermercado a cada três dias e denunciava os infratores. A rotina de Vítor de Passos, português que ensina inglês em Xangai, mudou por completo. “Fui sujeito a todo o tipo de escrutínio e xenofobia desde que o coronavírus explodiu fora da China e voltou ao normal cá. Até me foi imposta quarentena de 14 dias no meu apartamento, onde os guardas do condomínio me selaram a porta e me traziam comida e me levavam o lixo todos os dias”, conta ao Expresso.

18 DE FEVEREIRO
Mattia volta para casa

Só se lhe conhece um nome: Mattia. A 18 de fevereiro deu entrada num hospital de Codogno, a sul de Milão, com graves sintomas de gripe. Não era gripe, mas mandaram-no para casa. Voltou passados dois dias e fez o

teste do novo coronavírus. Saudável, com 38 anos, permaneceu internado até 22 de março, metade do tempo nos cuidados intensivos, ventilado. Foi o primeiro numa Itália que já conta mais de 21 mil mortos, tragédia que nem o facto de haver o dobro dos recuperados aligeira. Foi em Itália, com as imagens dos hospitais no Norte, que a UE começou por comover-se e questionar-se (ver pág. 31). No fim de janeiro, o coronavírus era uma ameaça distante. “Lembro-me de estar em Lesbos, e os refugiados sempre a perguntarem-me pelo vírus, nem de muita importância, mas, como médica, tentei responder. Estavam preocupados, e com razão. Quando voltei a aterrar em Londres fui chamada ao hospital, e desde então durmo quando posso, como quando posso”, diz ao Expresso a médica londrina Annie Chapman, que esteve como voluntária nos campos de refugiados gregos.

24 DE MARÇO
Jogos Olímpicos adiados

Até seis dias antes do anúncio, o Governo japonês e o Comité Olímpico Internacional reafirmavam que os

NOS ÚLTIMOS 100 ANOS, NÃO HÁ 100 DIAS QUE SE COMPAREM A ESTES. ATÉ DURANTE A II GUERRA MUNDIAL HAVIA CABARÉS ABERTOS EM PARIS

Jogos Olímpicos de Tóquio não seriam afetados. Tudo mudou, e a competição foi adiada por um ano depois de Canadá, Austrália e Reino Unido terem informado que não participariam nas datas previstas. É a primeira vez, e o paralelo mais aproximado dá bem conta do carácter único do tempo que vivemos: só houve Jogos Olímpicos cancelados por causa de guerras (Berlim, 1916, I Guerra Mundial; Tóquio, 1940, Guerra Sino-Japonesa; Londres, 1944, II Guerra Mundial). Para o ano ficam também o Euro 2020 de futebol (disperso pela Europa) e a sul-americana Copa América (Argentina e Colômbia), estando sem data certa muitas provas desportivas nacionais e internacionais, da Volta à França em bicicleta ao campeonato de Fórmula 1.

O mesmo se pode dizer de espetáculos de palco, festivais de música, estreias de cinema ou exposições de arte. Ficou tudo congelado, com efeitos “particularmente críticos”, segundo a OCDE, num sector não só essencial para a vida em comunidade como caracterizado por trabalho intermitente e escassa segurança laboral, onde grandes multinacionais convivem com pequenos negócios e freelancers sem rede de segurança, para quem a crise representa uma “ameaça estrutural à sobrevivência”, alerta a organização. “A disponibilidade de conteúdos culturais contribui para a saúde mental e o bem-estar”, lembra a OCDE, elogiando a criatividade e generosidade com que empresas e indivíduos têm oferecido atuações, gravações e acesso à cultura a quem está confinado em casa.

30 DE MARÇO
Emergência até quando?

Não começou com Viktor Orbán, mas tornou-se assunto europeu quando

o Parlamento húngaro aprovou um estado de emergência de duração indefinida (quando ele, em democracia, é por definição excecional e limitado no tempo). Com dois terços dos deputados, o partido Fidesz, do primeiro-ministro, concedeu-lhe poder para governar por decreto. Um húngaro que não quis dar o nome contou ao Expresso que tem recebido avisos das autoridades por causa das suas publicações nas redes sociais sobre a falta de apoios sociais para quem sofre com o fecho de negócios. “A lei permite a criminalização de notícias falsas, mas isto não são notícias falsas, são os meus familiares e conhecidos que ficaram sem emprego. E eu não posso revoltar-me publicamente com isso.” Essa lei prevê penas de prisão até cinco anos, a quem se habilita, na prática, qualquer pessoa que se exprima contra as ações do Governo. Vários países instauraram medidas de contenção violentas, como a Índia ou o Quênia.

12 DE ABRIL
Páscoa sem ressurreição

Domingo de Páscoa era o dia em que o Presidente dos Estados Unidos prometia “reabrir o país”. Sabemos que não foi assim e que os mortos continuam a acumular-se. Donald Trump já se desdisse, negou e reconheceu autoridade aos governadores estaduais, entretanto cortou o financiamento à Organização Mundial da Saúde e esboçou esta semana um plano de reativação da economia em três fases, à semelhança do que fizeram países europeus, a começar pela Áustria e a Dinamarca. O documento não prevê prazos concretos. Os 100 dias passados ensinaram que é arriscado fixá-los no mundo novo em que estamos a viver. Não para sempre, mas por agora.

afranca@expresso.imprensa.pt

ESTADOS UNIDOS

Lusodescendente ajuda a legalizar meio milhão

Pandemia e carência de mão de obra alteram política de imigração de Trump

RICARDO LOURENÇO
Correspondente nos EUA

Bonés de baseball coloridos e chapéus de cowboy identificam ao longe os mais de 800 mil hispânicos que trabalham nos campos da Califórnia. Os *migres* (algunha dada aos agentes dos serviços de imigração) exploram esse elemento distintivo na caça aos ilegais. “Quem se veste daquela maneira e tem pele escura é mandado parar”, denuncia ao Expresso Manuel Cunha, presidente da Nisei Farmers League, uma das maiores organizações representantes de trabalhadores e produtores agrícolas nos Estados Unidos.

Na década de 80, este lusodescendente de 70 anos ajudou a aplicar a reforma do sistema de imigração da Administração Reagan. Hoje, o surto de covid-19 ditou o fim do sistema predatório. Os perseguidos são, em tempos de recessão, considerados um elo fundamental para o funcionamento daquele sector-chave da quinta maior economia do globo.

Com um PIB de 3,1 biliões de dólares (2,8 biliões de euros), a Califórnia superaria países como a Índia caso fosse independente. Segundo o Comité de Recursos Naturais do Congresso americano, só a zona do vale central produz metade dos frutos e vegetais consumidos nos Estados Unidos, país com 328 milhões de habitantes.

Talvez por isso, o chefe de Estado americano, Donald Trump, deixou de falar do muro na fronteira com o México. “Queremos que venham. São essenciais”, disse, recentemente, durante uma videoconferência com associações de agricultores do oeste, apurou o Expresso junto de um congressista representante da Califórnia.

Sem estes trabalhadores, a cadeia de produção e distribuição de mantimentos ficaria destruída. “Não existiriam alimentos nos hipermercados”, garante Manuel Cunha, cujos esforços contribuíram para a mudança de atitude por parte do poder político. Antevendo uma crise, começou a enviar formulários para as associações de agricultores a meio de fevereiro.

O documento de uma página funciona como uma espécie de salvo-conduto contra os *migres*. Em apenas um parágrafo, escrito em inglês e em es-



Donald Trump fala em público todos os dias, mas já não dá prioridade ao muro na fronteira mexicana FOTO SHAWN THEW / POOL/EPA

panhol, inclui o nome da pessoa em causa, da empresa para a qual trabalha e o contacto telefónico da mesma. As autoridades só têm de ligar para aquele número e confirmar que se trata de um operário legítimo.

“Cartão azul” antes do verde

Desde então, revela Cunha, foi impresso quase meio milhão dessas licenças. “Enviámos a proposta para a Casa Branca, com ajuda dos nossos congressistas e senadores. Responderam em 40 minutos. Disseram-nos que era uma excelente ideia e que seria levada a cabo em todo o país.” Este empresário com ligações ao Partido Republicano lamenta, no entanto, que tenha sido necessária uma pandemia para a Administração reconhecer a importância destes trabalhadores.

A Nisei Farmers League mantém ligação permanente com a Casa Branca com o objetivo de facilitar a comunicação entre Trump e o sector agrícola californiano, que produz mais de 70 categorias de produtos, com uma receita de 50 mil milhões de dólares (46 mil milhões de euros). Resultado disso, há cerca de duas semanas, o

Passaram a ser “essenciais” os empregados da limpeza e dos supermercados, muitos deles clandestinos

Departamento de Segurança Interna autorizou a entrada de mais 35 mil daqueles profissionais.

Cunha agradece o apoio do congressista republicano Devin Nunes, também lusodescendente, e da senadora democrata Dianne Feinstein. Esta defende a criação de um “cartão azul”, que funcione como visto de trabalho prévio à obtenção do “cartão verde” (que é a prova do estatuto de residente legal). Contactado pelo Expresso, Tom Mentzer, assessor de Feinstein, garante que este será um “assunto prioritário” mal acabe a atual crise de saúde pública.

A iniciativa de Manuel Cunha é um dos exemplos que ilustram o impacto da covid-19 na política de imigração de Trump. Existem outros, com menos impacto. “The Washington Post” noticiou, na semana passada, que a Casa Branca pediu a médicos estrangeiros experientes no combate ao novo coronavírus que contactem as embaixadas e consulados americanos. Em troca, acederão de imediato ao processo de legalização, algo que, em condições normais, levaria anos.

Por outro lado, passou a classificar-se como “essenciais” os empregados da limpeza e os funcionários dos supermercados, muitos deles residentes clandestinos, protegendo-os de eventuais ordens de deportação. Manuel Cunha acredita numa mudança radical. “Que remédio! As pessoas em Washington também comem e adoecem.”

internacional@expresso.imprensa.pt

BRASIL

Três crises e um Presidente em risco

Podcast da secção internacional do Expresso discutiu abordagem de Jair Bolsonaro à pandemia e possíveis consequências

Reina no Brasil uma sensação de “país à deriva”, conta Octávio Amorim Neto, catedrático de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, no *podcast* “O Mundo a Seus Pés”. Ao contrariar ministros e governadores de estados, Jair Bolsonaro gera “uma situação muito ambígua”. Já depois da gravação deste episódio, o Presidente demitiu o ministro da Saúde, Luiz Mandetta, popular e respeitado no mundo.

Christiana Martins, brasileira e jornalista do Expresso, traçou um paralelismo entre Bolsonaro e Donald Trump. Nota a brecha entre “política obscurantista sem fundamentação técnica” e a atitude da sociedade, “em consonância com as opiniões dos cientistas”. Ao descrever a covid-19 como “gripezinha” ou

“resfriadinho”, Bolsonaro está a “descredibilizar o discurso científico”, que devia “reforçar e sustentar”.

Amorim Neto teme uma crise política que, somada às crises de saúde pública e da economia que já grassam no mundo, conduza ao “fim prematuro e abrupto” do mandato de Bolsonaro, por destituição ou renúncia forçada. “Tudo vai depender da coragem de corpos em abril e maio”, vaticina, notando que há muitos brasileiros a bater em painéis (na impossibilidade de manifestações) contra o Chefe de Estado.

O docente frisa que a oposição não se tem destacado. O Partido dos Trabalha-

dores (PT, esquerda), dos ex-Presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff, “não tem aparecido muito nem procurado liderar” e até “rejeita a ideia de destituição de Bolsonaro”. Lula saiu da prisão, mas, alerta o politólogo, “deixou de ser querido pela maioria dos brasileiros”. Continua a ser o “grande ativo eleitoral do partido”, mas é também um “grande passivo”: ainda enfrenta processos e, aos 72 anos, chefia o PT há 40.

O panorama é pouco animador para Christiana Martins, que cita dados inquietantes: “Um quarto dos mortos no Brasil está fora dos grupos de risco” e 95% dos hospitais das grandes cidades estão a chegar aos limites. Assusta-a “a realidade das favelas ou de populações originárias, como os indígenas”, particularmente vulneráveis à doença. O Brasil está na fase inicial da pandemia, prevendo-se o pico para maio ou junho.

PEDRO CORDEIRO

pcordeiro@expresso.imprensa.pt



OUÇA NA ÍNTEGRA O PODCAST “O MUNDO A SEUS PÉS” EM EXPRESSO.PT

COVID-19 RANKING

CASOS CONFIRMADOS NO MUNDO
(17 DE ABRIL ÀS 15 HORAS)

2.119.702

50 PAÍSES COM MAIS CASOS

Estados Unidos	671.331	1
Espanha	188.068	2
Itália	168.941	3
Alemanha	133.830	4
França	108.847	5
Reino Unido	103.093	6
China	83.754	7
Irão	77.995	8
Turquia	74.193	9
Bélgica	34.809	10
Brasil	30.425	11
Canadá	30.081	12
Países Baixos	29.214	13
Rússia	27.838	14
Suíça	26.651	15
PORTUGAL	19.022	16
Áustria	14.448	17
Índia	13.387	18
Irlanda	13.271	19
Israel	12.758	20
Suécia	12.540	21
Peru	12.491	22
Coreia do Sul	10.635	23
Japão	9167	24
Chile	8807	25
Equador	8225	26
Polónia	7918	27
Roménia	7707	28
Paquistão	7025	29
Dinamarca	6879	30
Noruega	6791	31
Austrália	6497	32
Rep. Checa	6433	33
Arábia Saudita	6380	34
México	6297	35
EAU	5825	36
Filipinas	5660	37
Indonésia	5516	38
Sérvia	5318	39
Malásia	5182	40
Ucrânia	4462	41
Singapura	4427	42
Bielorrússia	4204	43
Qatar	4103	44
Panamá	4016	45
Rep. Dominicana	3755	46
Luxemburgo	3444	47
Finlândia	3369	48
Colômbia	3233	49
Tailândia	2700	50

CASOS POR 100.000 HABITANTES

1	566,7	Luxemburgo
2	403	Espanha
3	312,9	Suíça
4	304,8	Bélgica
5	279,6	Itália
6	273,4	Irlanda
7	205,2	Estados Unidos
8	185	PORTUGAL
9	169,5	Países Baixos
10	163,3	Áustria
11	162,5	França
12	161,4	Alemanha
13	155,1	Reino Unido
14	147,5	Qatar
15	143,6	Israel
16	127,8	Noruega
17	123,1	Suécia
18	118,7	Dinamarca
19	96,1	Panamá
20	95,3	Irão
21	90,1	Turquia
22	81,2	Canadá
23	78,5	Singapura
24	76,2	Sérvia
25	61,1	Finlândia
26	60,5	EAU
27	60,4	Rep. Checa
28	48,1	Equador
29	47	Chile
30	44,3	Bielorrússia
31	39,6	Roménia
32	39,0	Peru
33	35,3	Rep. Dominicana
34	26	Austrália
35	20,8	Polónia
36	20,6	Coreia do Sul
37	19,3	Rússia
38	18,9	Arábia Saudita
39	16,4	Malásia
40	14,5	Brasil
41	10	Ucrânia
42	7,2	Japão
43	6,5	Colômbia
44	6	China
45	5,3	Filipinas
46	5	México
47	3,9	Tailândia
48	3,3	Paquistão
49	2,1	Indonésia
50	1	Índia

FONTE: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

UNIÃO EUROPEIA

Há vida para lá dos eurobonds

Solidariedade norte-sul é do interesse de todos, afirma presidente do Conselho Europeu

SUSANA FREXES

Correspondente em Bruxelas

Charles Michel quer pensar fora da caixa. “Mais do que nunca, temos de ser criativos, construtivos e inovadores.” Por causa da covid-19, mas também do desafio climático e da agenda digital, o presidente do Conselho Europeu considera que é preciso inovar — essa é também a história da União Europeia — e ter a habilidade de chegar a compromissos. Isso não significa necessariamente ir pelos caminhos nunca antes navegados dos eurobonds e da mutualização da dívida. O belga prefere um instrumento de navegação bem mais conhecido: o orçamento da União Europeia para os próximos sete anos. “É o primeiro instrumento de solidariedade. E a possibilidade de se avançar com o financiamento de investimentos, por exemplo, nos primeiros dois anos é uma boa ideia na minha opinião”, defende, numa entrevista ao Expresso e a mais três jornais europeus.

Michel segue a linha da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que tem defendido que o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2021-2027 deve estar no centro do plano de retoma, a que muitos chamam novo Plano Marshall. A ideia implica o reforço dos montantes e garantias iniciais para alavancar o investimento, sobretudo nos primeiros anos do próximo QFP. Uma das soluções que podem ser trabalhadas pela Comissão passa por aumentar os recursos próprios da UE de 1,2% para 2% do Produto Interno Bruto (PIB) — mantendo a dimensão do QFP mais perto de 1% e dando ao executivo comunitário maior capacidade de se financiar nos mercados e de ir buscar cerca de 1 bilhão de euros. Michel não arrisca valores nem diz o que vai acontecer à discussão sobre as contribuições nacionais e o tamanho do próximo orçamento, parada desde fevereiro. Na altura, a sua proposta — 1,07% da riqueza europeia — foi considerada excessiva pela Holanda, Dinamarca e outros países ricos, e insuficiente por todos os países da coesão, incluindo Portugal.

“Pode imaginar que é um assunto angustiante”, diz Michel, sobre a batalha de números que só se vence por unanimidade.



O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, fala sobre a reação da UE à pandemia, em Bruxelas

FRASES

“Os empréstimos do fundo de emergência têm de estar relacionados com o coronavírus, não vamos financiar os cuidados de saúde de outros países”

Wopke Hoekstra
Ministro das Finanças da Holanda

“Se não conseguirmos fazer isto hoje, digo-vos que os populistas vão ganhar — hoje, amanhã, no dia seguinte, em Itália, Espanha, talvez França e noutros lugares”

Emmanuel Macron
Presidente francês, sobre a emissão de dívida conjunta

midade. Na guerra norte-sul, tenta ser a Suíça. Escuda-se na neutralidade exigida ao presidente e não comenta as críticas de António Costa, que questionou o compromisso da Holanda com o projeto europeu e os constantes entraves no Conselho Europeu (ver pág. 6).

Solidariedade é possível?

Michel acredita que “todos os 27 estão comprometidos em demonstrar mais solidariedade”. O que há são diferentes visões sobre como aplicá-la e financiar os investimentos para a retoma. Por precaução, recomenda que não se feche o debate em torno de uma única solução. Será melhor não perder tempo a discutir a emissão conjunta de dívida, rejeitada pela Alemanha, Holanda ou Áustria? Não se revê na pergunta, mas avisa que “há várias possibilidades técnicas”, “diferentes sensibilidades à volta da mesa” e que o acordo só acontece “por unanimidade”. Não basta que França, Itália, Portugal e pelo menos mais seis países continuem a insistir na mutualização como forma de garantir custos mais baixos e as mesmas oportunidades para todos. É preciso um compromisso europeu.

“Será possível mostrar solidariedade através da mutu-

alização?”, questiona. “Antes desse passo, é importante ter mais clareza sobre a dimensão da fatura e como será usado o dinheiro.” Há que garantir “que não servirá para pagar dívida passada, mas para financiar investimentos relacionados com a Agenda Digital, o Pacto Verde Europeu e as consequências da covid-19”. E insiste: “Não há apenas uma forma de demonstrar solidariedade, há vários instrumentos.” Exemplifica com o Banco Europeu de Investimento, o orçamento comunitário ou a recente proposta para criar um Fundo para a Transição Justa. Considera que seria “um erro básico abandonar os objetivos do Pacto Verde”, de redução de emissões de dióxido de carbono.

O outro foco do presidente do Conselho Europeu está no mercado interno, afetado pela pandemia e pelo encerramento de fronteiras. A sua prioridade passa por repará-lo e reforçá-lo, porque a livre circulação de pessoas e mercadorias interessa aos 27, sem exceção. “Um Mercado Único com países em grandes dificuldades será um problema para todos, especialmente os mais interessados nesse Mercado Único.” Com este argumento espera convencer os maiores beneficiários, entre eles Alemanha e Holanda, a garantir o financiamento e

o investimento de que todos precisam.

Entre as lições da crise está o desenvolvimento de uma estratégia industrial mais forte. Michel dá como exemplo as máscaras produzidas na China com equipamento europeu. “Sem cair no protecionismo, que será um erro, há que garantir a possibilidade de produzir mais na Europa” e ser menos dependente.

“Reconheço que no início, nem todos tiveram imediatamente a mesma interpretação sobre a gravidade da crise”, diz. Admite que “alguns Estados-membros tomaram decisões sem se coordenarem”. Sublinha, no entanto, que em algumas semanas os Governos e as instituições tomaram decisões que valem 3,8% da riqueza europeia, incluindo o pacote de €500 mil milhões de empréstimos, garantias e linhas de crédito que saiu do último Eurogrupo e será discutido, dia 23, na reunião de líderes.

Ao contrário de Macron ou Costa, que colocam em causa a sobrevivência da UE, Michel crê num entendimento. “A crise é enorme, mas não é a primeira vez que pensamos que o que está em causa é vital para o futuro da Europa. Depois desta crise, se fizermos as escolhas certas, seremos mais fortes.”

internacional@expresso.imprensa.pt

Von der Leyen defende orçamento sem cortes na coesão

Presidente da Comissão Europeia diz ao Expresso que quer “enorme onda de investimentos” nos próximos dois anos

A presidente da Comissão Europeia adianta que a proposta que está a preparar para o próximo quadro financeiro plurianual (2021-27) não incluirá cortes nos fundos de coesão. “Decerto não haverá cortes na coesão. Isto é ab-

solutamente claro. Porque também é lógico, vamos ter um orçamento europeu muito maior”, diz Ursula von der Leyen em entrevista ao Expresso e à SIC. A alemã sublinha a importância desta política estrutural “para Portugal”, mas também “para todos os outros Estados-membros”, porque assegura um mercado único funcional, do qual “todos os Estados-membros beneficiam”.

Defende que é “bom investir nas empresas saudáveis” que existem em Portugal, as quais contribuem para o mercado interno e para a cadeia de valor. “Não é apenas do interesse de Portugal, mas de todos os outros Estados”, é o argumento de Von der Leyen, num processo que terá de ter o acordo unânime dos países e que tem gerado um enorme braço de ferro entre os 27.

A anterior proposta da Comissão Europeia previa um corte geral de 10% na política de coesão, no caso de Portugal representava uma redução de 7% em relação ao quadro comunitário que termina no final do ano. A alemã tem defendido que o próximo orçamento comunitário seja o Plano Marshall de que a Europa precisa: “Uma enor-

me onda de investimento nos próximos um ou dois anos.”

Com maior capacidade orçamental, a Comissão poderá ir buscar dinheiro aos mercados. Esta sexta-feira, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução a pedir a criação de obrigações de retoma garantidas pelo orçamento comunitário, uma forma de emissão conjunta de dívida.

Crédito ou fundo perdido?

A questão passa por saber se esse dinheiro chegará aos países na forma de subvenções ou empréstimos. “Poderá haver uma mistura de ambos. O orçamento europeu é composta na sua maioria por subsídios, mas pode haver uma parte de empréstimos. Temos de encontrar o equi-

librio certo, porque há prós e contras para ambos.” Já sobre as “obrigações de retomas” pedidas pelo Parlamento Europeu, não se compromete.

Questionada sobre se será possível evitar austeridade depois da pandemia, face a todas as despesas que os países estão a ter, à semelhança do que aconteceu com a crise da dívida soberana, Ursula von der Leyen responde que a situação é diferente e a crise também, uma vez que afeta todos os países e obriga todos a investir para garantir a retoma económica. “Em Portugal, fizeram um ótimo trabalho nos últimos anos para fortalecer a economia e com isso estou convencida que poderemos sair desta situação juntos e mais fortes e sem as dores da última crise.” S.F.

Manuel Sobrinho Simões

Médico e investigador



■ As alterações climáticas parecem acentuar o desajuste crescente entre o ser humano e a Natureza. Estamos condenados a um antagonismo cada vez mais tenso ou acha que a ciência nos poderá conduzir no sentido oposto?

■ Penso que a ciência não virá a diminuir a pressão ambiental, na medida em que os maiores problemas postos pela transição do Holoceno para o Antropoceno dependem do lucro desenfreado e do crescimento exponencial dos seres humanos, cada vez mais numerosos, mais velhos e mais consumistas. Os desenvolvimentos tecnológicos poderão, *per se*, amortecer os efeitos nefastos sobre o clima, mas as soluções consistentes passarão necessariamente pela sociedade organizada em comunidades, reforçando a política e praticando o cuidar da casa comum (*to care*).

■ Como vê a perspetiva do impacto das alterações climáticas na saúde pública em Portugal?

■ Já começamos a sentir há muitos anos o impacto das alterações climáticas na saúde pública em Portugal. Desde logo porque andamos há bastante tempo a lidar com variações extremas de temperatura e de pluviosidade/seca com uma população progressivamente mais idosa. Ainda por cima na ausência de medidas/comportamentos de prevenção no contexto de grande fragilidade das equipas multidisciplinares e das estruturas vocacionadas para a saúde pública. (Apostamos há dezenas de anos no ‘hospitalocentrismo’.) Mais recentemente, passámos também a ter problemas frequentes com aquilo que designamos como ‘ecoansiedade’. Embora tais alterações não sejam geralmente doenças orgânicas — *diseases*, no terminologia anglo-saxónica —, a verdade é que a ecoansiedade determina mal-estar e sofrimento (*illness*) em termos de saúde pública. Afastando-me das generalidades da clássica saúde pública, penso que valerá a pena considerar situações potencialmente muito graves de natureza local/regional. Por exemplo, é fundamental enquadrar o aumento de doenças respiratórias e de outros sistemas (alergias, neoplasias...) na sequência de fogos florestais violentos e repetidos. Como também é fundamental prestar atenção à repercussão no domínio de doenças infecciosas condicionadas pela modificação do nosso ecossistema: estamos a testemunhar o aparecimento de outras doenças nesses ‘novos’ ambientes. Tanto o chamado mundo externo puro e duro (clima, por exemplo) como os mundos dos micróbios — habitantes do tubo digestivo e outros aparelhos/sistemas — constituem nichos suscetíveis de mudar substancialmente os agentes infecciosos, diretamente ou através dos vetores intermediários.

P.S. — Quando respondi às questões acerca da repercussão das alterações climáticas no equilíbrio entre a Humanidade e a Natureza, por um lado, e no impacto sobre a saúde pública em Portugal, por outro, não me passava pela cabeça o que aí vinha.

Luísa Schmidt



VIDASUSTENTÁVEL
Nada muda se não mudarmos

edp Expresso



Escrito na pedra

A tecnologia tem sido uma aliada para resistir à quarentena. Devemos servir-nos dela também para os livros?

É como nas resoluções de ano novo. Com a perspectiva de mais dias em casa, reforçam-se as metas de ler todos os livros perdidos nas estantes, todos os desejados e nunca comprados, clássicos incluídos. Não é certo que assim aconteça, mas o melhor é contar com a hipótese e tentar responder a uma pergunta com mais de dez anos: o livro digital é mais sustentável?

A intuição diria que sim. O argumento é o de que o custo ambiental da produção de papel e tinta, muitas vezes com recurso a combustíveis fósseis, e do transporte entre fábricas, armazéns, livrarias e casas, num processo que se repete a cada novo livro, superaria o custo do digital, onde num único leitor cabem bibliotecas inteiras. Por essa razão, um artigo de 2012 da "National Geographic" apontava que a emissão de carbono de um e-reader, como um Kindle ou um iPad, era compensada após a leitura de 14 livros digitais.

As contas não são pacíficas e dependem de outras variáveis além do uso. O especialista em análise de ciclos de vida Gregory Norris e o jornalista de ciência Daniel Goleman dividiram a pegada dos livros em cinco momentos: materiais, fabrico, transporte, leitura e descarte. Apenas no transporte o e-reader se prova menos danoso, sobretudo se o livro em papel for encomendado do estrangeiro.

Nos passos anteriores, porém, o aparelho eletrônico custa sempre mais: mais minerais extraídos, mais combustíveis fósseis, mais água para as baterias, mais dióxido de carbono libertado na atmosfera. Se contássemos só com estas variáveis, seriam precisos cerca de 50 e-books para o ponto de inflexão a favor de um Kindle. Parece paradoxal, mas o dano que ele causa é tanto menor quanto mais vezes for usado.

O modo de usar também não é indiferente. Se uma obra física for lida sempre à noite, com um candeeiro aceso, o consumo de energia é maior do que num ecrã. Mas basta ler à luz do dia para o livro tradicional passar para a frente.

No fim da vida, o que conta é o destino. A decomposição de um livro em papel num aterro gera o dobro das emissões do seu fabrico, mas a variedade de substâncias tóxicas libertadas pela incineração de lixo eletrônico é de tal ordem que só se forem utilizados os mais altos padrões de qualidade se garante uma morte saudável.

Apesar das melhorias no fabrico, as constantes trocas por equipamentos novos contribuem para que a opção mais ecológica continue a ser o livro em papel, comprado na livraria mais próxima ou requisitado na biblioteca. E, assim que voltar a ser possível, passado de mão em mão.

JOÃO DIEGO CORREIA

jdcorreia@expresso.imprensa.pt



VIDASUSTENTÁVEL

Nada muda se não mudarmos



Expresso

ALIMENTAÇÃO GLOBAL



Vendedor protegido do contágio por uma máscara, num mercado em Kampala, Uganda FOTO BADRU KATUMBA/AFP/GETTY IMAGES

Não é altura de guardar o que deve ser dividido

Os **stocks globais são adequados**, mas esta é a altura para os países colaborarem e cooperarem. Os **mais abastados têm especiais responsabilidades** face à fome

CRISTINA PERES

As autoridades russas vão avaliar as necessidades reais do país semana a semana para decidir se exportam ou não os bens alimentares que produzem. Se houver excesso, tudo continua como até aqui. Se houver falta, já não sai das fronteiras.

Não é caso único. O Cazaquistão é um dos maiores exportadores mundiais de farinha de trigo e parou de exportá-la no final de março, bem como cenouras, açafrão e batata. O Vietname suspendeu a assinatura de novos contratos para exportar arroz e a Sérvia cortou a linha de exportação de óleo de girassol. Todos estes, estes gestos representam uma percentagem insignificante das matérias-primas alimentares produzidas e exportadas em todo o mundo, mas podem significar protecionismo.

Perante o encerramento das fronteiras e a interrupção das cadeias de distribuição que decorre das medidas de contenção da pandemia, os grandes exportadores podem dar preferência aos **stocks** nacionais. Guardar os bens alimentares que produzem em vez de exportá-los pode camuflar uma deriva nacionalista que venha a perturbar ainda mais as cadeias de fornecimento e os fluxos do comércio tal como os conhecemos.

Os peritos em alimentação garantem que o fornecimento de alimentos global é, por

adequado e que os preços permanecem baixos por causa do abrandamento da economia. Resistem a ler os sinais daqueles países como significativos. É certo que as matérias alimentares são muito sensíveis às flutuações do mercado global, que este reage rapidamente à percepção que os acontecimentos desencadeiam e que as consequências económicas da pandemia estão apenas no início.

Prioridades equivocadas

"O Ocidente está preocupado com os assuntos errados. Não se pode colocar a questão em

Peritos garantem que fornecimento global de alimentos é adequado e preços permanecem baixos

termos de guerra comercial, porque os Estados Unidos e a China estão na fase inicial de um acordo recentemente estabelecido entre os dois, é uma questão bilateral que não está a afetar outros mercados. Mas a situação global é diferente de tudo o que já vivemos, não vale a pena comparar com nenhuma crise do passado", diz ao Expresso Abdolreza Abbassian, economista sénior da FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, ao telefone a partir da sede, em Roma.

Tornou-se impossível fazer generalizações. Cada país vai ter dificuldades diferentes, ainda que se reflitam de forma mais aguda no desemprego e na distribuição dos alimentos provocados pela interrupção da mobilidade. Há, então, que encontrar "denominadores comuns", defende o especialista, quando a prioridade continua a ser a procura por alimentos modestos, como até agora, ou na América Latina e partes da Ásia, a "disrupção criada pelo medo de contágio pelo coronavírus vai ter consequências desastrosas".

O que o Ocidente está a negligenciar, porém, são os indicadores estatísticos que dizem que está a aumentar a má nutrição e o desemprego nos países pobres. "Nesses países não poder ir à escola significa não comer", diz Abbassian, explicando que se os números de infetados em África não se mantiverem modestos, como até agora, ou na América Latina e partes da Ásia, a "disrupção criada pelo medo de contágio pelo coronavírus vai ter consequências desastrosas".

Norte tem de ser generoso

"Este é o momento para ações muito mais generosas por parte do mundo rico em direção ao mundo pobre. Ou há perdão da dívida para sempre ou há turbulência e nunca mais voltará a haver uma vida normal", diz o economista da

FAO, lembrando que a ordem para "ficar em casa" põe em causa a sobrevivência de milhões de trabalhadores sazonais e das famílias que deles dependem, os contabilizados como subsistindo com um dólar por dia e que acabam de perder o meio de ganhar esse dólar.

O economista guineense Carlos Lopes, diretor da Comissão Económica para África da ONU (UNECA) em 2012-16, defende, num artigo de opinião publicado no site "Africa Report", que a pandemia do coronavírus não pode ser coronada numa surpresa. Estudos de epidemiologistas

Guardar alimentos em vez de exportar pode camuflar deriva nacionalista e pôr em risco o fornecimento

tas e relatórios de informação tinham previsto que, nalgum momento, se espalharia pelo mundo uma doença infecciosa causada por síndrome respiratória aguda.

Não houve "vigilância séria nem preparação", mas tornou-se "mais evidente que é do maior interesse dos parceiros ocidentais de África serem mais generosos, mais abertos e menos cínicos", escreve Lopes. "O mundo será um lugar melhor se não estiver ameaçado por um vírus que adora a pobreza que existe em muitos países africanos", terreno ide-

al para que o SARS-CoV-2 se dissimule e volte a espalhar-se em ondas futuras. "Por razões egoístas, se não for por outras, o Ocidente não deveria permiti-lo, os custos são demasiado altos", conclui.

"A alimentação é essencial, não se pode viver sem ela", diz Abbassian, lembrando a volatilidade da situação a nível global e como em cada país tudo se pode tornar imprevisível se os retalhistas não conseguirem encher as prateleiras por causa de questões logísticas e dificuldade de transporte.

Num primeiro momento, a tendência é para as pessoas comprarem mais, mesmo sem necessidade, e armazenar. Não é esse, contudo, o caso dos países pobres, onde "a má nutrição já existe e vai aumentar". "O mundo vai ter de se preparar para a instabilidade se não se investir nos países que precisam de ajuda." Ninguém está a comprar os produtos que esses países exportam "e eles continuam a ter de comprar alimentos", sublinha Abbassian.

"Se os Governos não trabalharem coletivamente e em cooperação para garantir que haja fornecimento alimentar a nível global, se se limitarem a pôr as suas nações à frente das outras, vamos acabar numa situação muito pior", resume à Bloomberg o investigador Tim Benton, diretor de investigação da emergência de riscos do *think tank* Chatham House.

cperes@expresso.imprensa.pt



Guerra e Paz

Miguel Monjardino
miguelmonjardino@gmail.com

DEPRESSÃO DEMOCRÁTICA?

O impensável está a acontecer a nível europeu. O choque económico causado pela primeira fase da pandemia da covid-19 será dos mais severos desde 1900. Quais serão as suas consequências políticas? Ninguém sabe muito bem. Dito isto, tudo indica que serão muito signifi-

cativas. Talvez por isso paira no ar a convicção de que a recessão democrática em curso nos últimos anos se tornou uma verdadeira depressão política. Para muitos, a pandemia prova que o modelo do Partido Comunista Chinês é melhor do que o dos países que optaram pela democracia parlamentar.

Esta convicção apressada parece partir do papel central da China na produção do equipamento e medicamentos essenciais na resposta médica à pandemia. Tal deu a Pequim a oportunidade de fornecer, pela primeira vez, bens públicos a nível mundial. Acresce a capacidade de Pequim planear e agir a longo prazo.

Para os defensores das autocracias, o facto de o Partido Comunista Chinês não ter de se preocupar com eleições transparentes e competitivas é uma vantagem. A capacidade de adaptação, o pragmatismo e uma orientação estratégica clara transformaram a China numa nova Atenas asiática. As democracias liberais, menos flexíveis, ideológicas e conser-

vadoras são vistas como as herdeiras de Esparta.

A depressão democrática é um primeiro sinal da desorientação de muitos nos países europeus perante a surpresa da pandemia e propaganda e o oportunismo dos autocratas. Como é habitual, as coisas não são assim tão simples. Tal como as democracias liberais, as autocracias também têm à sua frente um oceano de incertezas e problemas muito difíceis. Na Rússia, Vladimir Putin é

um verdadeiro prisioneiro no Kremlin. A sobrevivência do regime só parece ser possível com sua permanência no poder. O resultado está a ser a estagnação política e económica.

Na China, continuamos a desvalorizar as tensões sociais entre os que vivem nas cidades mais prósperas e com capacidade de inovação ao nível tecnológico do resto do país. A taxa oficial de desemprego não abrange a população migrante, que inclui cerca de 280 milhões de pessoas. Além disso, segundo o Institute of International Finance, a dívida pública e privada da China em 2019 atingiu os 310% do PIB. Tudo isto terá consequências a nível interno. As leis da gravidade política não se aplicam apenas às de-

mocracias liberais. São democracias. Aplicam-se a todos.

Estes são os nossos dias. Um dia serão a História dos outros. O que registrará ela? Não sei. Dependerá muito da capacidade de adaptação dos sistemas políticos e das escolhas das suas lideranças políticas.

Mesmo assim, gosto de pensar que a prestação de contas dos Governos nos Parlamentos e em eleições regulares, a defesa da verdade como responsabilidade cívica, o conhecimento informado, a flexibilidade e capacidade de inovação, a educação para a interpretação dos factos e o debate livre de ideias continuarão a ser as grandes vantagens das democracias liberais em relação às autocracias.

É apressado concluir que o comunismo chinês é melhor do que a democracia

MOÇAMBIQUE

Daesh à conquista do Norte do país

Ataques do **ramo centro-africano do Daesh** em Cabo Delgado são cada vez mais audazes e organizados

JOSÉ PEDRO TAVARES

O que começou por ser um movimento de pequenos grupos de jovens locais, que foram esconçados para o mato após terem tentado, sem sucesso, impor a sua lei islâmica, depois do regresso dos estudos numa madraça do Quênia, e que atacavam e pilhavam pequenas aldeias na província de Cabo Delgado, a mais pobre de Moçambique, no extremo norte do país, transformou-se numa ameaça terrorista de dimensões internacionais, com o autodenominado Estado Islâmico da Província da África Central (EIPAC) a reivindicar ataques cada vez mais coordenados em aglomerados urbanos importantes.

Segundo os Médicos sem Fronteiras, a violência já causou mais de 700 mortos desde o primeiro ataque, em outubro de 2017, e levou ao êxodo de mais de 200 mil pessoas, segundo D. Luiz Fernando Lisboa, bispo católico de Pemba, capital da província, uma das vozes que mais tem alertado para a situação. Chegou a escrever ao Papa, que referiu o sofrimento e a violência em Cabo Delgado na sua solitária bênção *Urbi et Orbi* esta Páscoa.

No final de março, o EIPAC atacou e ocupou por umas horas a vila de Mocimboa da Praia (30 mil habitantes) e a localidade de Quissanga, utilizando lanchas rápidas. Já em abril atacou a famosa ilha Quirimba (no centro do parque nacional homónimo) e, nos passados dias 7 e 8, o distrito de Muí-dumbe, no interior da província, tendo vandalizado a igreja de Nangololo, uma das mais antigas de Moçambique, com 96 anos, e cortado a N380, única via de alcatrão que liga Pemba a Palma, centro de exploração de gás natural, e à Tanzânia.

Nos seus ataques, este ramo regional do Daesh visou sobretudo esquadras de polícia e aquartelamentos das Forças Armadas. Vandalizou escolas, centros de saúde e igrejas, tendo pilhado agências bancárias, mas poupou a população civil. O Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados contabilizou 28 ataques nos primeiros dois meses de 2020.

Conhecidos como al-Shabab (sem relação com o grupo radical somali do mesmo nome), os terroristas pertenciam a uma organização chamada Ansar al-Sunna, ou Ahlu al-Sunna, ou ainda Swahili Sunna, mas foram absorvidos pelo EIPAC, fundado em abril de 2019, que



A Aldeia da Paz, no distrito de Macomia (Cabo Delgado) é uma de muitas atacadas pelos islamitas radicais FOTO MARCO LONGARI/AFP/GETTY IMAGES

começou a reivindicar ataques em Moçambique e na República Democrática do Congo através da Amaq, agência noticiosa do Daesh.

Depois dos últimos ataques, o movimento publicou vídeos ameaçando estabelecer um califado no Norte de Moçambique, onde quer instaurar a *sharia* (lei islâmica). Durante a ocupação temporária de Mocimboa da Praia, um dos

A violência já causou mais de 700 mortos e 200 mil deslocados desde o primeiro ataque, em 2017

seus dirigentes reuniu a população e discursou em *kimwani*, idioma local: "Ocupamos esta povoação para mostrar que o Governo é injusto. Humilha os pobres para beneficiar os chefes. Quem sofre são as classes desfavorecidas. Gostem ou não, estamos aqui para defender o Islão. Queremos um governo islâmico, não um governo de

ateus. Somos filhos desta terra. E no mato somos muitos."

"Com o ataque a Mocimboa da Praia entramos numa nova fase da insurgência", disse ao Expresso o antropólogo social Paulo Granjo, do Instituto de Ciências Sociais, que conhece muito bem o país. "Os militantes têm mais armas e mais reforços, eventualmente vindos do estrangeiro." Explica que "até agora atacavam, sobretudo, comunidades isoladas, à procura de comida, mas decidiram confrontar as forças da autoridade e procuraram controlo sobre o território". Mal preparadas e sem treino, as forças da lei têm fugido sem oferecer resistência, o que levou o EIPAC a apoderar-se de mais armamento abandonado.

Recursos naturais abundam

Cabo Delgado tem vastas jazidas de gás natural e as suas minas produzem 80% dos rubis do mundo, mas a maioria da população vive na pobreza extrema. A multinacional francesa Total está a construir um complexo industrial de extra-

ção e liquefação de gás natural perto de Palma, 70 quilómetros a norte de Mocimboa, num projeto de cerca de €23 mil milhões, enquanto a americana Exxon Mobil investe num projeto *offshore* na região (bacia do Rovuma).

A generalidade dos observadores considera que Mauputo tem revelado ineficiência e negligência. Perante a crónica crise nas Forças Armadas, minadas pelo fracassado acordo para reintegrar os guerrilheiros da Renamo (oposição), o Governo da Frelimo delegou na polícia o restabelecimento da ordem, enviando para a região unidades de intervenção rápida, que se mostraram ineficazes contra as táticas de guerrilha. Nos últimos dias, o comandante-geral da polícia de Moçambique, Bernardino Rafael, desmentiu que o EIPAC controle o território: "Não há zonas que se possa dizer que estão nas mãos de insurgentes, o que existe são zonas propensas a incursões dos malfetores." Reconheceu que "prevalece a alteração da ordem em Cabo Delgado" e que a maioria dos atacantes é de

Moçambique, apesar de outros virem da Tanzânia. "Estão a ser enganados", assegurou.

Há quem defenda que Mauputo deveria declarar o estado de guerra para mobilizar as Forças Armadas, inclusive Daviz Simango, presidente da Câmara da Beira e líder do Movimento Democrático de Moçambique, terceiro maior partido do país: "A população poderia receber ajuda huma-

O Presidente da República, Filipe Nyusi, reconheceu que o país poderá precisar de ajuda internacional

nitária e Moçambique poderia solicitar ajuda da comunidade internacional", disse numa entrevista ao jornal "O País". No mês passado, o Presidente da República, Filipe Nyusi, reconheceu que o país poderá precisar de ajuda e prometeu que o seu Governo "não descansará até restabelecer a estabilidade em Cabo Delgado".

A braços com outra rebelião armada no Centro do país, onde um general dissidente da Renamo, Mariano Nhonogo, tem desencadeado ataques contra civis e militares, Mauputo terá contratado mercenários estrangeiros para lidar com o EIPAC. O analista Nuno Rogeiro, que tem seguido os acontecimentos em Cabo Delgado, sugeriu, na rede social Twitter, que haverá helicópteros (alguns armados) e três aviões a operar a partir de Pemba com mercenários sul-africanos e do Zimbábue, ao abrigo de um contrato com a polícia de Moçambique.

Segundo publicações especializadas em segurança privada, os mercenários trabalharão para a empresa sul-africana Dyck Advisory Group, propriedade de um antigo coronel das Forças Armadas do Zimbábue, Lionel Dyck, próximo do atual Presidente desse país, Emmerson Mnangagwa. Antes, a empresa de segurança russa Wagner terá trabalhado em Pemba, mas os moçambicanos não ficaram satisfeitos com os resultados.

internacional@expresso.imprensa.pt

Editorial&Opinião

Editorial Há pouco mais de três meses morria a primeira vítima de covid-19

10 anos em 100 dias

Há décadas em que pouco ou nada acontece e há semanas em que décadas acontecem. A frase, não sendo original, cabe que nem uma luva ao que vivemos nos últimos tempos no planeta. Passaram esta semana apenas 100 dias desde que um cidadão chinês morreu em Wuhan, vítima de uma nova estirpe de coronavírus, depois batizada covid-19. Passaram 100 dias em que tanto e tanto mudou que as páginas deste jornal não chegariam para descrever tudo. Do confinamento de cerca de metade da população mundial, ao estado de urgência em metade dos países europeus. Da primeira vítima mortal até às várias centenas de milhares que já se contabilizam nesta altura, com mais de dois milhões de pessoas infetadas (número que, aliás, duplicou em poucas semanas). Passado o terrível choque inicial que deixou o nosso mundo e as nossas vidas de pernas para o ar, os países tentam agora buscar algo que se assemelhe a uma nova normalidade. A pressão para tal é crescente, seja pelo cansaço coletivo que a situação gera seja pela perspectiva da pior recessão à escala global em décadas. Nesta altura em que os números ainda assustam mais quando, como dizia o Presidente da República, parece já existir uma luz ao fundo do túnel, é assustador ver um retrocesso nos resultados conseguidos até aqui.

Cuidar do clima na retoma

Em 2019, com Greta Thunberg e as marchas pelo ambiente, as alterações climáticas foram um dos temas maiores do ano. Agora, o assunto parece ter-se evaporado da agenda. Com a paragem da economia global, os níveis de poluição baixaram súbita e drasticamente. De acordo com os especialistas, aproximamo-nos, ainda que involuntariamente, das metas previstas no Acordo de Paris. Era bom, embora não seja fácil, que a retoma não seja feita à custa do futuro do nosso planeta.

O plano para o novo normal

A grande entrevista que publicamos nesta edição ao primeiro-ministro, António Costa, levanta o véu sobre o plano para o lento e gradual regresso à normalidade a partir do mês de maio. Praias, escolas, futebol, cinema, repartições públicas, comércio e serviços, festivais: nada vai ficar como dantes. Até à existência de uma vacina para a covid-19, as restrições vão continuar a existir. As máscaras vão tornar-se ainda mais presentes na nossa vida. No nosso novo normal.

Expresso



Proprietária/Editora: IMPRENSA PUBLISHING S.A.
Sede: Rua Calvet de Magalhães, 242, 2770-022 Paço de Arcos. NIPC: 501984046
Administração da IMPRENSA PUBLISHING: Francisco Pinto Balsemão, Francisco Maria Balsemão, Francisco Pedro Balsemão, Paulo de Saldanha, Paulo Miguel Reis, Nuno Miguel Conde e Cristina Vaz Tomé
Composição do Capital da Entidade Proprietária: 100.000 euros.
100% propriedade da Imprensa - SGPS, S.A. NIPC: 502432744
Registo da publicação na ERC: 101.101 ISSN: 0870-1970

Director Geral de Informação IMPRESA
Ricardo Costa

Director
João Vieira Pereira

Directores-Adjuntos
David Dinis,
Martim Silva,
Miguel Cadete
e Paula Santos

Director de Arte
Marco Grieco

Editores
Vitor Matos (Política),
Joana Pereira
Rastos (Sociedade),
Pedro Cordero (Internacional),
Pedro Candieira (Desporto),
João Silvestre (Economia),
Pedro Lima
(Editor-adjunto Economia),
Jorge Araujo (Revista E),
Filipe Garcia
e Germano Oliveira (Online)
e José Cardoso
(Editor-adjunto
Expresso Diário)

Grande Repórter
Miguel Pereira

Coordenadores Gerais de Arte
Jaime Figueiredo (Infografia),
João Carlos Santos (Fotografia),
e Mário Henriques (Desenho)

Coordenadores
Raquel Moleiro (Sociedade),
Eliete Miranda (Economia),
Vitor Andrade (Economia),
Ricardo Marques (Revista E),
Rui Tentugal (Fechos),
Tati Pereira Santos
(Desenho Expresso Diário),
Joana Belém (Multimédia),
Cristina Pombro e João
Candido da Silva (Online)

Redação, Administração e Serviços Comerciais
Rua Calvet de Magalhães, 242
2770-022 Paço de Arcos
Tel: 214 544 000
ipublishing@imprensa.pt

Documentação (Gesco)
sciente@gesco.imprensa.pt

Delegação Norte
Rua Conselheiro Costa Braga,
502, 4450-102 Matosinhos
Tel: 220 437 000

Publicidade
João Paulo Luz (director),
Ángela Almeida
(directora da Delegação Norte);
Hugo Rodrigues
(director publicidade agência),
Dinora Casanova e Nuno
Martins (gestores de conta);
Carlos Lopes (director
publicidade directo).

Publicidade On Line
publicidadeonline@imprensa.pt

Marketing, Comunicação e Criatividade
Mónica Balsemão (directora),
Ana Paula Baltazar (coord.
de marcas de informação),
Susana Fretes (gestora
de marcas) e Carla Martins
(coord. de comunicação
para relações externas)

Produção
Maria João Lopes (directora),
João Paulo Batlle y Font
(coordenador),
Carlos Moraes e Joaquim
Rodrigues (produtores)

Circulação e Assinaturas
Pedro M. Fernandes (director),
Milton Silva (responsável
pela circulação) e Rita Silva
(responsável pelo serviço
de apoio ao cliente)
Serviço de Apoio ao Assinante:
Tel: 214 598 100
(duas vezes, das 9h às 19h)
Fax: 214 598 501; e-mail:
apoio_cliente.ipj@imprensa.pt

Atendimento Ponto de Venda
pontodevenda.ipj@imprensa.pt

Impressão
Litográfica,
Casal de St. Leopoldina,
2745 Queluz de Baixo

Distribuição
VAP - M.P.
Media Logistics Park
Quinta do Gral, Venda Seca
2735-511 Agualva, Cacém
Tel: 214 337 000
Pontos de Venda:
contactcenter@vap.pt
Tel: 808 206 645
Fax: 808 206 133

Assinatura Expresso Digital
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%

Assinatura Expresso Digital
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%

Assinatura Expresso Digital
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%

Assinatura Expresso Digital
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%
Assinatura digitalizada: 100%

ESTE DESEJO AFLITO DE NORMAL



Pedro Santos Guerreiro
cidadepsg@gmail.com

O discurso de alívio gradual a partir de maio cria uma falsa sensação de regresso à normalidade. Não há regresso, há avanço, avanço para outra normalidade diferente e ainda instável. O nosso instinto deseja a estabilidade que só a vacina trará. Não estamos numa ponte impossível, que acaba onde começou: ela é longa e acabará num início de uma nova sociedade, de uma nova economia, num sopé que deixou gente na vala e tem fogueiras de perigos.

Desemprego: o aumento do último mês e meio foi muito rápido, mas longe de ser dramático: mais 36 mil pessoas, sobretudo de trabalhadores precários. A bomba-relógio

está nos mais de um milhão em *lay-off*. Muitos voltarão ao seu emprego, outros irão para o desemprego. Mesmo olhando para as previsões atuais, de desemprego de 14% no fim do ano, são mais centenas de milhares do que hoje.

Pobreza e desigualdade: vamos recuar anos. A pobreza está ao virar da esquina para muitos portugueses, pelo efeito do desemprego, porque os empregos anteriores já eram de salários baixos, porque a taxa de poupança é minúscula. Tudo isto exigirá muito Estado social e solidariedade.

Uma montanha de dívida: as previsões de dívida pública de 135% do PIB são otimistas. A dívida vai aumentar por todos os lados, incluindo câmaras e empresas públicas, e falta ainda o plano de recuperação económica. Sem um pacote europeu fortíssimo, Portugal não conseguirá pagar a dívida. Noutros países, como Itália e Grécia, pior ainda. Mas mesmo com uma UE e um BCE a financiar, haverá perda de rendimento, de

poder de compra e austeridade, por mais suavizada (e bem distribuída) que ela seja. É preciso evitar que a crise de liquidez de hoje seja uma crise de dívida daqui a um ano.

Turismo sem turistas: o pequeno comércio e o turismo foram os mais rapidamente afetados. As lojas reabrirão aos poucos, o turismo demorará muito mais. Tendo em conta o peso destes sectores, que alternativas surgirão para o emprego e para a economia?

Segundas vagas: não vale a pena nem negar nem agoirar, mas é preciso estar preparado para elas, quer no SNS quer nos avanços e recuos de medidas de contenção.

Saúde mental: podemos fazer de conta que é um problema que não existe, mas não só é transversal à sociedade como se agravou com a pandemia. O país não vai entrar em festa daqui a umas semanas, vai ter de lidar com incerteza e sombras durante muito tempo. O país e cada um de nós, por si e pelos outros.

Velhos em casa: será um dos maiores problemas sociais e humanitários duradouros. Estamos a falar de pessoas mais velhas estarem em isolamento meses e meses a fio. A sociedade precisa de fazer da preocupação o gesto e depois a ação. E não abandonar, não deixar para trás, aprender a viver e não a morrer em isolamento.

Paciência, tolerância e solidariedade não se decretam. Os efeitos da pandemia são tão prolongados e potencialmente destruidores que requerem o melhor de nós sem que a ansiedade e a incerteza desabem no pior de nós. É fácil deixar crescer a ansiedade na forma de agressividade. É preciso coragem, coragem íntima, para combater o medo, a percepção de ameaça, a privação temporária de liberdades, a perda. Não, não é milagre algum o que nos trouxe até aqui nem será milagre o que nos fará sair melhor ou pior. É mesmo a força de cada um de nós e a confiança de quem decide. É a esperança que o nosso próprio gesto inspirará.

A PANDEMIA NÃO ESTÁ A TRABALHAR



Pedro Adão e Silva
padaoesilva@gmail.com

A sucessão de números que vai ler pode provocar-lhe alguma angústia. É compreensível, mas, infelizmente, não se trata de um retrato de um futuro distante, mas da realidade atual.

No curto espaço de um mês, a nossa economia foi virada de pernas para o ar. Neste momento, há quase um milhão de trabalhadores em *lay-off*. Um terço dos trabalhadores do sector privado têm os vínculos "suspensos" e a remuneração reduzida. Colocando em perspectiva, no final de março estavam 3361 empresas em *lay-off*, abrangendo 72.507 trabalhadores. Hoje são perto

de 70 mil as empresas que recorrem ao *lay-off* e o número de trabalhadores atingidos multiplicou-se por 13 em 15 dias. Se olharmos para uma série mais longa, não encontramos nada do género: em 2009, em plena Grande Recessão, tivemos o valor mais alto das últimas décadas, com 19.500 trabalhadores em *lay-off* no conjunto do ano.

Estrada súbita da economia portuguesa em apneia vai permitir que muitas empresas retomem a sua capacidade produtiva, mas em muitos casos o *lay-off* será a antecâmara para o encerramento definitivo de atividades e para o desemprego. Aliás, nas últimas semanas, o desemprego registado tem crescido a um ritmo avassalador: 4 mil novos desempregados todos os dias, na comparação homóloga. Não espanta, por isso, que um inquérito breve do INE e do BdP tenha apurado que 7% de empresas já fecharam definitivamente, 80% tiveram uma redução de faturação e, destas,

37% viram as suas vendas cair para menos de metade. Talvez assim se perceba melhor as projeções dantescas do FMI para as economias em 2020, durante o Grande Confinamento.

Mas a pandemia não vai afetar todas as economias da mesma forma. As vulnerabilidades preexistentes agravar-se-ão e fará diferença o padrão de especialização de cada economia.

Em muitos casos, o lay-off será a antecâmara para o encerramento definitivo de atividades e para o desemprego

O mercado de trabalho português é marcado pelos baixos salários e pela precariedade (em 2018, mais de um terço dos trabalhadores do privado tinha um contrato de trabalho não permanente e 76% do emprego líquido criado no privado nos últimos seis anos assentou em vínculos precários).

São estes os trabalhadores mais vulneráveis.

Do mesmo modo, a dinâmica de emprego dos últimos anos traz consigo elementos de fragilidade. Entre 2013-19 foram criados 500 mil postos de trabalho, entre os quais 75 mil no sector do alojamento e restauração. Empregos que, agora, ficarão muito expostos a este choque brutal de procura. Os dados preliminares dão conta de que nestas semanas, neste sector, 62% das empresas encerraram temporária ou definitivamente.

A menos que ocorra um surpreendente volte-face na Europa, todos os euros que o Estado agora gasta a oxigenar a economia terão de ser financiados no futuro com um aumento de impostos que ninguém tolerará ou com cortes na despesa que serão inaceitáveis. Esta crise de endividamento coexistirá com uma pandemia económica de contornos inéditos. Vai ser necessária muita coragem.

O LEVIATÃ E OS SEUS INIMIGOS



Sérgio Sousa Pinto
politica@expresso.imprensa.pt

Momentos como este tendem a convocar o sobrenatural, sendo o caldo de cultura ideal de profetas e místicos

Diante do medo e da incerteza, as instituições humanas, laboriosamente construídas, tremem. Os estados de exceção exprimem a impotência da ordem política, jurídica e social consentida para submeter a irrupção do caos e do estado de natureza, assim como para garantir a prevalência dos fins coletivos — a sobrevivência da comunidade — sobre os fins individuais, fundamentos do humanismo demoliberal encap-

sulado nos primeiros artigos das Constituições. O direito prevê a sua própria suspensão diante de uma ameaça cuja iminência e magnitude não pode ser enfrentada sem restrição dos direitos, liberdades e garantias, que são a pedra angular da ordem política liberal. Ao abrigo da exceção, a santidade dos contratos pouco vale: carregamentos de provisões essenciais — máscaras e ventiladores — são confiscados nos aeroportos de trânsito pelas autoridades nacionais; encomendas pagas são "pirateadas" por quem mais pode e mais tem para pagar o que for preciso; medicamentos não achembarcos por precaução, privando os Estados vizinhos de socorro urgente; recursos são vazados sobre as empresas nacionais antes de suspensas as regras sobre ajudas de Estado, confirmando-se que não é o direito que instaura a ordem, mas a ordem que permite o direito. Diante da ameaça percebida, a multidão aplaude o poder executivo, associando a restrição

de direitos à "guerra" contra a ameaça, uma transação razoável, necessária, eficiente e confortadora.

Momentos como este tendem a convocar o sobrenatural, sendo o caldo de cultura ideal de profetas e místicos. Os mais salientes têm sido os teólogos do mercado e da mão invisível. Para eles, a crise não é "simétrica"; é um castigo assimétrico, que pune os países que não trabalham nem poupam. As cigarras merecem o seu cruel inverno, as formigas do Norte colhem o destino suave que é sua justa recompensa. É o regresso do *moral hazard*, o pecado que banha em virtude os vencedores da ordem capitalista-calvinista. A prosperidade é prêmio e prova de retidão, os mendicantes sendo moralmente defeituosos.

A virtude que é apanágio dos políticos holandeses, que fizeram as "reformas" prescritas nas tábuas, contrasta com a demagogia dos políticos do Sul. No estado de natureza capitalista, o apelo à solidariedade, em nome de valores extraeconómicos, no-

meadamente políticos, é uma vergonha que falseia o jogo cruel mas criativo do todos contra todos. Curiosamente, ainda não se ouviu um membro do priorado denunciar o apoio massivo do Estado às empresas no nosso país e nos outros. Enquanto os empresários portugueses (muitos beneficiários do paraíso fiscal holandês) reclamam dinheiro público, como comensais num casamento popular, batendo com os talheres no prato, exigindo a intervenção da mão visível — nada se ouve do lado das cantões da mão invisível. A destruição que nada cria, que ninguém provocou e que a todos atingiu é fundamentalmente justa no seu preço social e nacional, desde que eximida da implacável doutrina a válvula de escape do capitalismo em apuros: o subsídio.

A seita, domiciliada num mundo de abstrações, repudia a primazia do político, do real e do humano, irrupções sempre de lamentar, e a eles só desce para estender a mão, de preferência pela porta dos fundos.



Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

NÃO VAI FICAR TUDO BEM

Com o país de olhos postos no contador diário apresentado por pivôs-catequistas, tento ver o futuro. Em dias bons vejo nações que valorizam o Estado Social e o SNS. Políticos que leram o editorial do insuspeito "Financial Times", onde defende um papel mais robusto para os governos na economia, mercados laborais mais seguros, serviços públicos tratados como investimento, redistribuição de recursos e impostos sobre os mais ricos. Um povo que não voltou a engolir a conversa de 2011. Noutros dias enjoo-me com o "vai ficar tudo bem", que nos trata como crianças. Não vai ficar tudo bem e só depende de nós se o mal que vai ficar ajudará a construir qualquer coisa decente para os nossos filhos ou se apenas nos retirará mais direitos sociais e liberdades cívicas. O indispensável regresso condicionado às ruas e ao trabalho, antes da vacina, vai aumentar o controlo social. Temos de ser cuidadosos com as portas que vamos abrindo, porque algumas nunca mais se fecharão. Se isto durar mais do que um ano, o excepcional vai normalizar-se. Até porque corresponde ao ar deste tempo: a tecnologia ao serviço da vigilância em sociedades que prescindiram da privacidade e, por consequência, de um bom quinhão de liberdade.

Não há nada de novo na proposta dos CEOs de algumas das maiores empresas nacionais, que queriam que o Estado, por via das operadoras de telemóveis, rastresse movimentos e contactos de

Este é o momento para meter o pé na porta, aproveitando o medo dos cidadãos e o fascínio pela tirania tecnológica da China

infetados para notificarem e imporem quarentena a quem tenha sido exposto ao risco. A Google e o Facebook já sabem mais sobre nós do que alguma vez a Stasi conseguiu saber sobre os cidadãos da RDA. Mas espero que o Estado me proteja do abuso, não que o incentive ou me peça para colaborar voluntariamente com ele. Dado este poder de vigilância aos Estados, isto será o novo normal. Agora era contra a covid-19, depois seria contra outra epidemia, o terrorismo, a segurança nacional... E não me venham dar garantias de privacidade, que até seria possível. Temos demasiados anos disto para se desculpar a candura.

Este é o momento ideal para meter o pé na porta, aproveitando o medo dos cidadãos, o catecismo do jornalismo, o patriotismo da oposição e o fascínio pela eficácia da tirania tecnológica da China. Imaginem este instrumento disponível na crise económica, social e política que nos espera. Imaginem os governos que ainda vão ser eleitos por essa Europa fora. Imaginem a repressão social que ainda será necessária para garantir que esta crise não prejudica quem neste preciso momento despede precários mas distribui dividendos. Felizmente, o poder político continua, em Portugal, a resistir a este caminho. A Alemanha propõe a criação de um "certificado de imunidade", um passaporte que permite conquistar o estatuto de cidadão pleno. Parem de olhar para a curva, lembrem-se dos dias que se seguirão e pensem em todas as potencialidades deste "biopoder". Querem que fique tudo bem? Não deixem que o medo nos ofereça o inferno para que toda a literatura futurista nos avise. Estejam dispostos a correr, como outros correram, alguns riscos pela liberdade. Foi o medo que construiu todas as tiranias.

Falar da escola como elevador social passou a ser anedota. Milhares de alunos não terão acesso a nada além da telescola

Uma decisão medrosa e indesculpável

Quando (e se) as aulas começarem em setembro, grande parte dos miúdos terá estado seis meses sem ir à escola. É fácil perceber o efeito no futuro das crianças. Há estudos que mostram que as crianças que ficam alguns meses sem aulas têm, 20 e 30 anos depois, carreiras profissionais piores e rendimentos mais baixos. Naturalmente, alguns ficam muito mais prejudicados do que outros. E as consequências nefastas passam para a geração seguinte.

Os estudos que referi preocupam-se com o impacto de greves prolongadas dos professores, pelo que não é uma situação totalmente análoga, mas há também numerosas provas de que as férias de verão são uma das principais promotoras da desigualdade educativa entre miúdos de classes favorecidas e desfavorecidas. As desigualdades mantêm-se ao longo do ano letivo e disparam durante as férias. Um estudo feito com crianças de Baltimore conclui que dois terços da desigualdade de desempenho escolar entre adolescentes ricos e pobres é explicado pelo efeito das férias de verão. Percebe-se o motivo: os miúdos das classes favorecidas têm, durante as férias, acesso a um conjunto de recursos que os outros não têm (livros, campos de férias com atividades programadas, visitas a museus, etc.).

O unanimismo que a solução encontrada pelo Governo para o 3º período escolar encontrou na opinião publicada, chocou-me. E só encontro uma explicação: não lhes toca a eles. Se o que escrevi nos dois primeiros parágrafos devia, por si só, fazer acender muitas luzes de alarme, o que está a acontecer em Portugal é muito pior. Teremos um ensino a múltiplas velocidades.

Há escolas privadas em que os horários de aulas são integralmente cumpridos. Os alunos estão online, com os professores; as aulas são divididas numa parte expositiva, numa de trabalhos em grupo e outra de trabalho autónomo. Uma ou outra pública estava a fazer o mesmo, no fim do segundo período, e não sei como será depois das orientações que receberam. Na maioria das escolas públicas, e em algumas privadas, os horários foram reduzidos para cerca de um terço do que eram e irão acompanhar os enlatados da Telescola/RTP Memória. Há ainda milhares de alunos que não terão acesso a nada além da telescola. Falar



Luís Aguiar-Conraria
Professor de Economia da Univ. do Minho
ltaguiar@eeg.uminho.pt

da escola como elevador social passou a ser anedota.

A solução encontrada parece-me a pior possível. Ou se assumia que crianças e jovens são o grupo de menor risco e se planeava um retorno faseado às aulas, ou, pelo contrário, se dava como adquirida a perda do terceiro período e, no próximo ano, as aulas começavam mais cedo. (Obviamente, seria necessário uma solução específica para os alunos do 11º e 12º ano.) Com a sua escolha, o Governo não só atrasa a recuperação da economia (neste momento, estarão milhares de pais a acompanhar os filhos nos estudos, pelo que não podem retomar a sério as atividades profissionais) como promove ativamente a desigualdade social.

Talvez por ter consciência de quão pífio é o plano do ministro da Educação, António Costa sentiu necessidade de anunciar que, no início do próximo ano letivo, todas as crianças em idade escolar terão condições materiais para seguir o ensino à distância. Ser uma ótima política ou um desastre semelhante ao do PC Magalhães dependerá de como for aplicado. É cedo para opinar. Mas, reconheçamos, ter um ministro da Educação a dizer que é impossível saber quais são os alunos que não têm computadores e boa ligação à internet em casa é mau augúrio. Obviamente que é possível; dá é trabalho.

A 30 de março, escrevi que este seria o grande teste à governação socialista. Para já, parece-me ser a primeira grande falha do Governo. É como se a principal preocupação fosse a de não chatear os professores. Percebo que é uma classe massacrada, envelhecida e que foi maltratada por toda a classe política e pela sociedade em geral. Mas também sei que são os professores quem mais se preocupa com os alunos desfavorecidos. Se lhes pedirem um esforço, eles responderão.

Não vale a pena chorar sobre leite derramado. Foi uma decisão medrosa, sem ambição, de quem não assume a responsabilidade que lhe caiu sobre os ombros. Mas está tomada. Resta mitigar os seus efeitos. No mínimo, que o Governo considere a hipótese de abrir escolas durante o verão para recuperar o atraso. Como Alexandre Homem Cristo escreveu na quinta-feira, no "Observador", em França, já se anunciaram aulas de recuperação em julho e agosto. Em vários países o debate está em curso. Assim há alguma esperança: pode ser que copiemos os outros.



Henrique Raposo
henrique.raposo79@gmail.com

VHS

O capitalismo será conservador ou não será. Se me permitem, explicarei a tese através do meu velho vídeo gravador.

Eu gravava filmes da televisão quase todos os dias. A minha mochila, até nos tempos da faculdade, tinha sempre a "TV Guia" ao lado de Nietzsche e Camus, porque eu tinha de saber o horário dos filmes. Acumulei cerca de mil filmes em quinhentas cassetes; gravava, via, revia e revia até decidir se os filmes x e y mereciam ficar guardados; se não mereciam, gravava outros por cima depois de colocar fita-cola na patilha de segurança. Esta década de cinefilia pessoal foi talvez a minha salvação intelectual. Não lia críticos, não tinha ninguém a educar-me, fui apurando o gosto sozinho. Só tinha a ajuda da oficina que concertava o vídeo. O meu velho vídeo gravador salvou-me, porque foi concertado vezes sem conta. A oficina tinha dois operários que recebiam peças algures de um fornecedor do Norte. Ou seja, a montante do meu gosto cinematográfico existia uma cadeia de produção, distribuição e reparação que dava bons empregos a muitos portugueses e europeus.

O equivalente atual do meu vídeo é o telemóvel produzido na Ásia. E aqui o problema não é a origem. É bom termos a liberdade para comprarmos produtos longínquos. O problema está na ausência do circuito de reparação. Quando avaria, o telemóvel vai para o lixo. Não existem operários portugueses e europeus a fabricar peças e a reparar. Os efeitos desta opção são conhecidos: a ruína da classe operária, o desperdício ambiental. Pois bem, um

Um capitalismo conservador que serve uma comunidade (onde estão os operários) e não apenas o mercado (onde estão os consumidores) é a resposta necessária à covid, tal como já era a resposta ao trumpismo

dos efeitos da pandemia será o regresso ao velho paradigma, isto é, as cadeias de produção voltarão à Europa e a Portugal. Este regresso implicará uma mudança no padrão de consumo no sentido da austeridade. Um telemóvel fabricado em Portugal ou na Europa terá de ser mais caro, mas poderá ser reparado e, ao ser reparado, distribuirá dinheiro pela classe operária e será mais "verde". Claro que isto implicará também uma mudança na gestão. O capitalismo terá de ser mais familiar e menos focado nos resultados do trimestre. As empresas centradas numa família "aristocrática" voltarão a ser a base da economia.

Um capitalismo conservador que serve uma comunidade (onde estão os operários) e não apenas o mercado (onde estão os consumidores) é a resposta necessária à covid, tal como já era a resposta ao trumpismo. Sem família e sem comunidade, o capitalismo torna-se imoral e, sim, suicida. Esta foi sempre a minha posição moral. Posição, essa, que me colocava em conflito com o meu flanco libertário e com o meu flanco nacionalista. Quando dizia que o capitalismo serve uma comunidade, quando dizia temos de ser produtores e não só consumidores, os libertários saltavam da cadeira. Quando dizia que a comunidade precisa da liberdade do capitalismo, os nacionalistas afiavam os dentes. Só que agora esta posição moral não é só uma posição moral entre várias; é mesmo a única tábuca de salvação do capitalismo. Se os jovens de hoje não se habituarem a concertar o telemóvel da mesma forma que eu conservava o meu vídeo, o capitalismo será engolido pelas forças anticapitalistas, os nacionalistas que sonham com guerreiros e os ambientalistas que sonham com druidas.

CEO da Fundação Oceano Azul A força da natureza

Tiago Pitta e Cunha

No decorrer das últimas semanas fomos confrontados com uma pandemia sem precedentes para as atuais gerações, que nos obrigou a fechar os nossos países, as nossas economias e até a pôr em pausa as nossas relações humanas.

Uma situação tão grave e inesperada como esta abala profundamente as nossas consciências e está a fazer muitas pessoas questionarem-se. Se, de repente, podemos ser privados de tudo o que nos é querido, como as nossas famílias e as nossas economias, devemos permanecer presos à crença da nossa era moderna de que somos autosuficientes e de que a tecnologia tudo resolve? Será que, enquanto espécie, devemos continuar a pensar que estamos acima e à parte do resto da natureza? Ou, pelo contrário, devemos mudar essa mentalidade, atribuir mais valor à natureza e aproveitar para reavaliar o nosso modelo económico linear e extrativo, que sabemos hoje se tornou incompatível com a manutenção de um planeta saudável?

Nos últimos dias, temos lido diferentes versões de uma "narrativa sobre a força da natureza". Os ar-

gumentos vão desde que o vírus é uma "vingança" da natureza até o de que é a prova de que, enquanto espécie, não controlamos assim tanto o nosso destino comum, mas dependemos da natureza para sobreviver. Também há o argumento de que devemos rever as nossas prioridades ou pelo menos graduá-las de modo diferente.

No espírito deste raciocínio, Adam Tooze, historiador e economista britânico, escreveu que, pela primeira vez desde o fim da guerra fria, a frase "It's the economy, stupid" não se aplica. Na verdade, tudo o que os Governos estão a fazer para enfrentar a crise sanitária é induzir ou impor comportamentos recessivos e já nem os défices nacionais são um dogma. Esta é a principal lição que podemos retirar da atual situação. Entre manter a economia a funcionar em pleno e salvar vidas, praticamente todos os países escolheram salvar vidas. Importa saber se isto é apenas um parêntesis ou se representa uma mudança para uma nova época.

É que, independentemente da crise sanitária, continuamos perante uma emergência planetária, dadas as crises climáticas, ambientais, da biodiversidade e do oceano. Os impactos negativos destas crises estão à vista e os decisores políticos — e es-

pera-se que também os económicos — confrontam-se com o assumir das responsabilidades. Seria trágico, porém, se a crise económica que se avizinha viesse a ser uma desculpa para se retroceder nas políticas de descarbonização e de promoção da sustentabilidade ambiental.

É importante entendermos que não controlamos tudo o que nos afeta, que a economia é uma prioridade, mas não deve ser a única. Que devemos, de uma vez por todas, ouvir os cientistas, assim prevenindo outras epidemias e enfrentando a crise ambiental que criámos, e, mais do que tudo, que entendamos que não estamos nem separados nem acima do ecossistema natural do planeta. Se compreendemos que somos parte integrante da natureza e que ela exerce sobre nós uma força determinante, certamente que mudaremos profundamente a nossa atitude perante ela. Passaremos a valorizá-la como o último recurso de que dependem a nossa e todas as espécies.

É aqui que uma nova filosofia sobre "a força da natureza" pode ser alicerçada. Uma filosofia que será um aliado poderoso de uma agenda regeneradora do planeta e do oceano, e Portugal tem um grande trabalho pela frente para a colocar em prática.

Opinião

Administrador executivo da Fundação Calouste Gulbenkian
Como voltar à tona de água...

Guilherme d'Oliveira Martins

A retoma da economia depois da pandemia da covid-19 vai demorar. E vai ocorrer gradualmente, consoante as atividades económicas e os países. A prevenção contra a pandemia vai ter de continuar, até porque vai haver grandes assimetrias na superação da doença. A livre circulação das pessoas será afetada e o tema fundamental vai ser o do combate ao desemprego e o da criação de valor. Começando pelas lições de 2008, importa recusar a ilusão monetária e financeira. O endividamento e o mero aumento da circulação monetária não criam riqueza. Temos de lembrar a regra de ouro das Finanças Públicas — só pode haver dívida pública para financiar despesa de investimento reprodutiva. Não basta lançar dinheiro sobre os problemas. E se aumentam as desigualdades, importa garantir a justiça distributiva — horizontal, com salários e impostos justos que garantam uma partilha de riqueza e a criação de valor; e a vertical, pela equidade intergeracional, reduzindo o endividamento. Depois da crise, a prioridade terá de estar nas políticas de emprego, orientadas para a satisfação das necessidades fundamentais, o combate ao desperdício, a promoção de poupanças virtuosas e a melhoria da qualidade de vida, para que o desenvolvimen-

to se oriente para as pessoas. Mas o tema do emprego obriga a repensar o tempo de trabalho. A situação atual de confinamento e de teletrabalho, e a política gradual de retoma, ensinam-nos que os horários de trabalho presencial terão de ser repensados. O grave problema demográfico dos países ricos obriga a criar políticas de conciliação familiar com horários flexíveis. As licenças de paternidade para marido e mulher e os horários flexíveis para os pais têm permitido melhorar as taxas de natalidade nos países nórdicos, sem esquecer o cuidado dos mais velhos.

Terão de ser considerados “bancos de tempo” com flexibilidade, em vez de uma lógica de horários rígidos

Terão de ser considerados, assim, “bancos de tempo” com flexibilidade, em vez de uma lógica de horários rígidos. Isto, para conciliar as necessidades, a disponibilidade individual e o melhor aproveitamento das capacidades disponíveis. Os “bancos de tempo” permitirão acorrer a uma multiplicidade de tarefas sociais que têm de ser asseguradas por todos. Não devemos esquecer que a inovação vai obrigar à ligação das políticas do Estado, do mercado e das iniciativas privada, social e pú-

blica não estatal. Por iniciativa pública não estatal entendemos a das instituições sociais, culturais, académicas e científicas de utilidade pública ou natureza cooperativa. As políticas públicas têm de ser consideradas como catalisadores económicos e sociais. A inovação científica obriga a que a lógica do lucro não impeça a difusão do conhecimento. A criação de valor dependerá da articulação do Estado e da sociedade. A lógica Silicon Valley tem de ser completada com planeamento estratégico global e com redes coordenadas de informação e conhecimento.

Mas não haverá inovação sem aprendizagem. Daí uma atenção necessária à educação e à formação ao longo da vida. Uma parte dos “bancos de tempo” tem de ser ocupada com formação contínua relevante, afinada individualmente. Por outro lado, o ensino profissional terá de articular os níveis secundário e superior, com atenção à cooperação entre universidades e politécnicos. Não deve haver becos sem saída, nem canais rígidos e não comunicáveis entre si. Prosseguimento de estudos, vida ativa, mobilidade e cooperação internacional (Erasmus) têm de se articular.

Numa palavra, a prioridade é a promoção de valor e de um desenvolvimento justo e sustentável. O “doce comércio” de Montesquieu tem de se completar pela subsidiariedade. Urge tornar a informação conhecimento, e o conhecimento sabedoria. Para contrariar os egoísmos, temos de favorecer a solidariedade e o cuidado. Com instituições mediadoras, participadas e representativas, atentas a uma justiça complexa e equitativa, que favoreça a coesão e a sustentabilidade, é a democracia das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas que está em causa.

In Memoriam

1939-2020 A imunologista não sobreviveu ao coronavírus. Era uma mulher culta que se interessava por todas as áreas do conhecimento

Maria de Sousa

Francisco Pinto Balsemão

S e a palavra cultura ainda tem algum significado, Maria de Sousa era uma mulher culta. Sabia — e sabia muito e explicava bem — sobre a sua especialidade científica, a imunologia. Mas lia também muito, sobretudo autores americanos, desde Saul Bellow ou John Steinbeck a Kurt Vonnegut ou Philip Roth. Mandava-me livros e poemas e obrigava-me a sobre eles opinar. Além disso, gostava da música dita erudita e mantinha-se atualizada acerca da produção dos compositores portugueses contemporâneos, de Eurico Carrapatoso a Luís Tinoco.

Estava no Júri do Prémio Pessoa desde a segunda reunião, em 1988, recomendada, se bem me lembro, por João Fraústo da Silva. Com ele, e, mais tarde, com Maria Manuel Mota, representava, de certo modo, a credível opinião sobre possíveis candidatos oriundos da sua área profissional. Mas nunca deixou de se interessar por todas as restantes áreas do conhecimento e de apresentar ou apoiar candidaturas relacionadas com as artes, as letras, a economia, a arquitetura, etc.

Ao longo dos anos, ficámos amigos e ganhámos alguma



FOTOLUCIA MONTEIRO

cumplicidade. Tenho cartas e cartões trocados com ela, que, além de abordarem temas mais profundos, revelam a ironia fina de Maria e o seu notável sentido de humor, por vezes caustico, mas nunca ofensivo (quando, por exemplo, lhe comuniquei que me era completamente impossível estar presente na cerimónia em que lhe foi entregue, em outubro de 2018, o Prémio Mina J. Bissell, ela respondeu-me: “Awards are transient. Friends are forever, there or not there. Um grande abraço e muito obrigada, celebremos a amizade que quase misteriosamente nos une.”

Infelizmente, a imunologista Maria de Sousa não conseguiu ser imune ao maldito coronavírus. Numa entrevista a Luísa Schmidt, publicada no Expresso, no princípio de março, Maria afirmou: “O ensino e a investigação poderão ajudar a perceber como é que uma decisão na China pode vir a atingir desastrosamente populações frágeis e desprotegidas noutras partes do mundo. Este grande movimento de esperança responsabiliza-nos individual e coletivamente.”

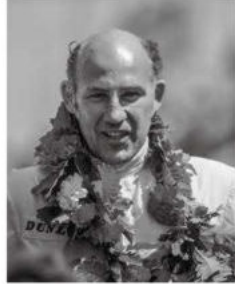
Nesta fase tão difícil que vivemos, Maria de Sousa vai fazer-nos muita falta para, com outros, liderar esse “grande movimento de esperança”.

1929-2020 Foi o melhor corredor de automóveis do mundo inteiro do século XX e dos 20 anos que já levamos do século XXI

Stirling Moss

José Cutileiro

S ir Stirling Craufurd Moss (fora armado cavaleiro pela Rainha em 2000, o que lhe dera grande satisfação britânica), que morreu tranquilamente na sua casa de Mayfair, em Londres — “deu mais uma volta ao circuito e depois apagou-se”, disse a mulher —, foi o melhor corredor de automóveis do Reino Unido do século XX ou, melhor dito, foi o melhor corredor de automóveis do mundo inteiro do século XX e dos 20 anos que já levamos do século XXI, tendo entrado em quase toda a espécie de competições (exceto Indianapolis, nos Estados Unidos, onde o pai, dentista mas corredor amador, participara duas vezes), passando entre os vários formatos que foram aparecendo —, por exemplo, a Fórmula 3 —, acabando por se fixar na Fórmula 1, tendo em três campeonatos seguidos chegado ao fim em segundo, sempre a seguir a Juan Manuel Fangio em primeiro, mas nunca ganhando algum desses campeonatos (o que, de resto, não viria a preocupá-lo muito: preferia que assim tivesse sido a ter ganhado o campeonato de Fórmula 1 uma vez e não se ter nunca mais ouvido falar nele; o seu caso era, com efeito, muito diferente do do ciclista francês Raymond Poulidor, o eterno segundo de La Grande Boucle, que nunca alguém julgou que a dovesse ter ganho, enquanto o caso de Stirling Moss era bem diferente — por exemplo, num Grande Prémio de Portugal, o júri punira Mike Hawthorn por saída de pista às arrecuas, Moss não estivera de acordo,



o júri viria a dar-lhe razão, e Hawthorn ganhara o campeonato por diferença mínima; se os critérios fossem os de hoje, Stirling Moss teria ganho).

Além de um gentleman, como a história em Portugal e outras durante a sua carreira mostraram, foi, fundamentalmente, um corredor de automóveis — e um corredor de automóveis para ganhar, dentro das regras que em pequeno aprendera, mas, à parte isso, sempre pronto a ir para lá dos limites, se o cálculo da decisão lhe desse a menor chance. “Um corredor de automóveis”, dizia, “de vez em quando tem de se espalhar [to crash]. Se não, não é um verdadeiro corredor de automóveis.” E gostava de pilotar carros de marca, mas nem sempre de fábrica. O arriscadíssimo cálculo saiu-lhe sempre certo até aos 32 anos, depois de sete crashes, em Nápoles, Castle Combe, Silverstone, Caracas, Monza, Spa e, finalmente, contra talude em Goodwood, que o pôs primeiro em coma e depois em meses de recuperação. Por fim, o conselho da sua perita em estado psicológico prevaleceu (fisicamente, fora-lhe dada

recuperação de 100%), aconselhando-o vivamente a não tornar a correr em automóveis; ele seguiu essa opinião e ficou para sempre muito amigo dessa sua conselheira.

Viveu quase 90 anos, abandonando as competições automóveis a um terço desse tempo de vida. Depois, dizia às vezes, passara a levar a vida de uma prostituta. Alugava o seu nome, ou a sua expertise, ou os seus conhecimentos, a empreendimentos de natureza vária, e fez bom dinheiro com isso. A basear o seu prestígio, se não tinha nenhuma vitória em campeonato do mundo, o seu palmarés era impressionante: entrou em 530 corridas e ganhou 212, incluindo 16 em Fórmula 1. Correu em carros diferentes, às vezes não de fábrica mas dele. Uma das suas vitórias mais célebres foi a Mille Miglia, de Itália, em que bateu para sempre o recorde (a corrida foi abolida dois anos depois), à média de 97,95 milhas por hora. Os polícias de trânsito de Londres achavam-no o homem mais rápido do mundo: “Julga que é o Stirling Moss?”

Luís Sttaut Monteiro, que à altura se quisera meter em corridas de automóveis e o conheceu em Inglaterra, disse-me que à entrada do Salão Automóvel de Londres havia uma máquina para medir rapidez de reflexos, puxando cada pessoa que entrava uma alavanca. Ao fim do dia havia um vencedor — Stirling Moss. Nunca vi isto escrito, mas fio-me no Luís, porque, si não é vero, é benne trovato.

José Cutileiro escreve de acordo com a antiga ortografia

Cartas da semana

Os originais das cartas não devem ter mais de 150 palavras, reservando-se a Redação o direito de as condensar. Os autores devem identificar-se indicando o nº do B.I., a morada e o nº do telefone. Não devolvemos documentos que nos sejam remetidos. As cartas também podem ser publicadas na edição online.

Para contacto: Cartas@expresso.imprensa.pt

Esclarecimento

Com referência à peça publicada de 10 de abril de 2020, com o título “12 anos escravo”, solicito a seguinte retificação:

1. A cónsul-geral de Portugal em Barcelona encontrou-se com o cidadão nacional, para se inteirar pessoalmente da sua situação. 2. O encontro teve lugar no dia 6 de março (por lapso tinha sido referido dia 5) nas instalações do Consulado Honorário de Portugal em Andorra. 3. Além da cónsul-geral e do sr. Júlio Alegria estiveram presentes neste encontro o cónsul-honorário de Portugal em Andorra, um sobrinho do cidadão nacional e o secretário-geral da União Sindical dos Trabalhadores de Andorra. 4. Nunca a cónsul-geral de Portugal em Barcelona contactou a advogada do sr. Júlio Alegria, não tendo por isso inquirido da sua disponibilidade para se deslocar a Barcelona. Não seria este procedimento errado, mas como já se referiu, a bem da verdade, foi a cónsul-geral que se deslocou a Andorra e aí se reuniu com o cidadão nacional. O Ministério dos Negócios Estrangeiros

continuará a acompanhar atentamente a situação do cidadão nacional, com toda a reserva e seriedade que merece.

BERTA NUNES, secretária de Estado das Comunidades Portuguesas

O dia seguinte

Num momento em que a pandemia está longe de estar controlada, não se sabendo mesmo quando estará disponível uma vacina eficaz e segura que seja de aplicação imediata a toda a população, há várias questões que se devem colocar aos responsáveis políticos do mundo em geral e do nosso país em particular. Se o estado de emergência, ou mesmo o de alerta, se mantiver e se, progressivamente, se voltar à normalidade, com as pessoas a regressarem aos seus locais de trabalho, quais vão ser os procedimentos a serem recomendados, nomeadamente nos transportes públicos, nos restaurantes e similares, nos ginásios, nas creches e nos infantários, nos lares, nos serviços públicos, nos hospitais particulares, nos cinemas e outros locais de cultura e/ou diversão? Se for obrigatória a utilização de máscaras, como está a acontecer na Áustria, há-as em número suficiente para toda a população? E a que preços? E quando deverão elas ser usadas e durante quanto tempo? São muitas e pertinentes as questões que se colocam aos cidadãos, e o

Governo, qualquer Executivo, vai ter de ser cauteloso nas suas tomadas de decisão, para que, na eventualidade de uma segunda vaga do vírus no início do outono, e sem uma vacina compatível, não se criem situações tão graves ou ainda mais complicadas do que aquela que agora vivemos.

MANUEL ALVES, Lisboa

Tempos difíceis

A dívida pública portuguesa pode ascender a 135% do nosso PIB no final deste ano. Será que Rui Pinto, agora a colaborar com a Judiciária, pode ajudar a recuperarmos alguns dos muitos milhões desviados ilegalmente da nossa economia, escondidos nos offshore espalhados por esse mundo fora, inclusive na Holanda, esse país que tanto tem beneficiado com a CE e que goza de estatuto privilegiado?

Esta crise nada tem a ver com os “excessos dos países endividados do Sul” nem é admissível que exista qualquer tipo de estigma e falta de solidariedade. A resposta dita “robusta” da CE para todos os seus 27 Estados-membros é inferior à que a Alemanha sozinha proporcionou ao seu próprio país, ou seja, um país com cerca de 16,6% da população europeia vai receber mais apoio do seu próprio país do que os cerca de 497 milhões de cidadãos dos 27 Estados-membros.

RICARDO RODRIGUES, Paço de Arcos

TRIBUNA ENTREVISTA

Paulinho Jogador do Sporting de Braga

“NÃO COSTUMO SER MUITO GARGANEIRO À FRENTE DA BALIZA”



FOTO QUALITY SPORT IMAGES/GETTY IMAGES

DIOGO POMBO

Tem 18 golos esta época, não há português que marque mais em Portugal. Há muito que a Seleção não tem um avançado canhoto e Paulinho espera, e acredita, que será o próximo.

■ Achas que ainda se joga esta época?
■ O mais importante é que os jogadores são pessoas e tem que haver segurança. Se houver, acho que os campeonatos se devem terminar. Toda a gente quer ver futebol e jogar, independentemente de os estádios estarem cheios ou vazios. Mas é importante que os responsáveis do futebol português nos deem condições e segurança para isso.

■ O Braga cativou parte dos salários. Como foi a negociação?

■ Bastou uma reunião por teleconferência entre todos. O presidente falou connosco, disse-nos o que se passava, mostrou-nos a realidade do futebol no país e no mundo, e nós, logicamente, somos pessoas sensíveis. Temos noção do que é um clube de futebol, de que as receitas televisivas são importantes, e chegámos a um consenso ao fim de uma só reunião. Ficou tudo resolvido.

■ Em Inglaterra tem havido muitas críticas aos futebolistas por não aceitarem reduzir os salários.

■ Cada clube é um caso. Se vemos a maior liga do mundo, onde as receitas são incríveis, a passar por dificuldades, imagina em Portugal. Logicamente que, no meio disto, há clubes que, de facto, são bem organizados, mas não são capazes de viver sem receitas televisivas. É normal. Mas de certeza que também há clubes que estão a passar por uma fase ainda pior, porque se calhar não estão tão bem organizados, o que talvez demonstre um bocadinho o estado do futebol português. Ninguém estava preparado para isto, mas o importante é toda a gente chegar a um consenso. Nós, os jogadores, temos noção das dificuldades, sabemos que o Braga também faz tudo para nos ajudar. Mas, em Portugal, tirando cinco ou seis, os clubes não devem pagar muito. Já passei por essa realidade. Se entrarem em *lay-off*, se calhar muitos jogadores vão passar por dificuldades, por não terem condições e organização nas vidas deles.

■ És de Barcelos e nunca jogaste num clube que estivesse a mais de 50 quilómetros de casa. Isto foi propositado?

■ Por acaso não. Fiz a formação toda no Santa Maria, também fiz lá o primeiro ano de sénior, na terceira divisão, e depois, a um sábado à noite, tenho as coisas todas organizadas para, no domingo de manhã, viajar para Portimão e ir jogar para o Portimonense. Mas foi quando o professor Neca me ligou para ir para o Trofense. Acabei por ir e, como sou aqui de Barcelos, o Gil Vicente estava atento à situação, acabou por me contratar e depois vim para o Braga. Mas nada disto foi planeado quando era miúdo. Agora, acaba por ser normal. Se um vizinho ao nosso lado está bem, sabemos disso mais rapidamente do que uma pessoa que vive mais longe. Isso também acontece nos clubes de uma realidade mais pequena.

■ Há anos até tiveste propostas do Médio Oriente, não foi?

■ Foi antes de assinar pelo Braga. Estava em final de contrato com o Gil Vicente, tinha feito uma boa época e surgiu uma proposta. Era um bom contrato, mas quando surgiu o Braga não houve dinheiro, nem ninguém, que me fizesse mudar de ideias.

■ Entendes os jogadores que optam por ir por causa do dinheiro?

■ Claro, é legítimo. As pessoas têm que perceber que um jogador de futebol vive ali numa linha em que, a qualquer momento, pode ir ganhar muito dinheiro e organizar a vida dele e da família durante muitos anos, ou, então, pode nunca sair de uma segunda divisão e ficar uma carreira inteira a ganhar 1500 ou 2000 euros. E, quando acabar, não ter um curso ou uma formação porque abdicou de tudo para jogar futebol e o

futebol não lhe deu aquilo que pretendia. É completamente aceitável e compreensível que os jogadores optem por essa situação. Se me dessem a escolher, claro que preferia jogar num grande clube da Europa do que ir para o Médio Oriente. Mas não sabemos o dia de amanhã, não sabemos o que nos espera.

■ És o avançado que rematou mais vezes (61) no campeonato. Isto sai naturalmente ou é algo que te pedem?

■ Acaba por sair, mas também por ser fruto da produção do jogo ofensivo da equipa e nós, como avançados, temos mais oportunidades para chutar. Por acaso não sabia, mas não é algo que procure muito. Não vou estar a contar quantas vezes remato, mas é interessante. Por acaso, os colegas de equipa dizem-me para rematar e arriscar mais ainda. Não costumo ser muito garganeiro à frente da baliza, se tiver que dar ao lado, dou, e às vezes dizem para arriscar mais. Mas é um bom número, acho que tenho decidido bem.

■ Há o cliché de que os avançados têm de ser um pouco egoístas.

■ Não são os avançados que têm de ser egoístas, o jogador que estiver em posição é que tem de analisar, naquele momento — que não é fácil, são frações de segundo —, qual é a maior probabilidade entre rematar ou passar para o lado. A palavra egoísmo não é boa, acho que é uma palavra negativa. Não deve haver egoísmo. Deve haver confiança, que é totalmente diferente. Se acharmos que naquele momento, naquele instante, naquela decisão, o remate é o melhor, então temos de o fazer. São frações de segundo para decidir. Mas, se tivermos 2x1 com o guarda-redes e com um colega ao lado, temos de dar ao lado. Não tem que haver egoísmo.

■ O Braga já trocou três vezes de treinador esta época. Foi difícil adaptar-se a tantas mudanças?

■ Já é o quarto, o Abel começou a época. Esteve pouco tempo connosco, mas foi ele quem organizou o plantel. Faz parte, não é a situação mais desejável, está à vista de toda a gente, mas os jogadores de futebol têm de estar preparados para isso. É uma indústria em que, a qualquer momento, o treinador é vendido e, este ano, o clube já vendeu dois [ri-se]. Quando um clube leva um treinador por 10 milhões de euros, que era a cláusula de rescisão, o clube não pode fazer nada para o evitar.

Enquanto jogadores, temos que pôr as nossas características e capacidades à disposição do treinador. Acaba por ser um desafio, porque tendo estilos de jogo diferentes, acabas por te adaptar e crescer mais como jogador. Tens vantagens e desvantagens, mas temos que o enfrentar como um desafio.

■ Tens um estilo preferido de jogo? E de jogador com quem gostes de jogar?

■ Eu cheguei tarde ao futebol, digamos, desta dimensão do Braga, também por culpa própria, porque joguei sempre em equipas que jogavam para não perder. Isso acaba por prejudicar jogadores que não eram tão bons quando eram mais novos, porque jogaram em transição quando estavam habituados a jogar em posse. E, quando cheguei ao Braga, apanhei uma equipa a jogar muito em posse, que passa 90% ou 95% dos jogos em posse. É um tipo de jogo que me valoriza. Relativamente aos jogadores, há dois, o Horta e o Esgaio, que são exemplos do que deve ser um jogador. São superinteligentes, trabalham imenso, é uma coisa incrível, e conseguem colocar toda a sua qualidade individual em prol da equipa. E se os mais novos quiserem olhar para jogadores portugueses com quem se possam identificar para chegarem cá acima, eles são o espelho do que deve ser um jovem — muito trabalho e muita qualidade, mas a qualidade tem de ser posta ao serviço da equipa.

■ Vais ser o próximo avançado canhoto a jogar na Seleção?

■ Acredito que sim. Vou fazer por isso. Acredito muito que sim. Tenho a certeza absoluta que o nosso selecionador está atento a todos os jogadores portugueses, ainda por cima aqueles que jogam em clubes da dimensão do Braga. Tenho estado muito bem, acho que as

minhas prestações têm sido boas e tenho a certeza absoluta que está atento ao meu nome e ao que eu faço.

■ Joga-se bom futebol em Portugal?

■ Temos jogadores em todas as equipas para praticar bom futebol. Mas é uma questão de mentalidade. Tu, clube, não podes contratar um treinador que tenha uma ideia de jogo boa e positiva, e, ao terceiro jogo que corra mal, começar a fazer pressões ou a trocar de treinador. Duas equipas têm de descer de divisão, portanto, se temos medo de descer, pelo menos vamos descer a tentar jogar o nosso futebol e a valorizar os nossos jogadores. Temos o exemplo do Paços de Ferreira e do Estoril, há uns anos. Não falo de cor, falo porque já passei por isso, sei o que digo. Temos que mudar a mentalidade de alguns clubes, porque acredito que, quando começam a carreira, os treinadores querem ter as equipas a jogarem bom futebol. É preciso também dar confiança aos jogadores e ao treinador.

■ Isso acontece por medo?

■ Acho que o medo de perder é maior do que a coragem e a crença em ganhar com qualidade. Acredito, seriamente, que há bons jogadores em todas as equipas da primeira liga. Na minha opinião, o sucesso de uma equipa é teres um bom treinador. Há muito bom jogador português na primeira liga que, se calhar, não chegou nem vai chegar a um patamar superior, porque não teve oportunidade de praticar um futebol condizente com as suas características. Digo isto porque passei por uma equipa que lutava para não descer e, no ano em que descemos, pouco ou quase nada joguei. E hoje estou no Braga. Portanto, os clubes que tenham coragem em apostar num bom futebol e deem condições a treinadores e jogadores para o praticarem.

■ O jogador rende mais se acreditar nos princípios e estilo do treinador?

■ Claro. Nenhum jogador gosta de estar 90 minutos a correr atrás da bola. Nenhum fez formação para isso. Ninguém teve 12 ou 10 anos de formação para correr atrás de um adversário durante hora e meia. Teve formação e tem paixão por ter a bola, por desfrutar e ter prazer a jogar. Muitos acabam por perder isso quando estão a lutar por não descer de divisão, infelizmente.

dpombo@expresso.imprensa.pt

“SE ENTRAREM EM LAY-OFF, SE CALHAR MUITOS JOGADORES VÃO PASSAR POR DIFICULDADES”

“OS COLEGAS DE EQUIPA DIZEM-ME PARA REMATAR E ARRISCAR MAIS VEZES”



EIXO DO MAL "O comércio de dados é hoje mais importante do que o das armas ou o da pornografia." Clara Ferreira Alves, Daniel Oliveira, Pedro Marques Lopes e Luís Pedro Nunes debatem a terceira fase do estado de emergência e as medidas que vêm aí. No centro da atenção, as apps de geolocalização de infetados com covid-19.



POSTO EMISSOR #13 BLITZ convida Benjamin. Da quarentena com a avó à "ingenuidade" do TV Fest. Subscriba o podcast de música.



MONEY, MONEY, MONEY #29 Nem tudo é mau — já há boas notícias no mercado imobiliário. Turismo, vistos gold, regimes fiscais especiais e preços acessíveis trouxeram milhares de milhões em investimentos imobiliários. Mas tudo mudou nas últimas semanas. Até onde vai a crise no imobiliário? Não se sabe, mas há sinais de esperança.



COMISSÃO POLÍTICA #122 Em confinamento. Os miúdos aguentam? Os pais aguentam? E os políticos, quanto tempo aguentam? António Costa decidiu manter as escolas fechadas, deixando a porta aberta apenas ao 11º e 12º anos. Há 960 mil pais forçados a teletrabalho. E o estado de emergência continua. Subscriba o podcast de política.



VAI FICAR TUDO BEM #22 Pierre Aderne: "Este tempo é extremamente difícil para quem vive da música, mas a gente vai dar a volta a isto." O músico brasileiro tem passado os dias a pensar em parcerias com empresas para tornar sustentável o confinamento dos artistas da Rua das Pretas. Subscriba o podcast da quarentena do Expresso.

PODCASTS EXPRESSO

Adolfo Mesquita Nunes
Advogado e político

joaomgoncalves



"Se olharmos para a crise económica, é evidente que não vai ficar tudo bem"

Texto **BERNARDO MENDONÇA**
Foto **NUNO BOTELHO**

A poucos dias de entrarmos no terceiro estado de emergência falámos com Adolfo Mesquita Nunes, que foi deputado, secretário de Estado do Turismo, braço direito de Assunção Cristas e um dos rostos da modernidade do CDS, que se tem mostrado crítico sobre a "falta de gravidade e solenidade" do Presidente em algumas ocasiões públicas. Adolfo, apontado no passado como um forte candidato à liderança do seu partido, acabou por deixar o caminho aberto ao atual líder centrista, Francisco Rodrigues dos Santos, figura que não apoiou e com a qual diverge. Mas esse combate ficou para trás para se dedicar à advocacia e ao cargo de administrador não executivo da Galp. Adolfo rejeita as afirmações de Rui Rio sobre antipatriotismo, "típicas de regimes autocráticos", e insiste que o Governo tem de ter coragem de combater a crise sanitária a par da crise económica, "que também mata". E revela como a canção de Maria Guinot 'Silêncio e Tanta Gente', vencedora do Festival da Canção em 1984, traduz o confinamento em casa, onde tem aproveitado para ler e fazer brigadeiros de chocolate light. Para ouvir integralmente no podcast "A Beleza das Pequenas Coisas".

■ **O Governo tem atuado bem desde o início desta pandemia?**

■ **Estamos a viver um fenómeno que conhecemos pouco. Só no fim será possível saber se podíamos ter atuado**

mais cedo e de que forma ou se outros países fizeram melhor do que nós.

■ **Os governantes de todo o mundo estão a aprender dia após dia como enfrentar esta pandemia. A chamada navegação à vista. Tem de haver confiança e boa vontade com o Governo?**

■ **A apreciação tem de ser feita no fim. Claro que, quando analisarmos a atuação de cada um dos governos, não podemos ceder à tentação de adivinhar o totoloto à segunda-feira. [Será] com os dados que cada um dispunha que podemos avaliar a situação. Não digo que estamos a fazer tudo mal ou tudo bem. Mas também me faz confusão esta ideia que apontar falhas ou alternativas [às medidas do Governo] é uma espécie de antipatriotismo.**

■ **Refere-se a Rui Rio, que considerou que não é patriótico atacar o Governo durante a crise sanitária?**

■ **Antipatriotismo é uma pessoa, uma comunidade, abster-se do seu pensamento crítico, liberdade e capacidade de contribuir para um debate onde as várias soluções têm de se digladiar. Mesmo quando se combate a pandemia e se decretam estados de emergência, que não se perca de vista a necessidade de termos oposição e críticas. Criar-se uma espécie de clima de quem critica [o Governo] está a ser antipatriótico é típico de regimes autocráticos, que não aceitam que se diga que quem está no poder comete erros.**

■ **Estamos a conseguir manter o achatamento da curva de casos de infetados com a covid-19...**

■ **O que é importante é conseguirmos simultaneamente vencer a crise sanitária, que é manter o nosso sistema de saúde capaz de responder à doença em causa, evitar e mitigar a propagação e, ao mesmo tempo, combater a crise económica que decorre da circunstância histórica e inédita de se mandar fechar a economia. O que provoca a crise imediata.**

■ **O primeiro-ministro já revelou essa preocupação, a necessidade de proteger a economia. E tem ouvido a opinião de economistas...**

■ **Porque a pobreza e o desemprego matam. Porque as pessoas deixam de ter condições para aceder aos bens essenciais. A ideia de que falar de economia é apenas falar de dinheiro como lucro e esquece que, sem a economia a funcionar, grande parte das pessoas perde o sustento [não faz sentido]. Recuso a visão binária que ou se está pela saúde ou pela economia. Que não haja medo político de decidir o momento da saída do estado de emergência e de tomar uma decisão que possa compatibilizar o combate à crise sanitária e o combate à crise económica.**

■ **Anda por aí a frase "Vai ficar tudo bem"... Mas há 4098 novos desempregados por dia, quase meio milhão de**

portugueses estão em lay-off e o FMI prevê uma queda de 8% do PIB e compara esta crise à Grande Depressão. Não vai ficar tudo bem, pois não?

■ **Se olharmos para a crise económica, é evidente que não vai ficar tudo bem. Quanto mais tempo a economia estiver parada mais tempo demoremos a recuperar. Por isso é necessário compatibilizar o combate à crise sanitária com a crise económica. Quando chamo a atenção para estas matérias, sou acusado de ser bolsoneirista, trumpista ou de não querer dar importância à crise sanitária. E não é verdade. O que chamo a atenção é que, se há camadas da população que podem suportar o isolamento sem perder o emprego, há uma enorme camada da população para quem um prolongamento do isolamento pode significar miséria. Mas há uma outra forma de olhar para a frase "Vai ficar tudo bem" com que concordo. Que é rejeitar a ideia de que esta pandemia veio demonstrar o fracasso do modelo de sociedade que construímos e que vamos ter uma mudança estrutural no modo de vida. Rejeito a ideia de que vamos deixar de ser um mundo global, onde viajamos, consumimos, onde nos podemos abraçar e beijar.**

■ **O CDS tem um novo líder, considerado por alguns como ultraconservador, tradicionalista e nacionalista. Concorda que o seu partido virou bastante mais à direita? Ou mais à direita do que gostaria?**

■ **O CDS fez uma escolha em janeiro. Estamos em abril, passou pouco tempo, estamos a viver este momento**

de pandemia, é muito cedo para fazer uma análise crítica sobre uma candidatura que não apoiou.

■ **Sente-se mais próximo de Francisco Rodrigues dos Santos, de Rui Rio ou de António Costa?**

■ **Sinto-me mais próximo de quem defende a liberdade como valor primeiro em política. É isso que me define politicamente.**

■ **Partindo exatamente dessa sua afirmação, recordo que Francisco Rodrigues dos Santos nunca escondeu ser contra o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ao contrário de si, que sempre defendeu esses direitos e liberdades...**

■ **Certo. Mas isso também esteve na base da minha escolha no congresso passado [do CDS], que não saiu vencedora, e tenho de respeitar a escolha que o meu partido fez; e é muito cedo para fazer uma análise crítica da mesma. Pode tentar tudo o que quiser, mas sobre o CDS não vai arrancar nada mais do que isto. [risos]**

■ **Este confinamento tem impacto em todos nós. O que mais lhe custa?**

■ **É [não haver] o toque. Sou uma pessoa física. Gosto da presença dos outros. Como na canção de Maria Guinot 'Silêncio e Tanta Gente', gosto por vezes de estar em absoluto silêncio e isolamento. Mas intercalo isso com estar com muita gente e perder-me na multidão. Portanto, a parte do outro, a parte do 'tanta gente', falta-me. Estou na fase do silêncio.**

bmendona@expresso.imprensa.pt



OUÇA A ENTREVISTA COMPLETA NO PODCAST "A BELEZA DAS PEQUENAS COISAS" EM EXPRESSO.PT



Henrique Monteiro

OS DIAS DA QUARENTENA

MAIS EMERGÊNCIA

Toda a gente já esperava. Os mesmos partidos aprovaram o prolongamento de mais um período de 15 dias do estado de emergência e os mesmos se opuseram. Só o Bloco, entre os apoiantes, disse que era a última vez, assim como o pai avisa o filho. Veremos... Os planos de reabertura são cuidadosos, mas com este vírus já percebemos que toda a cautela é pouca.

OLHEM SINGAPURA

Pensaram que o mal estava passado, reabriram atividades e agora voltam à quarentena. Talvez tivessem acreditado nos números chineses, que cada vez mais são postos em causa.

CHINA RECONHECE

Entretanto, as muito elogiadas (pela OMS) autoridades de Pequim reconheceram um ligeiro engano em Wuhan. Afinal havia mais 1290 mortos. Mas Pequim nega qualquer encobrimento ou manipulação dos números. Tratou-se de um erro administrativo. Pronto! Eu, por mim e por dever de ofício, continuo a desconfiar...

... E MACRON TAMBÉM

Não é que me sinto melhor por isso, mas o Presidente francês, Emmanuel Macron disse ao "Financial Times" que acreditar que a China lidou bem com a pandemia é *naïf*. Aconteceram muitas coisas que acabamos por não saber, disse ele. A reação de Macron deve-se a um texto da embaixada da China em Paris que acusa a Europa de deixar os velhos morrer em lares de idosos. faltava a China dar lições de humanidade... de facto, o tiro na nuca é mais misericordioso.

ENTRETANTO, NA BÉLGICA

Parece que não se passa nada, mas é o país do mundo com mais mortes por milhão de habitantes (419, contra 413 da Espanha). Números de ontem. Comparado com Portugal (62) ou mesmo com os EUA (65) e até com a Itália (367) tem de ser significativo.

PIB PRÁTICA MERGULHO

Não é só em Portugal, é em todo o mundo. Na China, com uma quebra de 6,8% do PIB (em Portugal o FMI estima 8%) assiste-se a algo que não acontecia desde 1976, há 44 anos. Por todo o lado, o medo da derrocada económica vai igualando o medo do vírus...

O ÚNICO ANIMAL QUE...

Socorro-me do título de um livro de Augusto Abelaira (1926-2003), começado como folhetim no "Jornal de Letras" porque foi o que me veio à cabeça quando soube que o Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, demitiu o seu ministro da Saúde por este achar que devia haver confinamento. Não sei a razão de tal associação, talvez os leitores percebam. Além de que, comparado com o único animal que... até Trump parece um estadista.

VOLTA A TELESCOLA

Agora é mais moderna e tem um # e chama-se Estudo em Casa. Não digam nada aos chineses, caso contrário acusam-nos de, além de confinarmos os velhinhos, lhes roubarmos o canal de TV preferido.

E NOS ANTÍPODAS

O primeiro-ministro australiano, Scott Morrison, disse que podia manter muitas medidas, como a distância de um metro e meio ou confinamento de idosos e crianças, por mais um ano. Socorro!!! E se ele tem razão?



FOTO JUAN MABONATA/JEP VIA GETTY IMAGES

LIBERDADE, SEGURANÇA, SAÚDE, PRIVACIDADE — QUAL A ESCOLHA?

Uma boa teoria operativa vai sendo aplicada e posta em causa. Após vários anos vão surgindo novos e mais problemas que aparentam destruir alguns dos fundamentos, ou pelo menos boa parte da eficácia dessa teoria. Nesse momento, ela tende-se a tornar dogmática, fechada, até que uma aparentemente indiscutível nova ideia a substitui. Isto é o que, mais ou menos, defenderam Popper e outros filósofos como Kuhn sobre os avanços do conhecimento na Ciência. Naturalmente, na Ciência as ideias nem sempre se excluem, muitas vezes complementam-se. O que era o 'estado da arte' anterior integra-se no novo 'paradigma'.

Inúmeros filósofos não dogmáticos sustentaram também que a solução de vários problemas deve resultar da importância que damos a cada um dos valores neles envolvidos. Porque, em praticamente tudo, existe um conflito de valores. Por exemplo, entre Liberdade e Segurança; entre Privacidade e Saúde; entre uma conceção utilitária e antropocêntrica da vida e uma conceção metafísica ou religiosa da mesma vida (questões como o aborto ou a eutanásia são exemplos evidentes nestes casos).

Ora, aqui como na Ciência, mais importante do que um valor negar o outro é saber conjugá-los e complementá-los até onde for possível. De que modo podemos valorar a segurança sem destruir a liberdade?

Ou como podemos prevenir e preservar a saúde comunitária sem descartar a privacidade?

Penso que deverá ser este o ponto da discussão. Claro que tanto o primeiro-ministro como o Presidente da República sabem (melhor fora que um jurista e um constitucionalista não o soubessem) que rastrear eletronicamente, através dos seus telemóveis, ou de outro

Isto é o 'Big Brother'? Sem dúvida! Mas vamos discutir calmamente qual o valor que damos à saúde do país, da nossa comunidade, e de que forma valoramos a privacidade de cada um. Sem dogmatismos

modo, os cidadãos com suspeitas de infeção por covid-19 é inconstitucional, não passaria na Comissão Nacional de Proteção de Dados, teria a oposição da provedora da Justiça e da magistratura. Acresce que, não percebendo eu disto mais do que o ignorante que se interessa por notícias, diria que não estamos na fase de implementar esse sistema. Até porque a maioria dos casos de infeção não se sabe bem de onde vêm.

Porém, se olharmos para o exemplo de países democráticos que utilizaram este sistema vemos que os resultados são bons. No sábado passado, na RTP2, um excelente documentário japonês mostrava a importância de se saber quem infetou quem, e qual a possibilidade de alguém vir a ser infetado. Como? Através do rastreamento de contactos pessoais, locais onde se passa, rotinas. Isto é o 'Big Brother'? Sem dúvida! Mas vamos discutir calmamente qual o valor que damos à saúde do país, da nossa comunidade, e de que forma valoramos a privacidade de cada um. Sem dogmatismos.

A decisão torna-se fundamental se, depois de 'abrimos' o país à sua vida normal, surgir outro surto. Das formas de reagir que tiveram sucesso, a mais bem-sucedida foi o rastreamento e, talvez por isso, os cientistas sejam mais sensíveis à sua necessidade.

Isto é assustador, claro. Mete medo. Mas, provavelmente, já somos rastreados sem o sabermos; a privacidade é, cada vez mais, algo do passado. E o vírus, numa segunda vaga, tende a ser mais virulento e mortífero. Sem um debate sereno e sério sobre todas as implicações de uma e outra opção, apenas conseguimos colocar dogmáticos da privacidade contra os de saúde pública. Confesso que tendo para a privacidade; mas não nego que o rastreamento venha a ser uma necessidade temporária e devidamente controlada.

hmonteiroexpresso@gmail.com

REFLEXÕES VIRAIS



TRUMP E A OMS

Não se pode dizer que Trump tem razão, mesmo que a tenha, porque ele encarrega-se de a perder. O Presidente

americano é daqueles membros de um coro a quem o maestro pode dizer que "até calado desafia". Porém... Não poderia deixar de referir que fiquei abismado quando comecei a ler as coincidências entre as posições da OMS e as da liderança chinesa... Ou quando vi o imenso silêncio de um dirigente da OMS (que depois cortaria a chamada) quando uma jornalista (salvo erro de Hong Kong) lhe perguntou por que razão não ajudavam Taiwan, sem coragem para dizer o óbvio: porque a China não permite. Ou quando vi que o diretor da organização, o etíope Tedros Adhanom Ghebreyesus, além de ter sido apoiado pela China, foi acusado (a notícia do "The New York Times" é de 13 de maio de 2017) de ocultar três epidemias de cólera no seu país, quando exercia as funções de ministro da Saúde. Ou quando no "Washington Post" (e cito apenas jornais que apelam ao voto contra Trump) se afirma que a China deve ser legalmente responsabilizada pelos danos provocados pela pandemia, recordando-se que Tedros (nome com que se apresentou como candidato) criticou os EUA por impedir voos da China, calando-se quando a China impediu os provenientes de Itália. Há coincidências a mais. Não dá razão a Trump, mas faz-nos pensar nestas organizações e nas suas correlações de força.



RUI RIO

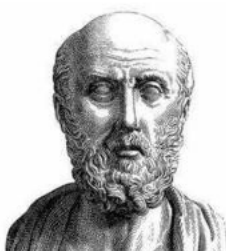
O presidente do PSD é sempre um desgraçado (recordemos Cavaco ou Barroso; Ferreira Leite ou Passos, para citar pessoas

tão diferentes). Rio escreveu aos militantes, a propósito do coronavírus, que seria pouco ético e patriótico não resistir "à tentação de agravar os ataques aos governos em funções, aproveitando-se partidariamente das fragilidades políticas que a gestão de uma tão complexa realidade sempre acarreta". E diz que tem cooperado com o PR e o Governo. Logo surgiram indignadas vozes contra esta "União Nacional", alguns lembrando o salazarismo e tudo. Calma! Rio foi fazendo propostas (como baixar o IVA das máscaras, álcool e gel) que têm claro apoio popular. E percebeu que não o teria caso criticasse uma falha aqui, outra ali, do Governo ou do Presidente, em plena crise. A isto chama-se política. O resto, que tantos doutos opinadores pretendem, pode considerar-se angústia...



A SENHORA DOUTORA

A doutora Graça Freitas é uma figura simpática. Depois das aulas de comunicação do professor Marcelo, até poderá parecer mais competente.



Um homem sábio tem o dever de compreender que a saúde é o seu bem mais precioso

Hipócrates (c. 460-377 a.C.), médico da Grécia Clássica, autor do juramento com o seu nome que define a ética médica, no livro "Do Regime das Doenças Agudas"



Ricardo Costa

A PEQUENA GRANDE EVASÃO

Talvez tenha sido a notícia mais surpreendente dos planos que o Governo vai esboçando para maio. De forma inesperada, o Executivo admitiu que as creches possam reabrir nesse mês. O simbolismo da hipótese é enorme: além de mostrar que as escolas da educação não estavam encerradas, dá o passo mais consistente para se conseguir alguma imunidade de grupo, partindo das faixas etárias mais jovens, tanto crianças como pais. Como em tudo, tem de se começar por algum lado. E o começo pelos alunos de 11º e 12º anos parecia uma falsa partida, mais preocupada com a questão dos exames do que com a evolução controlada da pandemia. Com a ideia das creches e do pequeno comércio começamos a ficar mais perto do que pode ser a nossa estratégia de abertura. Sabendo que o vírus não desaparece com a passagem do tempo, não é opção que todos fiquem em casa meses e meses. Além de provocar um desastre económico e social, não tem qualquer eficácia

O confinamento impediu o colapso dos hospitais. Agora terá de conviver com a abertura faseada de alguns sectores

no combate à epidemia. O objetivo do confinamento coletivo, cá e em todo o mundo, é o de impedir o colapso da capacidade hospitalar. Esse objetivo é primordial, mas terá de passar a conviver com a abertura controlada de alguns sectores da sociedade. A grande evasão não vai existir. Vai ser substituída pela alternativa possível, uma pequena grande evasão para se ver o que acontece. Pequenas lojas que reabrem com regras de higiene e de número de clientes e de funcionários. Transportes que aumentam a frequência mas que têm pouca lotação. Creches que abrem com menos funcionários e alunos. Escritórios onde se trabalha à vez e com muitos em teletrabalho. Fábricas onde se criam novos turnos. E máscaras por todo o lado. Vai ser tudo diferente para não ser tão diferente como é hoje. O intervalo coletivo a que nos votámos vai acabar no fim deste estado de emergência. Vai passar a ser um intervalo seletivo, com grupos de risco a manterem-se em casa e os outros a seguirem para uma coisa nova à espera que seja como dantes. Não vai ser. Há boas notícias na busca por uma vacina, com alianças sem precedentes e capacidades de produção nunca vistas. Há boas notícias na procura de um medicamento. Há tratamentos inovadores e novos tipos de testes. Mas o tempo não corre a nosso favor. Deixámos um mundo conhecido para entrar numa coisa nova. Agora vamos sair lentamente para outra coisa. rcosta@expresso.imprensa.pt



Marcelo e Costa
União pública, disputa privada P10



Paulinho
"Muitos jogadores vão passar dificuldades" P37



Os sete pecados digitais
Cresce o medo do futuro R22

Mais de mil tentam regressar a Portugal

Só no Brasil há 299 portugueses que pediram ajuda consular para regressar. Número cresce há mais de uma semana

Até anteontem 1032 portugueses pediram ajuda aos serviços consulares para regressar ao país (eram 958 no dia 9 de abril). "Há pessoas que querem voltar mas não sabem que tinham de registar-se", disse ao Expresso o português Vinay Navinchandra, retido em Diu — terra de origem da família — desde que a Índia decretou o confinamento. "Estamos aqui 70, não podemos sair, porque além de não haver voos para a Europa, é preciso um salvo-conduto para viajar até ao aeroporto de Mumbai [Bombaim]". O consulado-geral de Portugal em Goa regista apenas 57 cidadãos nacionais nessa situação: "Destes, apenas 23 entraram diretamente em contacto, pedindo apoio ao repatriamento. Os restantes

34 foram referenciados por um agente, ao qual o consulado-geral solicitou que fossem informados da necessidade de contactar o posto consular", informa o gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros. Vinay e outros quatro receberam o salvo-conduto emitido pelas autoridades indianas, após pedido do Ministério:

Há portugueses a pedir ajuda em mais de 40 países. Governo promete repatriar todos

"Disseram-me para ir para Mumbai. E quem é que paga o alojamento nessa cidade até haver voo? Não há indicação sobre possível data de voo e não vou sair daqui sem saber isso. Os outros são pessoas mais velhas que não estão habituadas à internet", diz ao Expresso.

No Brasil, 299 portugueses foram apanhados pela limitação ao tráfego aéreo internacional. Estão dispersos por 23 estados, segundo o gabinete de Santos Silva. A TAP, que fazia 80 voos semanais para dez cidades brasileiras, só voa em casos excecionais que exigem intervenção do MNE.

O segundo maior grupo está na Guiné-Bissau: são 156 pessoas. A TAP tem voo ocasionalmente para Luanda, Maputo e outros países africanos lusófonos, em "voos de missão" para repatriar passageiros que já tinham bilhetes comprados. "A Guiné-Bissau não permite voos, mas estamos a tentar obter autorização", disse ao Expresso André Soares, da assessoria de comunicação da TAP. Nos Estados Unidos há 94 pessoas que querem regressar, 76 em Cabo Verde, 60 na Ucrânia, 40 na África do Sul. Também há portugueses noutros 37 países. O Governo promete resolver todos os casos.

PASSATEMPO VIDA SUSTENTÁVEL

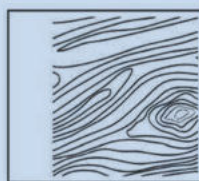
Apurados os vencedores do sorteio "Trotinetas e bicicletas Elétricas | Vida Sustentável Expresso/EDP"

Devido ao estado de emergência que vivemos, os 47 vencedores do sorteio "Trotinetas e bicicletas elétricas | Vida Sustentável Expresso/EDP" apenas puderam ser apurados e contactados durante a semana passada. Deste modo, não foi possível divulgá-los no dia 10 de abril, como estava previsto. Apresentamos as nossas desculpas.

Publicamos de seguida os nomes de 46 dos 47 premiados (um dos nossos leitores não autorizou a publicação do seu nome). Muitos parabéns a todos.

Será entregue uma bicicleta elétrica a Ana Lobato, Ana Melo, Paulo Simões, Júlio César, Mário Alexandre, Victor Silva, Carla Barroso,

Luís Joaquim, Cecília Castro, Francisco Dias, Jorge Neto, Graça Bolina, Luís Alcobia, João Antunes, João Barbosa, José Fernandes, Jorge Costa, António Oliveira e Manuel Cavaco. Será entregue uma trotineta elétrica a Maria Reis, Renato Ribeiro, Luís Pereira, Beatriz Noronha, José Alves, Luís Du Pont, Pedro Gonçalves, Jorge Góis, Tânia Dinis, Isabel Simões, Augusto Gomes, Susana Nunes, José Santana, Augusto Sá, Gabriel Cabral, Susana Rocha, Pedro Ramos, Graça Palhava, Francisco Bastos, Ana Luís, Fernando Amado, Manuel Santos, Maria Neves, Luís Mota, António Pinho, Victoriano Nazareth e António Cunha.



VIDASUSTENTÁVEL
Nada muda se não mudarmos.



Não faz sentido reconstruir igual

Fórum para a Competitividade quer colaborar com Governo na definição de estratégias

Portugal precisa de uma articulação mais eficaz entre o Estado e as empresas. "É uma questão prévia porque não faz sentido reconstruir igual", lê-se na carta enviada pelo Fórum da Competitividade ao primeiro-ministro, António Costa.

O fomento da concentração industrial, créditos fiscais para a reforçar e modernizar o tecido empresarial e a "revogação, redução ou incremento, conforme os casos e a menos temporariamente, de várias normas" fiscais desajustadas são algumas das propostas apresentadas pelo Fórum. É também sugerido o reforço do ensino profissional e condicionar o finan-

ciamento das universidades públicas à sua adequação às necessidades empresariais. "A criação de duas zonas francas em Leixões e em Sines para localizar novas atividades de reindustrialização europeia" é outra das sugestões da carta assinada por Pedro Ferraz da Costa, para quem "a desjurisdicalização de alguns dos grandes entraves nacionais será a forma mais operacional de obter os resultados económicos indispensáveis".

É possível encontrar mercado para assegurar o crescimento sustentado das exportações. "Mas exige dos responsáveis da política externa e das pastas económicas uma articulação próxima e reciprocamente exigente com as associações empresariais, que andaram muito longe de Bruxelas nas últimas décadas", lê-se na carta enviada pelos empresários.

ACT faz inspeções online

Está em curso megaoperação para fiscalizar despedimentos ilegais

A grande maioria das denúncias de violações ao código laboral recebidas pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) está a ser investigada online. "Não tendo recebido material de proteção, os inspetores resguardaram-se", diz a presidente do Sindicato dos Inspectores de Trabalho. A CGTP e a UGT exigem que se tome medidas para que "a inspeção seja eficaz". Em março, foram levantados quase mil processos por alegadas irregularidades e iniciou-se quinta-feira uma megaoperação que incide sobre casos de despedimento ilegal, cessação abusiva de contratos, imposição de gozo de férias ou não pagamento de salário.

Expresso

Sábado
18 de abril
de 2020

18
04

#2477
expresso.pt

Últimas

Santa Casa oferece 20 mil jornais A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa juntou-se a sete meios de informação generalistas, entre eles o Expresso, e a um desportivo ("A Bola"), para disponibilizar 20 mil assinaturas a diferentes públicos e instituições.

Expresso chega aos 100 mil Depois de em março ter atingido as melhores vendas dos últimos três anos, o Expresso registou no último fim de semana, já em abril, um novo recorde, alcançando os 100 mil exemplares de circulação paga.

Consumimos menos queijo Relatório revela quebras no consumo de queijos, sobretudo



Use o código que está na capa da Revista E para ler o Expresso Diário de segunda a sábado no seu smartphone, tablet ou computador sem pagar mais por isso.

de cabra e ovelha, leitão e frutos vermelhos (que abasteciam a restauração), mas também de vinho e de flores.

Astronautas regressam Três astronautas da Estação Espacial Internacional regressaram sexta-feira à Terra, mas não encontraram o mesmo planeta. Quando Jessica Meir, Andrew Morgan e Oleg Skripochka voaram até ao espaço, há mais de seis meses, ainda era possível tirar férias, ir à escola e abraçar amigos.

Reduções de CO2 são insuficientes As emissões de gases de efeito de estufa como o CO2 poderão diminuir 1600 milhões de toneladas este ano, o que equivale a uma redução de 4%. Contudo, este valor ainda está aquém da meta de 6% de redução anual ambicionada pelo Acordo de Paris. O alerta foi feito pelo especialista Filipe Duarte Santos.

Fumadores têm 14 vezes mais probabilidades de morrer da covid-19 De acordo com a investigação de médicos chineses, os grandes fumadores têm um risco 14 vezes maior de morrer da covid-19 do que as pessoas de idade avançada.

Mais 124 inspetores de trabalho O Governo aprovou o reforço da inspeção de trabalho. 124 inspetores entram em funções na próxima semana.

TEMPO FIM DE SEMANA

	SÁBADO	DOMINGO
Bragança	18° 5°	19° 6°
Porto	18° 11°	17° 10°
Guarda	14° 7°	14° 6°
Lisboa	20° 11°	19° 12°
Évora	21° 7°	20° 9°
Faro	20° 15°	22° 13°
P. Delgada	18° 12°	19° 13°
Funchal	21° 14°	21° 15°
MARÉS	SÁBADO	DOMINGO
	Baixa	Alta
Porto	13:39	19:37
Lisboa	13:51	19:39
Faro	13:10	19:05

FONTES: IPMA E INSTITUTO HIDROGRÁFICO
Cinzento "Aquele que nunca viu a tristeza nunca reconhecerá a alegria", escreveu Khalil Gibran. As nuvens resistem...